30

30 ANOS

30 NOMES

Nota editorial

A EAPN Portugal celebra os seus trinta anos de vida, uma vida cheia de desafios e obstáculos para vencer.

Celebramos as Bodas de Pérola, porque a pérola é um objeto que demora tempo para ganhar solidez, por isso, é utilizado como metáfora de firmeza e perseverança. Esta analogia faz todo o sentido para explicar e traduzir também os primeiros trinta anos de vida da Rede.

A Rede é hoje uma organização madura e reconhecida, quer a nível nacional, quer a nível europeu, pelo seu esforço e contribuição para a construção de uma sociedade respeitadora dos Direitos Humanos, livre de pobreza ou de qualquer tipo de exclusão e sustentada nos valores da dignidade, justiça, igualdade e solidariedade.

E, cremos que não será exagerado ou presunçoso afirmar que ocupa um lugar único no espetro das IPSS do país, pois soube construir o seu espaço de intervenção próprio e conquistar o seu prestígio na sociedade, graças ao trabalho, esforço, determinação e competência de um conjunto de pessoas que, convictos, se comprometeram pela causa da luta contra a pobreza e pela dignificação da pessoa humana, envolvendo um conjunto alargado e diverso de organizações, personalidades e cidadãos.

Hoje a Rede é composta por 19 núcleos, um em cada distrito do país e um na Região Autónoma da Madeira, tem mais de 850 associados e um vasto leque de parceiros a nível nacional e europeu, de diferentes sectores, desde o sector governamental, às autarquias locais, universidades, entidades do sector empresarial e outras ONGs congéneres, com as quais mantém fortes relações de confiança.

Ao longo destes trinta anos de intervenção na área da luta contra a pobreza, procurámos sempre nortear a nossa ação por princípios que consideramos estratégicos no combate à pobreza: participação, territorialização, trabalho em rede, intervenção integrada.

A honestidade com que nos relacionamos com os nossos parceiros e a integridade e a coerência com estes princípios são uma marca indelével da organização. A Rede interiorizou e materializou estes princípios em todas as suas ações e projetos e, fomentou a sua integração nas práticas das organizações com que se relacionou.

Como em todas as vidas, há momentos altos e baixos e também nós tivemos as nossas dores de crescimento e algumas pedras no caminho. Essas dores e esses grãos de areia incomodaram, mas não o suficiente para abalar as nossas convicções. Muito menos para nos fazer abandonar os nossos ideais.

E porque a história de uma instituição como a EAPN Portugal faz-se de pessoas, quisemos neste livro recolher os depoimentos e os testemunhos de pessoas que fazem parte da nossa história. Pessoas de diversos quadrantes e com diferentes níveis de envolvimento na vida da organização, mas todos e todas com um papel importante e influencia na história da EAPN. Desde pessoas que desempenharam e ainda desempenham funções na liderança e na gestão da organização, a pessoas que no exercício de cargos de governação foram determinantes no percurso da organização, a outros que muito contribuíram com o seu conhecimento e disponibilidade, e outros que partilhando dos mesmos valores e crenças deram o seu valioso e abnegado contributo para o cumprimento da sua missão na procura incessante de um mundo mais justo.

30 anos, 30 pessoas. Muitas mais contribuíram com a sua energia e motivação para este projeto e poderiam deixar aqui o seu importante testemunho. Não seria fácil enumerar todos os que inspiraram e contribuíram de forma incansável para a sua realização. É tempo e oportunidade de fazer aqui um agradecimento a todos, pelo contributo especial, que ao longo da história da organização e em diferentes momentos e contextos, deram e continuam a dar à EAPN Portugal.

É tempo também de agradecer à equipa de colaboradores pelo esforço e a dedicação que colocam diariamente no seu trabalho e pela sua determinação na construção de uma sociedade mais inclusiva, fomentando sempre os valores democráticos da participação, responsabilidade, subsidiariedade, equidade, justiça, liberdade, igualdade e solidariedade. É, pois, uma ocasião para nos orgulharmos e continuarmos o rumo, com a competência, a persistência e a convicção de que alcançaremos um dia, o objetivo da erradicação da pobreza.

Por fim, mas não menos importante, tudo o que alcançámos só foi possível porque tivemos condições para o fazer, nomeadamente, Direções comprometidas que nos incentivaram e nos deram autonomia para criar e experimentar metodologias inovadoras no combate à pobreza. Não seria justo, terminar sem fazer aqui uma referência especial ao Presidente da Direção, Padre Jardim Moreira, expressando o nosso reconhecimento e gratidão pelo seu trabalho, ética e coragem. A luta contra a pobreza e exclusão social não teria a mesma força sem o seu empenho, a sua entrega e não teria futuro sem o seu passado dedicado e convicto a esta missão.

Vivemos hoje momentos únicos ao nível do combate à pobreza, por bons e por maus motivos. É importante que Portugal esteja à altura destes desafios, sendo capaz de intervir nas situações de emergência social existentes, prevenindo o agravamento e o surgimento de novas situações de pobreza; e, ao mesmo tempo, sendo capaz de criar ou reforçar os instrumentos políticos que potenciam a capacidade de combate à pobreza no presente e no futuro. Mas, para tal, é essencial o consenso social à volta do combate à pobreza. Só uma sociedade que se une à volta deste desígnio consegue as mudanças estruturais necessárias ao combate à pobreza.

E, para terminar, quero aqui deixar uma mensagem partilhada pelo Papa Francisco por ocasião do Dia Mundial dos Pobres: "impõe-se, uma abordagem diferente da pobreza. É um desafio que os governos e as instituições precisam perfilhar, com um modelo social clarividente, capaz de enfrentar as novas formas de pobreza. Se os pobres são colocados à margem, como se fossem os culpados da sua condição, então o próprio conceito de democracia é posto em crise e fracassa toda e qualquer política social".

Sandra Araújo
Diretora Executiva da EAPN

Pe. Jardim Moreira

O Pe. Agostinho Jardim Moreira, é Presidente da Direção da EAPN Portugal (inicialmente designada por REAPN) desde a sua criação, em 1991. Acumula esta função com o exercício do sacerdócio em duas paróquias do Centro Histórico do Porto: São Nicolau e Nossa Senhora da Vitória.
Foi desde sempre um grande defensor dos direitos humanos. Move-o a luta pela dignidade humana, pela defesa do ser humano como ser integral.

A EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza foi constituída como Associação em Portugal em 1991

Hoje para termos alguma consciência do caminho percorrido nestes 30 anos, é indispensável vermos qual era a situação do estado Social e Político sobre a ação social que emergia nessa data em Portugal e que foi o ponto de partida para a implantação da Rede no País, e de alguma forma percebermos qual foi o percurso, onde estamos e onde queremos chegar.

Por isso vou socorrer-me das atas das primeiras Jornada Nacionais[1] que decorreram em Braga, nos dias 6, 7 e 8 de novembro do mesmo ano, 1991, promovidas pela Direção da Ação Social, com o título: "Ação social face aos novos imperativos", Centro Regional da Segurança Social de Braga. Aí é referido expressamente que: "O conceito de solidariedade tem estado ausente dos processos de desenvolvimento, e que este tem de ser formulado para integrar o conceito de solidariedade nesta perspetiva científica. A solidariedade é sempre vista como marginal, como uma função de "Tapa Buracos". Assim, devem ser criadas condições para que esta produza eficácia.

E o seu domínio devia facultar serviços que façam parte de esquemas de proteção social.

As questões relativas ao fenómeno da pobreza/exclusão social, foram também abordadas, e podemos ler "a compreensão mais atualizada daqueles fenómenos localiza a sua raiz essencial no funcionamento dos sistemas sociais e económicos" o que leva a caracterizá-los como "complexos, multifatoriais e interdependentes". A resposta à pobreza limitava-se então a uma política assistencialista.

"O direito dos Pobres à assistência é dever do Estado de a prestar considerando-a como serviço Público por ele financiado". Em vez de considerar a pobreza como uma injustiça social, ela é olhada como uma ameaça.

O "aparecimento de grandes massas pauperizadas" ameaça a ordem pública, tanto do ponto de vista político como social.

"A transformação dos contextos e ação, da sociedade de hoje, exige inovação ao nível de conhecimento científico e ao nível das metodologias de intervenção"[2].

1_1ªs Jornadas de Acção Social, "A Ação Social face aos novos imperativos", Braga, novembro 1991.
2_*Ibidem* pág. 32

Foram identificados sinais evidentes de uma profunda transformação da Sociedade.

"Proliferam as manifestações do tipo associativo de todo o género que luta contra as exclusões crescem como movimento imparável, os fenómenos de cooperação, nacional e internacional".

A Srª Dra. Fernanda Rodrigues, (palestrante nas Primeiras Jornadas Nacionais, sobre a "Ação Social para os novos imperativos") afirma em determinada altura que é "não tema" falar de grupos socialmente desfavorecidos, um tema que ganhou atualidade sociopolítica em anos recentes, onda as questões da pobreza disputam foros de prioridade na agenda Política…

"Uma pequena incursão em textos legislativos, programas governamentais, documentos políticos ou manifestos sindicais, permite perceber que a designação da pobreza não era utilizada" …

Entretanto é referido ainda que a pobreza, nos Estados Membros da CEE, não tem diminuído…

E termina a Srª Dra. Fernanda Rodrigues, citando "é assim que compreendemos e justificamos o papel de intervenção e "escandalização" que esta área política e social pode (deve) desempenhar, afastando decisivamente a sua versão assistencialista"[3].

A Srª Dra. Joaquina Ruas Madeira, também interveniente nessas jornadas, interroga-se: "importa questionar o entendimento dos problemas sociais e analisar o papel novo da Ação Social."

"Qual a compreensão atual da exclusão Social e Pobreza, isto é, dos problemas sociais?"

"Importa, por isso, assentar as bases e o sentido da mudança e identificar as componentes e os critérios que devem orientar a ação social aberta a novas pistas, para uma sociedade protagonista do seu próprio desenvolvimento"[4].

Constatamos que era um tempo cheio de interrogações e incertezas, sobre o que se fazia no âmbito da ação social, e a necessidade da inovação perante problemas novos que emergiam e careciam de resposta.

Há trinta anos vivia-se em Portugal, uma época de grandes mudanças políticas, sociais, religiosas, económicas, culturais, etc. É neste ambiente que surge a EAPN Portugal.

[3]_*bidem* pág. 68

[4]_*Ibidem* pág. 208

Sentia-se uma profunda necessidade e desejo de renovação, por vezes dificultado, pelo apego a formas e conceitos tradicionais assistencialistas, e pelo conceito contraditório da redução das pessoas beneficiárias da ação social, a "utentes", a meros objetos, dependentes e passivos, diante de quem lhes oferece alguns bens e serviços. A participação ativa dos pobres na resolução dos seus problemas era impensável.

Não havia a preocupação de se fazerem estudos e diagnósticos sobre as causas da pobreza, por isso, também não se perspetivava qualquer resposta adequada para as situações concretas ou de mudança estrutural. "Foi sempre assim, diziam alguns", e as referências de proximidade eram as práticas Cristãs: as Misericórdias e os Vicentinos.

A EAPN, apresenta-se com origem e Autoridade Europeia e tem o suporte e apoio da Comunidade Europeia, para se constituir e começar a traçar novos rumos com novas propostas, tendo em vista a Europa dos cidadãos e a inclusão dos pobres, pelo seu desenvolvimento integral.

A pobreza era um assunto, esquecido, ignorado, invisível e silenciado. Enfrentá-lo requeria a decisão de reconhecer a necessidade de mudança, e a insuficiência das políticas públicas.

A EAPN era olhada por muitos, com suspeita, de concorrência às políticas tradicionais que sustentavam a pobreza. Mas como fazer isso?

A Rede nos seus estatutos, propõe-se quebrar o ciclo da pobreza, pela descoberta e intervenção nas causas geradoras da pobreza, e por isso, sofremos resistências e contestação mascaradas.

Era tudo um desafio, inovador, sem experiência e sem conhecimento. Até a noção de trabalho em rede, era tarefa a construir, pois até então, era ignorada entre nós. Com todas estas circunstâncias e resistências das instituições privadas e a as dificuldades dos poderes públicos confrontados entre a proposta Europeia e a reação negativa do País Social, por vezes sentíamos que eramos suportados, sob suspeita.

Acreditamos no projeto de Jaques Delors, "conscientemente quisemos uma EAPN, à nossa medida e à realidade nacional conforme as carências e as caraterísticas existentes". Não faltaram pressões de França, Itália e da Catalunha a quererem impor-nos os seus modelos.

Passados 30 anos, conquistamos uma implantação territorial ideológico-apartidária, credibilidade científica, reconhecimento público do direito a todas pessoas a viver com dignidade, a assunção

das responsabilidades políticas e sociais sobre as causas geradoras da pobreza e exclusão social. Somos uma rede com identidade nacional, portuguesa, e reconhecida a nível europeu.

O problema das pessoas em situação de pobreza está na agenda política e partidária, desde o Presidente da República, ao Governo e às instâncias autárquicas, empresariais, sindicais e económicas. Não há desenvolvimento verdadeiro que não inclua o desenvolvimento integral de todos os cidadãos.

Hoje é admitido por todos que a pobreza tem causas pluridimensionais, e que só com uma estratégia nacional, que implique os vários ministérios, as autarquias, a sociedade civil, se poderá construir um regime de democracia verdadeira, desde o acesso à habitação digna, à saúde eficaz, à educação efetiva, à cultura para todos.

Lutar contra a pobreza, é lutar pelo desenvolvimento integral do ser humano, pela participação ativa na construção do seu projeto pessoal e coletivo.
Foi tarefa difícil, trabalhosa e prolongada, até vermos reconhecida e aceite a nossa pretensão da criação duma estratégia nacional de luta contra a pobreza.

Para tal foi nomeada uma Comissão pelo atual governo. Durante este ano, esperamos ver a presença e o compromisso das mais altas figuras do Estado e do Governo nas celebrações do trigésimo aniversário da Rede Europeia que consolide uma nova etapa na missão da EAPN na dignificação de todas as pessoas que vivem em situação de pobreza.

Esta tarefa deverá ser assumida por toda a sociedade portuguesa.

Para além da pobreza material, é indispensável cuidar da pessoa humana na sua integralidade, biopsicossocial e de todo o seu contexto envolvente, expressamente do seu agregado familiar.

Este é um caminho sempre novo e nunca acabado: a territorialidade em rede, e a concretização da descentralização de competências do poder central para as autarquias, a sensibilização das pessoas em situação de pobreza para uma situação real, concreta e efetiva, no processo da sua libertação das injustiças e dos constrangimentos em que a sociedade os fez mergulhar.

O amor é uma alavanca insubstituível em todo este processo. Sem amor, sem ser amado e ser capaz de amar, não se atinge a felicidade, a meta constante que toda a pessoa humana deseja, e não ser apenas utentes. Somos pobres de amor, e Deus é Amor.

a3s

Fundada no Porto em 2006, a A3S é uma associação sem fins lucrativos de Investigação e Desenvolvimento (I&D), fruto de um projecto colectivo de pessoas individuais. A sua intervenção tem incidido na Região Norte do país, tendo iniciado uma trajetória de internacionalização desde 2012.
Assume como missão a promoção do empreendedorismo social e desenvolvimento da economia social e solidária, procurando contribuir para a consolidação de alternativas participativas, sustentáveis e inclusivas.
A A3S é Associada da EAPN Portugal, tendo ao longo dos anos participado em várias atividades, estudos e projetos desta Organização.

Um farol EAPN

O amável convite da EAPN para a Associação A3S escrever um testemunho relativo à celebração dos seus 30 anos (1991-2021), surge para nós como um convite incontornável a um exercício de revisitar uma história que é simultaneamente uma parte substantiva dos desígnios que orientam a história da A3S.

A A3S é uma associação sem fins lucrativos de I&D constituída em 2006 no Porto. Tem por missão promover o empreendedorismo social de base coletiva, e a sustentabilidade dos valores e das organizações da economia social e solidária. Dedica-se à investigação-ação e à promoção do conhecimento sobre todas as formas coletivas de organização da sociedade civil, à formação e à consultoria para a qualificação das pessoas e das organizações e à avaliação de projetos e programas. O nosso fim último é o de contribuir para a construção de alternativas societais mais justas, participativas e inclusivas.

O percurso de colaboração com a EAPN começou cedo, em 2007/8, com a avaliação externa do Projeto Europeu Bridges for Inclusion – a articulação das estratégias de emprego e inclusão social. Porém, para muitas das pessoas da A3S, a EAPN (ou REAPN como então se chamava), já fazia parte da nossa formação académica e da formação das nossas preocupações cívicas. Fosse pelos seus estudos e publicações, pelos seus seminários e debates ou pelo seu centro de documentação, incontornável para os e as estudiosas do tema.

No início da década de 1990, a EAPN surge como uma VOZ institucional na advocacia e influência política e cívica na luta contra a pobreza em Portugal. Uma voz que se juntava à de algumas pessoas da academia que desde os anos de 1980 vinham trilhando os caminhos da investigação sobre este tema, tais como Manuela Silva ou Bruto da Costa, entre outros. Uma voz que estava profundamente imbricada numa visão estrutural, sistémica e multidimensional dos fenómenos da pobreza e exclusão social, bem como, nas experiências dos Programas Europeus e no acompanhamento do recentemente criado Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza. Uma voz que se propunha agregar todas as organizações e pessoas com este desígnio de tecer rede. Que trazia para a agenda nacional um reforço substantivo do debate sobre as questões da participação e do trabalho em rede e em parceria.

O Projeto Bridges for Inclusion foi para nós uma estreia na participação em projetos europeus e uma fonte de aprendizagens extraordinária. Do desenho de projetos de colaboração entre

parceiros europeus, às exigências de coordenação de uma parceria com este perfil, ao contacto com contextos de luta contra a pobreza em distintos países. De entre as muitas aprendizagens, destaque para o 'modus operandi' da rede de pessoas que compõem a EAPN, no plano nacional e internacional, e para a evidência de como os extraordinários valores que sustentam a EAPN são colocados em prática. Pessoas com mais e menos experiência dentro da equipa técnica da EAPN, mas também pessoas e instituições heterogéneas que formam esta rede (muito para além da organização em sentido estrito), unidas por esta causa comum.

Finda esta experiência, em 2009, foi evidente para nós que esta era uma causa à qual a A3S se queria associar, fazer parte, ser membro, ser rede. Uma filiação a uma visão da pobreza como fenómeno estrutural e multidimensional que convoca TODOS à 'missão de agir em prol da construção uma sociedade mais justa e solidária, baseada na dignidade e no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva'.

Ao longo dos anos têm sido muitos os temas e muitas as formas de colaboração que nos unem (associativas, de parceria, de prestação de serviços). Criamos confiança, amadurecemos e vimos amadurecer a sua equipa de pessoas e de profissionais. Vimos a rede ampliar-se pelo território através dos seus núcleos regionais e diversificar-se a novos participantes, primeiramente com a criação e animação do Conselho Nacional de Cidadãos e mais recentemente com o trabalho desenvolvido na criação do Conselho Social.

De todos os temas, destaque para um que nos é particularmente querido, porque no âmago da missão da A3S e das principais preocupações que estiveram na nossa génese. Na primeira década do século XXI, o debate sobre a qualidade no sector social e a qualificação das organizações da economia social (designadamente nas IPSS) ocupou um lugar de relevo no contexto nacional. Este debate constituía um dos indicadores do emergente reconhecimento de novos conceitos, no contexto nacional, como os de terceiro sector, economia social ou sector não lucrativo. Conceitos que favoreciam um olhar sobre as iniciativas da sociedade civil organizada de forma integrada e transversal, superando a fragmentação deste campo pelas diversas famílias institucionais que historicamente compõem o sector da economia social, tal como as associações, as cooperativas ou as mutualidades. Um contexto que levou, a partir do final dessa década, a importantes passos no reconhecimento institucional deste sector com marcos tão estruturantes como a constituição da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, a publicação da Lei de Bases da Economia Social ou a criação da Conta Satélite da Economia Social pelo Instituto Nacional de Estatística.

Também neste contexto, a fundação da EAPN foi protagonista de um contributo importante, imprimindo um esforço substantivo na mitigação desta debilidade de fragmentação do sector. Surgiu como uma instituição que, aberta ao trabalho e cooperação entre todos os agentes individuais e institucionais, privados e públicos, assume também um foco muito claro na promoção do trabalho em rede e parceria das organizações da economia social, independentemente da sua família institucional. Organizações que no contexto nacional constituem os principais agentes privilegiados de intervenção junto das populações mais vulneráveis. E, portanto, agentes privilegiados da aspiração a uma PARTICIPAÇÃO ATIVA DE TODAS AS PESSOAS na construção de uma sociedade sem pobreza.

Contribuindo para o reforço destes desígnios importa destacar o papel pioneiro, em 1996, de um dos primeiros estudos integrados no contexto nacional sobre o sector da economia social, também frequentemente designado de terceiro sector nessa altura. O Estudo intitulado ONG´S de solidariedade: práticas e disposições, publicado na coleção CADERNO (nº02). Este estudo abordou designadamente questões como a formas de organização e funcionamento destas organizações, os valores dos seus dirigentes ou o seu pensamento sobre a luta contra a pobreza e as suas disponibilidades para introduzir mudanças neste combate.

Além dos estudos sobre o sector, a EAPN assumiu igualmente um papel protagonista no debate público e na promoção de programas de capacitação organizacional, marcando uma posição clara na defesa e na implementação prática de princípios fundamentais do e para o sector da economia social. Um debate sobre os valores que configuram a distinção identitária e o valor acrescentado da economia social perante o sector publico e o sector privado lucrativo; dos riscos de isomorfismo das organizações da economia social perante os instrumentos e as lógicas do sector privado lucrativo na gestão da qualidade.

A EAPN concebeu e implementou programas de capacitação das organizações, ou utilizando a expressão que marcou esses debates, programas de qualificação das organizações. Enfatizar a necessidade de qualificação das organizações foi uma mensagem clara na defesa da identidade da economia social, por contraposição com abordagens gestionárias decalcadas do sector privado lucrativo, focadas na implementação de sistemas de gestão da qualidade (SGQ). Designadamente a EAPN criou os programas QUALIS I e II e o PRIO – Promover Redes, Inovação e Oportunidades. Estes programas partiam de premissas fundamentais que permanecem estruturantes para a qualificação destas organizações. Nomeadamente premissas tais como: o envolvimento e responsabilização das direções das organizações nos processos de mudança organizacional; métodos participativos de mobilização de todos os trabalhadores, voluntários e

outros colaboradores e fornecedores, bem como, dos seus públicos alvo e parceiros. Premissas que salientavam o papel das organizações da economia social na participação cívica e cidadã dos seus destinatários, o papel determinante do trabalho em rede ou a necessidade de introdução de novas práticas e de novos métodos de trabalho capazes de cumprir o ideário da economia social e o seu papel privilegiado na luta contra a pobreza e a exclusão social.

A intervenção da EAPN na qualificação das organizações da economia social permanece, quer através da oferta continua de formação profissional cujos formatos e temas se têm vindo a adaptar às novas necessidades, quer de novos estudos que vão acompanhando o desenvolvimento do sector. Estudos como designadamente os seguintes: Um retrato das ONGs de Solidariedade em Portugal (Caderno EAPN nº 16) em 2011; Empregabilidade na Economia Social, o papel das políticas ativas de emprego (Caderno EAPN nº 21) em 2015; O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do terceiro setor (Caderno EAPN nº 22) em 2015. No momento em que a EAPN perfaz 30 anos são muitos desafios que se colocam perante o atual contexto. De entre estes desafios referimos aqui dois que nos parecem fundamentais no momento de revisitar o papel presente e futuro da EAPN.

No plano interno a EAPN enfrenta desafios comuns a outras organizações com três décadas de existência. O desafio de equilíbrio entre, por um lado, a solidez da estrutura organizativa e da qualidade extraordinária das suas e dos seus profissionais e, por outro, as exigências de uma sociedade em mudança rápida. Desafios ao desenvolvimento de novas competências e novas formas de organização do trabalho. Competências como nomeadamente as associadas à gestão da informação e do conhecimento, à comunicação ou à evolução das tecnologias e redes digitais.

Enfrenta também desafios estruturais de participação dos associados e de articulação das várias redes e várias escalas de intervenção da instituição. Das redes territoriais, distritais, nacionais e europeias, às redes temáticas onde o combate contra a pobreza se fragmenta em nichos e fileiras de debate e intervenção. Temas como o das empresas de inserção, o da integração das comunidades ciganas ou o do Rendimento Social de Inserção e do Rendimento Universal Adequado, entre muitos outros.

Que rede somos e que rede podemos ser a partir do património de capital social e humano que agregamos ao longo de três décadas? Que perfis profissionais e de liderança temos e devemos desenvolver? Como aprofundar substantivamente a participação de todos os pontos da nossa rede? As pessoas em situação de pobreza, os associados individuais e coletivos,

os parceiros os interlocutores políticos que abraçam a causa da luta contra a pobreza? Que configuração e modos de funcionamento assumimos e necessitamos de assumir enquanto estrutura organizacional que se constitui como motor de redes?

A este respeito questionamos se não será oportuno relançar um debate que foi fundador da EAPN, sobre as redes e parcerias, inscrito na reflexão do CADERNO nº 03, O partenariado social na europa: uma estratégia participativa para a inserção.

O segundo desafio que sublinhamos é o que tem estado particularmente vivo nos encontros de associados e que inquieta a todos e todas: a transferência de competências do Estado central para as Autarquias Locais. Como pode esta reconfiguração de competências e os novos poderes locais aprofundar a luta contra a pobreza? Que papeis poderão assumir as autarquias e as organizações da economia social nos territórios? Será que as organizações da economia social se podem constituir como parceiros de definição e implementação de políticas locais mais próximas e ajustadas às necessidades das populações? Como poderá a EAPN promover este desígnio?

Este desafio surge num momento em que, após largos anos de hiato, está a ser ultimada uma nova Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza (prioridade estratégica desde sempre defendida e perseguida pela EAPN). Reconhecida esta estratégia, como concretizá-la nos territórios?

Os recursos da EAPN são numerosos e singulares. Destaque para o papel de algumas das componentes fortes da EAPN já mencionadas, tais como dos núcleos distritais na animação das redes locais e regionais, os Conselhos Nacional e os Locais de Cidadãos ou o Conselho Social. Destaque também para outras componentes muito importantes, e ainda não referidas, como o papel do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza na atualização constante e territorializada da informação, e a ligação da EAPN às redes europeias. Na Europa há muitos países, e muitos geograficamente bem próximos, que se estruturam há muito, de forma regionalizada e com uma cultura democrática mais desenvolvida. Poderá um dos papeis da EAPN ser o de aprofundar o debate e a reflexão sobre modelos de regionalização de poderes? Como podemos beber de outras experiências para construir novos modelos de participação, de redução das desigualdades e de fortalecimento da democracia?

Um bem-haja à EAPN Portugal. Continuemos a construir redes juntos.

Alcides A. Monteiro

Alcides A. Monteiro é professor associado com agregação na Universidade da Beira Interior (UBI) e Diretor do 2º Ciclo em Empreendedorismo e Inovação Social. É Investigador efetivo no CIES-Iscte (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) tendo coordenado o pólo na UBI, o CIES-UBI, entre 2013 e 2017. Interessa-se, ao nível da investigação e da intervenção, pelos processos de desenvolvimento local e de exclusão social, pelas metodologias de investigação-ação e de avaliação participativa, pelo associativismo e o voluntariado, pela educação de adultos e a aprendizagem ao longo da vida, e, ainda, pelo empreendedorismo social e a inovação social.
Para além da autoria e contributos em publicações nacionais e internacionais, integrou o grupo de trabalho responsável pela elaboração do documento Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional.

Alcides Monteiro desde há largos anos tem marcado presença em muitos eventos e iniciativas da EAPN Portugal, nomeadamente através da participação em estudos e investigações empíricas, Núcleos Distritais, e como refere no seu contributo "foi-se tornando mais um elo numa Rede que foi crescendo e se difunde pelas distintas geografias do nosso país."

Contra a invisibilidade da pobreza

"A pressa em mostrar que não se é pobre é, em si mesma, um atestado de pobreza. A nossa pobreza não pode ser motivo de ocultação. Quem deve sentir vergonha não é o pobre mas quem cria pobreza. Vivemos hoje uma atabalhoada preocupação em exibirmos falsos sinais de riqueza. Criou-se a ideia que o estatuto do cidadão nasce dos sinais que o diferenciam dos mais pobres"[1]. Tal como nos recorda o escritor moçambicano Mia Couto, uma sociedade que aspira a ser democrática e coesa não pode continuar a olhar para a pobreza como se quase não existisse, remetendo-a para fenómeno menor e localizado. Em Portugal, o desaparecimento dos bairros de barracas nas periferias das grandes cidades - dos quais ainda restam alguns resquícios, muito oportunamente visitados pelos políticos aquando das campanhas eleitorais, mas rapidamente esquecidos após esse período – terá contribuído para esta sensação coletiva. E os oito mil e duzentos sem-abrigo que "habitam" as ruas das cidades maiores (73% dos quais nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto)[2] suscitam pouco mais do que sentimentos de compaixão.

Mas a pobreza tem mil faces. Não é apenas carência de recursos ou falta de uma habitação condigna. É igualmente privação de capacidades e da possibilidade de escolher, é falta de segurança e de poder, é invisibilidade e desqualificação. Depois, conecta-se com a exclusão social e as desigualdades, de múltiplas formas e com amplitudes variadas. Em suma, afasta pessoas, famílias e mesmo comunidades inteiras dos padrões de vida considerados adequados e do pleno gozo dos direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais legalmente consagrados.

Quando olho para a EAPN Portugal e o trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos 30 anos, tenho a perceção de que é na luta contra a indiferença e a ignorância que alimentam juízos precipitados – "não tem cabeça para gerir a sua vida", "são pobres porque não querem trabalhar", "são mesmo assim, está-lhes no sangue" - que a organização, através da sua direção e a equipa que a compõe, tem centrado muita da sua energia e motivação. Atendo às suas mensagens de alerta e revejo-me totalmente nos princípios que advoga, em favor de uma sociedade mais coesa e solidária: empatia e compromisso, territorialização e trabalho em rede, participação, ação política e transformação.

1_in Oração de Sapiência proferida na Universidade Eduardo Mondlane do Maputo, Moçambique, em 2005.

2_Dados de 2021, divulgados no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo (ENIPSSA 2017-2023).

No que concerne à sua intervenção, no espaço deste texto é impraticável enumerar todas as facetas que a caracterizam. Pelo que relevo duas, segundo critérios de importância que são pessoais.

Primeiramente, a transversalidade da atuação, que vai do internacional ao local, passando pelo nacional e o regional. A EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONG, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza. Como seu membro, a EAPN Portugal integra, assim, uma estrutura cuja voz e posições são reconhecidas e valorizadas pelas instâncias europeias. O que igualmente acontece ao nível nacional, por parte do governo e outras autoridades. Mas gostaria sobretudo de realçar o esforço que, paralelamente, a organização empreendeu para se implantar nos diferentes pontos do nosso território. Hoje a EAPN estende-se a todo o país através de 18 núcleos Distritais, a que se soma mais um núcleo na Região Autónoma da Madeira. Enquanto membro da Mesa da Assembleia Geral do Núcleo Distrital de Castelo Branco, sou testemunha do esforço empreendido e dos resultados obtidos.

Ao estender-se por todo o território, a Rede ganhou uma capilaridade que lhe possibilita, hoje, estar muito mais perto da pobreza e das suas múltiplas manifestações. Porque a pobreza não está apenas nas ruas das cidades e porque ela também calcorreia os carreiros das aldeias e das vilas do Interior, a EAPN está lá, bate à porta de quem a sente e dispõe-se a ajudar. Depois, a Rede ganhou cúmplices. São municípios, juntas de freguesia, IPSS e todo o tipo de organizações da sociedade civil, mas também cidadãs e cidadãos, quem se alia a esta causa e, em cada território e com o seu particular conhecimento da realidade, ajuda a formatar respostas e soluções para as necessidades identificadas.

A minha segunda nota de relevo dirige-se ao significado que a EAPN Portugal confere à palavra "participação". Não trabalhar "para", mas trabalhar "com". O exemplo dos Conselhos Locais de Cidadãos (CLC), que são constituídos por cidadãs e cidadãos que vivenciam ou já vivenciaram a situação de pobreza e/ ou de exclusão social, e que colaboram com cada Núcleo na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, é bem ilustrativo da importância que a EAPN confere a uma participação direta e ativa, e não mediada ou em representação. Nestes CLC não se dá apenas eco ao sofrimento. Dá-se palco para que, quem vive ou já viveu a condição de ser pobre, ganhe o direito à "voz" e o poder para cooperar diretamente nas soluções que lhe interessam. De uma forma que é quase inédita no nosso país, a EAPN demonstra com a criação dos CLC ser possível dar um maior protagonismo a estas pessoas e comunidades na intervenção para a erradicação da pobreza. São também escolas de cidadania, onde se aprende a ouvir e a partilhar perspetivas, onde se ganha consciência crítica, onde

se exploram capacidades e se ganham competências. São ainda espaços onde a pobreza tradicional, e os seus protagonistas, se cruza com as novas manifestações da pobreza e com quem as vive. Num espírito de diálogo e de entreajuda.

O meu contacto com a EAPN Portugal já vem de longa data. Foi no início dos anos 90, julgo que no ano de 1993 se a memória não me atraiçoa (e não seria incomum!), que pela primeira vez participei numa iniciativa onde esta Rede marcou presença e se apresentou. Daí para cá, tenho marcado presença em muitos eventos e iniciativas da Rede, contribuí para estudos e investigações empíricas, integrei núcleos, e, gradualmente, fui-me tornando mais um "elo" numa Rede que cresce e se difunde pelas distintas geografias do nosso país. Entre outros interesses que me movem, devo em parte à EAPN o meu investimento na análise e compreensão dos fenómenos da pobreza, das desigualdades e da exclusão social[3]. E, digo-o com orgulho, assumo nesses trabalhos a marca e a influência da organização, da sua prática e dos seus princípios orientadores.

Desta longa cooperação destacaria um acontecimento, a preparação e publicação em 2015 do Manifesto Erradicar a Pobreza – Compromisso para uma Estratégia Nacional. Destaco-o porque, a título pessoal, foi para mim a oportunidade de (re)encontrar um conjunto de personalidades que são, ao meu olhar, alguns dos protagonistas fundamentais no estudo e na denúncia da pobreza em Portugal, ao longo das últimas décadas. Em representação de organizações da sociedade civil ou a título pessoal, e sob a batuta da EAPN, este grupo reuniu e refletiu em conjunto. A proximidade de leituras, de ideias e de convicções tornou fácil o diálogo, assim como produziu rápidos consensos sobre uma estratégia e prioridades de política para combater a pobreza e a exclusão social em Portugal. E esta é precisamente a segunda razão do meu destaque, aquela que se prende com a importância do documento produzido. Num período conturbado da nossa história coletiva, dada a crise que o país atravessava, o grupo alertou para a urgência de uma atuação ao nível da erradicação da pobreza e da exclusão. Acreditando que tal não só era urgente como possível. Definiu algumas prioridades, concretizou uma proposta e um modelo, definiu marcos a serem atingidos. Mas, sobretudo, apelou à mobilização dos poderes político, económico e social, numa atuação que fosse conjunta e em nome de valores que enriquecem uma democracia saudável e a coesão social que lhe dá lastro. Os meses seguintes, de apresentação do Manifesto às diferentes instâncias, revelaram o quão difícil é fazer passar a mensagem da importância e da urgência em eleger esta causa como prioritária. Mas, estou em crer, não deixou de contribuir para reduzir a

[3]_Monteiro, Alcides A. (2019) Compreender a Exclusão Social, Lisboa, Mundos Sociais

invisibilidade e alertar a sociedade portuguesa para o facto de que a pobreza está entre nós, habita as nossas ruas e os nossos bairros, é uma mancha indelével na nossa paisagem.

Olhar as mil faces da pobreza não cabe num só dia, o 17 de outubro de cada ano[4]. E todos os dias a EAPN Portugal intervém para dar visibilidade aos problemas da pobreza, da exclusão e das desigualdades, colocando-se no centro da luta contra a sua erradicação. E nos recorda que é nosso dever manifestar viva indignação por uma das mais profundas injustiças, aquela que priva pessoas, famílias e comunidades das condições necessárias para o acesso a uma vida com dignidade. São 30 anos de esforço, mas a missão ainda não está concluída. Urge continuá-la.

4_Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, celebrado desde 1992

Ana Maria Braga da Cruz

Jurista, com um percurso profissional na área dos direitos humanos, igualdade e direitos das mulheres, foi Presidente, Delegada Regional e Assessora Principal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). Tem uma vasta experiência de trabalho com Organizações Não Governamentais, tendo feito trabalho voluntário de apoio a pessoas em situação de crise, de suicídio, idosos isolados, entre outros.
Fez parte da Direção da EAPN Portugal durante vários anos. Defensora dos direitos humanos, ativista na luta contra a pobreza e a exclusão social, desempenhou um papel fundamental em momentos marcantes desta Organização.

Partilhar/Recordar a Vida

Comemorou-se há dias o 5 de outubro, data importante para mim, neta de um velho republicano do Porto.

Há na nossa casa da Granja – que o Avô mandou construir - a tradição da bandeira que sempre se içava (mesmo no tempo do Salazar) nos dias 5.10 e 31.01 (data da 1ª revolução republicana no Porto).

O Avô Quintans contava que teve na noite de 4 para 5 de outubro de 1910 um sonho que mandou pintar (J. Gonçalves, pintor): a Revolução a transpor o Arco da R. Augusta em Lisboa, tendo em 1º plano a República a esmagar a Hidra que simboliza a monarquia. Temos esse quadro na Granja.

Recordo o meu Avô porque ele foi um republicano de 1910 que vivia os valores de um certo humanismo republicano. Não tanto cristãos, mas valores de solidariedade, de respeito pelos outros. Na minha família, inspirados pelo meu avô, todos os valores que se viviam, eram de um grande respeito pelas pessoas e de uma grande solidariedade.

O contacto que tive com pessoas excluídas socialmente e em grande pobreza, nos anos 40 e 50, foi através das Conferências de S. Vicente de Paulo e de pessoas que eu conheci e que frequentaram a minha escola na praia da Aguda. Algumas crianças que chegavam com fome ou que eram batidas na família. Foi o primeiro contacto com mulheres vítimas de violência que eu tive na vida.

Um dia um desses meninos foi lá a casa almoçar e brincar comigo. No fim do almoço fomos dar restos de bife e queijo ao meu cãozinho. O menino disse: "Quem me dera ser cão nesta casa!". Esta frase foi para mim uma acusação / desafio que nunca mais esqueci.

Aprendi a respeitar e sobretudo a compreender pontos de vista diferentes.

No colégio das Doroteias aguçaram-me e alimentaram o meu insaciável desejo de leitura. Isso espicaçou em mim esse interesse pelo "social" que mais tarde a minha formação jurídica traduziu para Direitos Humanos. Não mais desapareceu do meu subconsciente. Passei a sentir que era responsável pelo mundo todo!

O colégio das Doroteias ajudou-me a descobrir o sentido da Vida, do dever, do trabalho responsável. A parábola dos talentos que a minha professora da primária me contou em dia que fui preguiçosa inspira-me todos os dias a fazer o meu exame de consciência. Ajudaram-me a ficar permanentemente inquieta e insatisfeita.

É esse o significado dessa inquietação sobre a pobreza que eu conheci na casa dos pescadores da Aguda/Granja em pequenina, nos meninos que não levavam merenda para a escola ou eram batidos pela família.

A pobreza que vi na minha vida profissional e sobre que reflecti a partir de leituras mais profundas para que fui desafiada. Os tais Direitos Humanos que me levaram ao curso de Direito e a muitos outros caminhos.

Fui estudar para Coimbra, após uma certa luta com o pai. Nos anos 60 uma rapariga de 17 anos ir sozinha para Coimbra estudar Direito dava uma certa luta. Mas finalmente fui respeitada. E aí surgiram essas questões dos direitos e das desigualdades, e também de algum empenhamento em questões sociais – era a altura dos movimentos estudantis. Valores que se integraram na minha vida.

Recordo os meus primeiros passos transpondo a Porta Férrea, carregando o peso da tradição do meu avô republicano de 1910, dos seus valores de solidariedade e de respeito pelos outros. Aprendi naquela casa, naqueles livros, sobretudo no encontro com gente igual e diferente, a aprofundar o sentido de conceitos que foram pesando cada vez mais na minha vida: justiça, igualdade, equidade, democracia, liberdade, tolerância, diálogo, transparência, segurança e certeza do direito, rigor….

Mas também amizade, lucidez, ironia, humor, sentido de independência e autonomia.

Naquelas paredes cresceram muitos dos sonhos, das angústias e das desilusões de que a minha vida – porventura todas as vidas – se teceram.

Naquelas paredes percebi que tinha oportunidades que geravam responsabilidades e solidariedades que não poderia nunca trair.

Naquelas paredes aprendi que é fundamental elaborar e ler as leis com rigor e que nesse rigor o olhar do coração é fundamental. Alguns chamariam a isso inteligência emocional.

Pouco antes do 25 de Abril a Maria de Lurdes Pintasilgo convidou-me para integrar um grupo que daria mais tarde lugar à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Isso deu-me gozo! Senti que era útil atender mulheres vítimas de violência. Senti que era importante denunciar as descriminações de que as mulheres eram alvo nas leis e na vida. Julgava que iria mudar o mundo (ou pelo menos o país…): não aconteceu…Trabalhei em inúmeras ONGS da Igreja e não só. O meu homem teve imensa paciência para aturar as minhas militâncias e ausências!!!!!! Apesar de tudo, por ele, e pelos filhos, limitei-me um bocado… Mas ele ás vezes perguntava-me se eu achava que era bombeiro.

Na minha juventude militante nunca imaginei ser capaz de criar filhos com prazer, gozo e paciência. E de ver em sucessivas gerações a casa invadida por hordas de crianças e jovens!!!!!! Foi tudo Graça. A capacidade de ouvir que sempre tive ajudou muito. Mas talvez devesse ter tido abertura para ouvir ainda mais. O ver o outro crescer em liberdade e autonomia foi um prazer enorme. Devo dizer que foi uma descoberta por vezes doce, por vezes dura…Mas que me fez crescer imenso. Descobri ainda mais o sentido da festa que as crianças ensinam.

As gargalhadas, as conversas, os sorrisos, as birras de todas as crianças da família e dos filhos (alguns adotivos, como nós dizíamos) ensinaram-me outra dimensão da Vida. Devia ter acolhido mais e melhor: fiz o que na altura me foi possível, e peço perdão no que falhei!

Olho a minha/nossa vida e partilho hoje o que venho pensando e sentindo.

Comemora-se mais uma vez o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Tento transformar emoções atravessadas pelo sucesso e pelo insucesso, pela alegria e pela desilusão, pela esperança e pela angústia e insisto em (re) construir a VIDA e a Esperança.

Insisto em olhar de frente o insucesso do sucesso. As múltiplas discriminações que ajudei a eliminar de que a mulher era (é) alvo na lei e na vida. A violência doméstica, a figura do chefe de família, o não acesso das mulheres à magistratura e à carreira diplomática, as disparidades salariais, o acesso à educação, o marido que podia rescindir o contrato de trabalho celebrado pela mulher mesmo antes do casamento, a autorização necessária do marido para transpor a fronteira…

Ajudar a construir a Justiça que todos nós tentámos… E apesar de enormes progressos nos sectores da educação e da saúde, continuamos a conviver hoje com a pobreza, o isolamento,

a escassez de formação/ informação de tanta gente com que nos cruzamos e com a solidão profunda de muitos...

Olho o desemprego dos jovens e não só. Observo os jogos de poder, a desvalorização das utopias dos meus vinte anos.

Confronto-me com as estatísticas e com a realidade da pobreza no nosso país e sinto como isso constitui uma situação intolerável à luz dos direitos humanos fundamentais que me ensinaram a amar e defender.

Ouço apregoar as estatísticas relativas à pobreza em Portugal: 2 milhões de cidadãos, as crianças, os velhos, as mulheres. Como se a nós, aos não pobres, aos cristãos bem comportados, nada mais competisse do que lamentar isso uma ou duas vezes por ano e acusar o poder instituído. A pobreza não é uma fatalidade. Trata-se de estudar novos paradigmas e de aprofundar articulações consistentes. O Papa diz que esta economia mata!

O sentimento de liberdade que a idade vem potenciando faz-me experimentar uma Alegria imensa por ter força para dizer o que penso sem vergonha e sem peias.

Pergunto-me muitas vezes: para que serviu a utopia que vivi e vivo? Serviu para isso: para que eu não deixe de caminhar. Continuo a aprender muito com gente vítima de violências várias, com os espoliados deste mundo.

Foi uma aprendizagem/caminho percorrido desde a infância. Muita gente me deu a mão: a minha Mãe, a minha Avó, o meu Avô ateu e republicano, os debates no seio da EAPN.

O olhar cínico, espantado, sobranceiro de cristãos bem alinhados ajudaram-me imenso a crescer entre a revolta e as lágrimas.

Pergunto-me quem sou eu hoje?

Sou a menina que passeava no jardim pela mão do Avô republicano.

Sou a menina a quem um dia um colega de escola declarou que gostaria de ser cão naquela casa.

António Alpendre

António Albino Alpendre dos Santos Sousa, Alpendre como o conhecemos na EAPN, teve o seu primeiro contacto com a Rede muito perto do seu início e quando ainda se chamava REAPN. O seu envolvimento participação e contributos, surgiram quer ao nível nacional, ao nível da Região de Lisboa e posteriormente ao nível do Distrito de Setúbal, tendo defendido e contribuído para a criação deste Núcleo Distrital. É por isso um dos membros fundadores do Núcleo Distrital de Setúbal da EAPN, tendo assumido voluntariamente, durante muitos anos, a sua Coordenação e Vice coordenação.
A partilha das suas preocupações, reflexões e conhecimentos, bem como uma imensa ternura e apoio prático e emocional, foram e são marcas da sua presença e da sua colaboração única. Alpendre, mais do que o seu nome, foi e é, sobretudo para quem trabalha no Núcleo de Setúbal, mas não só, uma proteção, um abrigo, um "porto seguro" para pensar e agir em conjunto.

EAPN - Trinta anos de vida em prol de outros

Sou António Albino Alpendre dos Santos Sousa. Comecei em 1992 o meu caminho Institucional, como presidente da direção, no Centro Social da Quinta do Anjo, uma Instituição Particular de Solidariedade Social da freguesia de Quinta do Anjo, concelho de Palmela, distrito de Setúbal. Sou um dos fundadores da União Distrital das IPSS do Distrito de Setúbal cumprindo atualmente um mandato como vice-presidente da direção e sou fundador da União Concelhia das IPSS do concelho de Palmela, fazendo parte da sua Assembleia Geral como Presidente da Mesa.

Dou os primeiros passos institucionais e sinto a necessidade de alargar os meus objetivos no desempenho das minhas funções procurando alargar o relacionamento com outras organizações no terreno, conhecer outras respostas sociais no apoio aos mais vulneráveis e ter acesso a formação específica para dirigentes no combate à pobreza e exclusão social, razão primeira da existência das IPSS.

Nessa busca encontro a REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza Portugal, hoje EAPN, uma organização na altura também a dar os primeiros passos portadora de um discurso, facilitadora de know-how técnico, com prática de implementação de projetos no terreno, enquadrando-se assim no conhecimento que eu pretendia para mim e para a minha ação na minha atividade como promotor social. Foi na altura este relacionamento o "abrir de horizontes", o desafiar para participar nas nossas medidas de apoio social emergentes como os primeiros projetos de Luta Contra a Pobreza no Concelho de Palmela, a implementação do Rendimento Mínimo Garantido, atual Rendimento Social de Inserção, na constituição da Comissão de Proteção de Menores de Palmela, na constituição do Conselho Local de Ação Social de Palmela e Comissão Social da Freguesia de Quinta do Anjo, de tomadas de posição em encontros e fóruns, o trazer conhecimentos e propostas de ações e pô-las em prática.

Uma coisa é pensar estratégias a nível nacional, outra é ser confrontado com a sua aplicação no terreno e no dia-a-dia. Recordo as reuniões temáticas nacionais onde o debate era vivo na procura de sentir o seu resultado.

Lembro aqui que o programa SIFAT que foi uma novidade para muitos e que permitiu o desafio e formação a dirigentes e técnicos levando à territorialização da EAPN com a criação de Núcleos Distritais aumentando a sua influência confinada na altura ao Porto. Foi preciso lutar para criar as condições para abrir a própria EAPN. Lisboa foi na altura uma realização lutada. Abrir um

núcleo em Lisboa foi trazer para fora da Sede o pensamento e a realização. O SIFAT leva à criação de novos núcleos distritais, desde logo, o Núcleo Distrital de Setúbal do qual fiz parte do grupo fundador.

Fui seu presidente durante vários anos e aqui queria enfatizar o trabalho das técnicas Susana Godinho e Ana Vizinho que foram o suporte técnico e de ação.

Para além da participação nas ações promovidas pela sede da EAPN orgulho-me daquilo que fizemos no Núcleo de Setúbal. Implementámos as visitas descentralizadas às entidades associadas efetuando aí as reuniões mensais, permitindo conhecer estas entidades não só no seu património, mas também nas suas respostas sociais, conhecendo as suas dificuldades, os seus projetos e beneficiando da partilha do seu saber adquirido na prática diária.

A sede foi sempre muito ativa no acompanhamento e avaliação das medidas sociais de apoio ao combate à pobreza e exclusão social criando momentos de reflexão conjunta fosse sobre a implementação do RMG, seguir o programa, senti-lo e avaliá-lo, passá-lo às Associadas desafiando-as a serem promotoras desse programa. Foram anos muito produtivos que fizeram crescer a EAPN em número de técnicos e em conhecimento para todos nós.

Ao criar núcleos nas capitais de distrito a EAPN passou a estar mais perto das instituições e com isso a poder melhorar o nível de resposta a dar no terreno. O interesse seria sempre o mesmo que todos os dias nos tornarmos mais úteis no desempenho das nossas atribuições no âmbito de darmos às nossas organizações ferramentas para poder atuar e ajudar o grupo daqueles cujas condições de vida os colocava na franja da sociedade, dar aos seus dirigentes e técnicos mais meios para o seu sucesso no desempenho das suas funções tendo sempre como fim o combate à pobreza e exclusão social. Integrá-los, dar-lhes uma visão diferente da que tinham tido anos a fio. Trabalhando famílias, desde avós de idade avançada que por respostas de Centro de Dia, aos pais e mães criando cursos que os ajudariam a criar hábitos de trabalho e consequentemente emprego e a aposta na escolaridade dos mais novos para que os seus objetivos de vida não fossem iguais ao dos seus familiares, quebrando os círculos de pobreza.

Nasceram programas locais em Setúbal como o "Círculo do Conhecimento" projeto de formação idealizado e executado entre as entidades associadas do distrito de Setúbal. A partir de um levantamento de necessidades específicas de formação partilhadas por todos foi possível promover ações de formação em instalações das associadas com formadores das próprias associadas partilhando o seu conhecimento e experiências. Foi um momento

de grande riqueza e de partilha entre pares. Recordo ações distritais de comemoração do Dia Mundial da Pobreza como uma corrida de atletismo solidária e o projeto da manta de retalhos feita com a participação das associadas alusiva à temática.

O Núcleo de Setúbal participou desde o início como observador no CLAS de Setúbal e nas Plataformas Supraconcelhia da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano como membro efetivo e nas equipas técnicas de preparação das sessões plenárias, recebendo assim o reconhecimento das entidades públicas (órgãos descentralizados do Estado e Autarquias Locais) do seu trabalho. A nossa participação e contributos foram importantes na tomada de algumas decisões políticas a nível regional.

As reuniões mensais por norma tinham um tema de discussão fosse o funcionamento do RSI, dos CLAS, o impacto das decisões governamentais na gestão das associadas, nomeadamente das IPSS, em termos da sua sustentabilidade e da pertinência das suas respostas localmente. Eram ainda momentos de convívio pessoal reforçando os laços institucionais.

Tenho orgulho no trabalho que o Núcleo de Setúbal fez na participação e na gestão da EAPN. Termino felicitando a EAPN pelo seu aniversário. O seu papel na sociedade portuguesa mantém-se pertinente e atual.

Bruno Gonçalves

Bruno Gonçalves é formado em Animação Socioeducativa. É mediador sociocultural, formador do Conselho da Europa para o Programa ROMED e ativista dos direitos das comunidades ciganas. Escreveu o livro infantil "A história do ciganinho Chico". Atualmente é vice-presidente da Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas
Teve o seu primeiro contacto com a EAPN em 1999 integrando o Grupo SINA, grupo temático sobre comunidades ciganas. Desde então tem colaborado em vários projectos e atividades desenvolvidas pela EAPN Portugal na área das comunidades ciganas e como ele próprio refere esta Organização proporcionou-lhe espaços de partilha, aprendizagem que influenciaram de alguma forma a construção do seu percurso pessoal e profissional.

A EAPN surge na minha vida no momento que iniciei o meu ativismo e o dirigismo associativo. Em 1999 o meu caminho cruza-se com esta entidade no âmbito do grupo SINA que refletia e trabalhava pistas de trabalho na temática da saúde nas comunidades ciganas. Foi um enorme prazer trabalhar e refletir temas tão importantes e preocupantes para o meu povo cigano que inevitavelmente se cruzavam com outros temas como a habitação e educação. Espaços de partilha, de aprendizagem e de construção.

Conheci pessoas extraordinárias que ainda hoje marcam o meu percurso, o Sérgio Aires é das pessoas que mais me ensinou e com quem mais aprendi neste país sobre políticas de inclusão, ainda hoje carinhosamente o trato por padrinho porque é um dos mentores de todo o meu percurso. Fui durante muitos anos colaborador voluntário da EAPN na temática dos ciganos, tive a oportunidade de participar numa centena de eventos seja fora ou dentro do país, foi-me dada a oportunidade de falar na primeira pessoa sem nunca ter tido uma chamada de atenção ou correção no que dizia com sentimento, cresci enquanto pessoa e técnico, ganhei autoestima, aprendi e ensinei! Quando o espaço é criado para nos empoderar que mais podemos pedir?!

A EAPN nunca parou e nunca deixou de estar ao lado do movimento associativo e ativismo cigano quando as portas se fechavam ou teimavam em abrir, foram essenciais para a construção e elaboração de políticas que cortavam de uma vez por todas com as medidas avulsas, hoje há uma Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas porque há muito anos a EAPN já falava em algo semelhante antes da recomendação da UE.

A EAPN além de tudo o que tem contribuído e impactado em políticas para os que mais sofrem e os que menos têm oportunidades nesta sociedade, tem algo que sempre me cativou, uma abordagem aos temas que "corta" de alguma forma com um sistema assistencialista pois acreditam na criação de políticas que promovam a autonomia das pessoas e dos coletivos.

No tema das comunidades ciganas há de fato 2 pessoas que nunca desistiram de colocar este tema na agenda da entidade, mesmo sendo um tema impopular, o Sérgio Aires e a Maria José Vicente, acredito que ainda hoje sofrem com as nossas perdas e derrotas mas que vibram com as nossas vitórias! Quando assim é, faz-se a diferença e constrói-se uma cumplicidade que jamais pode ser beliscada.

Parabéns à EAPN, obrigado por ter sido importante naquilo que hoje sou! Todas as conquistas dos nossos coletivos têm um antes e sem dúvida que a EAPN foi um desses trampolins neste caminho tão longo que temos para trilhar!

TEM A VER COM
A EUROPA
TEM A VER
CONSIGO
Participe no debate
9 de maio – Dia da Europa
mais informações:
/EuropeDirectPorto
europe direct
TEM A VER COM
A EUROPA
TEM A VER

Carlos Farinha Rodrigues

Carlos Farinha Rodrigues é Professor Associado da Lisbon School of Economics and Management da Universidade de Lisboa (ISEG/UL) e investigador do Cemapre (Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica) nas áreas de distribuição do rendimento, desigualdade, pobreza e políticas sociais. É membro da Direcção do Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson-Correia da Serra e assessor do Instituto Nacional de Estatística nas áreas de distribuição do rendimento e das estatísticas das famílias. Membro da comissão de coordenação de preparação de uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Portugal. É consultor científico do Programa Proinfância promovido pela Fundação La Caixa dirigido a famílias com crianças em situação de pobreza e exclusão social. É coordenador científico em Portugal do projecto europeu "EUROMOD - Tax-benefit microsimulation model for the European Union". Desde 2013 é coordenador do Mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISEG - Universidade de Lisboa. Tem publicado diversos estudos sobre a distribuição do rendimento em Portugal, a desigualdade, a pobreza e a eficácia redistributiva das políticas públicas.
Entre as suas publicações mais recentes encontram-se os dois estudos sobre desigualdade e pobreza que coordenou para a Fundação Francisco Manuel dos Santos em 2013 ("Desigualdades Económicas em Portugal") e em 2016 ("Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento"), o estudo realizado para a OCDE em 2015, conjuntamente com Jens Arnold, ("Reducing inequality and poverty in Portugal").
Carlos Farinha Rodrigues é associado da EAPN Portugal, amigo de longa data desta Organização, têm sido inúmeras as suas colaborações com a EAPN durante estes 30 anos.

EAPN Portugal – 30 anos de combate à pobreza que se projetam no futuro

Celebrar os 30 anos da EAPN Portugal é reconhecer, em primeiro lugar, o papel crucial que a EAPN desempenhou ao longo destes anos na denuncia das situações de pobreza no nosso país, na consciencialização social de que a erradicação da pobreza deve constituir um desígnio nacional porque a pobreza não é um problema exclusivamente dos pobres mas da sociedade no seu conjunto, no avançar de propostas concretas e fundamentadas para os principais problemas sociais com que a nossa sociedade se confronta.

Mas comemorar estes trinta anos é igualmente para mim o reviver de um caminho comum com marcos determinantes na luta contra a pobreza em Portugal como foram, para somente citar alguns, a luta pelo reconhecimento oficial da pobreza como uma violação dos direitos humanos e de cidadania, a defesa do Rendimento Social de Inserção como política estruturante de combate à pobreza extrema e o pugnar por uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza que potencie e dê coerência às políticas publicas.

Mas celebrar estes trinta anos de atividade é para a EAPN, estou certo disso, o renovar de um compromisso de continuar a lutar contra todas as formas de pobreza, de desigualdade e de exclusão social. É o reconhecimento de um passado que se projeta no futuro, por um Portugal mais justo e solidário, e onde os nossos caminhos certamente se voltarão a cruzar.

O meu pequeno contributo para este aniversário é um conjunto de reflexões sobre a atual crise social que o nosso país enfrenta e que foram agravadas pela pandemia. São reflexões pessoais mas que em grande parte certamente serão partilhadas pela EAPN.

A situação social e a pandemia

Entre 2015 e 2019 o nosso país deu passos extremamente positivos para a melhoria das condições de vida da população, para a redução da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. Em 2019 a taxa de pobreza do conjunto da população reduziu-se para 16,2%. O coeficiente de Gini desceu nesse mesmo ano para 31,2%. Ambos os indicadores constituem o valor mais baixo registado no nosso país desde que o INE iniciou a publicação anual destes indicadores em 1995. Mas a realidade social do país é hoje, infelizmente, bem diferente. A partir de março de 2020, os efeitos socioeconómicos da pandemia, com a redução expressiva da atividade económica, o aumento do desemprego e a quebra dos rendimentos de largos setores da população agravou de forma inequívoca as condições de vida de milhares de pessoas.

Se a atual situação socioeconómica corresponde a uma interrupção da evolução positiva verificada na pobreza e desigualdade ou a uma inversão dessa mesma tendência é algo que ninguém pode ainda responder com confiança. Irá depender, certamente, da evolução da pandemia e da intensidade e da qualidade das políticas públicas para assegurarem uma recuperação económica inclusiva no período pós-pandemia.

O primeiro aspeto que gostaria de salientar é o reconhecimento de que as consequências económicas e sociais desta crise não são iguais para todos. Os efeitos da crise, ou pelo menos a sua amplitude, dependem fortemente do grupo social em que se está inserido, das condições de trabalho, de saúde, de habitação, etc. Podemos falar, também aqui, de uma profunda desigualdade perante o risco dos efeitos da pandemia.

O segundo aspeto é o de que a presente crise potenciou fortemente os riscos de um aprofundamento expressivo dos níveis de desigualdade e de pobreza no nosso país. A informação que já dispomos sobre a quebra dos rendimentos de largos setores da população, do aprofundamento das situações de precariedade laboral e social, os efeitos já mensuráveis ao nível do desemprego são indicadores claros de que a situação social se degradou fortemente, que as situações de pobreza e mesmo de pobreza extrema se acentuaram fortemente.

O agravamento da desigualdade

O acentuar das desigualdades pode ser observado a partir de duas vertentes distintas. O primeiro é o acentuar das desigualdades preexistentes à emergência da presente crise. Apesar da redução dos principais indicadores de desigualdade ocorridos nos últimos anos Portugal manteve-se um país profundamente desigual.

Os principais determinantes da desigualdade económica como a precariedade laboral, a assimetria na distribuição dos salários ou a manutenção de largos setores da atividade fora do circuito da economia formal mantiveram-se praticamente inalterados.

Adicionalmente alguns dos elementos que em anteriores crises serviram de "válvula de escape" do sistema na proteção dos rendimentos familiares como o trabalho informal foram completamente neutralizados na presente crise. Este aspeto da quebra dos rendimentos dos vários tipos de trabalhadores atípicos ou com uma relação formal muito ténue com o mercado de trabalho revelou-se profundamente gravosa na medida em que grande parte do nosso sistema de proteção social foi desenhado para proteger os trabalhadores com ligações normais

ao mercado de trabalho e somente de forma marginal abrange este tipo de famílias que assim se viram sem rendimentos e sem acesso à proteção social.

Acentuou-se igualmente as desigualdades no acesso aos serviços públicos. Um exemplo claro é o que aconteceu com o acesso ao sistema de saúde por motivos não relacionados diretamente com o COVID, mas podemos encontrar exemplos igualmente no acesso à habitação, ao modelo de prestação de cuidados dos idosos, aos transportes, etc.

O segundo aspeto a realçar é o aparecimento de novas formas de desigualdade. Aquilo que aconteceu no ensino em Portugal no período de confinamento é um exemplo claro da emergência de novas formas de desigualdade.

Com o encerramento das escolas e das Universidades, e a passagem do ensino presencial para o ensino on-line, a ligação de milhares de jovens ao sistema de ensino degradou-se fortemente. Apesar do esforço das escolas, do trabalho incansável de muitos professores para que essa ligação se mantivesse tão ativa quanto possível é indiscutível que os benefícios desse esforço dependem muito das condições sociais dos alunos.

Muitos milhares de alunos no nosso país não dispõem de meios informáticos e de ligações à internet que lhe permitam seguir de forma eficiente as aulas on-line. Mas, tão ou mais importante que os meios materiais de acesso a este novo modelo de ensino à distância, é o apoio familiar e as próprias condições de habitação adequadas que esta mudança exige.

Para grande parte das famílias mais pobres com crianças esta crise traduziu-se num efetivo enfraquecimento da ligação com o sistema de ensino. Este enfraquecimento da ligação com o sistema de ensino das crianças em famílias mais desprotegidas não deixará de potenciar os mecanismos de reprodução geracional das desigualdades, neutralizando ainda mais os poucos mecanismos de "elevador social" que a escola proporciona.

O aumento da pobreza

Esta crise tem também um potencial de agravamento das situações de pobreza e de exclusão social que, infelizmente, se prolongarão no tempo muito além da duração da crise pandémica. O aumento do desemprego, a paralisação total ou parcial de largos setores de atividade veio adicionar à pobreza mais tradicional outros setores da população que anteriormente estavam claramente imunes ao fenómeno da pobreza.

Mas mesmo num cenário em que vários setores da população são afetados, nem todos o são da mesma forma. A intensidade dos efeitos da crise será maior naqueles já eram particularmente vulneráveis. Esses vão ser os primeiros a sentir o impacto desta crise.

Os indivíduos com uma fraca ligação ao mercado de trabalho, seja porque são trabalhadores informais, seja porque estão a prazo, seja porque têm contratos parciais, são não somente aqueles que viram os seus rendimentos reduzirem-se de forma mais significativa, mas também os que terão mais dificuldade em beneficiar das medidas que o Governo tem tomado para mitigar a crise. Não há nenhuma relação formal anterior que lhes permita aceder às medidas que o Governo tinha à sua disposição.

Por esse motivo foi necessário criar novas medidas, que se revelaram essenciais, mas a que faltou a consistência estratégica de serem concebidas como parte de um todo.

As famílias alargadas com crianças e as famílias mais jovens serão igualmente dos setores sociais mais afetados pela atual crise.

O papel das políticas públicas

Se já hoje é inquestionável que os efeitos da presente crise se vão prolongar no tempo muito para além do próprio timing da pandemia (que desconhecemos) é também inquestionável que a sua duração e intensidade irá depender muito do tipo, da intensidade e da qualidade da intervenção do Estado.

Um dos aspetos positivos da presente crise é que ela veio demonstrar, de forma inequívoca, a importância das políticas publicas no enfrentar da crise, seja a crise sanitária seja a crise económica e social dela decorrente.

Na avaliação das políticas publicas de resposta à pandemia é importante diferenciar claramente dois períodos.

O primeiro, correspondeu às medidas de urgência que foi necessário tomar como resposta ao problema sanitário e à emergência dos problemas sociais. Este período correspondeu em muitos casos à implementação de medidas que como resposta imediata aos problemas surgidos resultantes da paragem da atividade económica, da perda do emprego e da quebra dos rendimentos. De uma forma geral essas medidas tiveram um impacto positivo visando

salvaguardar as empresas e as famílias. Apesar de alguma experimentação e fragmentação quase inevitável elas tiveram uma abrangência bastante alargada quer nos instrumentos utilizados quer nas preocupações sociais que lhe estavam subjacentes.

O segundo período pressupõe a implementação de um programa de recuperação económica e social inclusivo que permita não somente recuperar a economia, mas igualmente evitar erros do passado em termos de um modelo de proteção social que garante a todos a efetiva concretização dos direitos sociais. Esse programa implica políticas integradas, que combine políticas económicas e políticas sociais e tem que estar inserido numa estratégia global de combate à pobreza.

Implica gerar sinergias que possibilitem abordar em simultâneo o triângulo do emprego, da defesa dos rendimentos e da concretização dos direitos sociais. Isso implica igualmente uma reavaliação dos mecanismos já existentes como o RSI, o CSI, o abono de família ou o subsídio de desemprego, procedendo a uma recalibração do seu modo de funcionamento de forma a assegurar o aumento da sua eficácia e eficiência.

Nesse contexto, a proteção dos que ficam privados de atividade (por via do desemprego, ou outra forma de fragilidade social) deve ser uma preocupação central. O trazer para a economia formal grande parte daqueles que anteriormente dela estavam ausentes deve constituir uma prioridade.

A questão do trabalho socialmente útil, mas que não é reconhecido pelo mercado deve ser igualmente levado em conta na formulação das políticas públicas.

É necessário ter em conta que mesmo que o processo de recuperação permita repor a economia em funcionamento tal não vai acontecer em todos os setores de atividade à mesma velocidade e que serão necessárias medidas mais específicas para aqueles setores que evidenciarem mais dificuldades na retoma.

Por último, a implementação de um programa de recuperação económica e social inclusivo implica a capacidade de mobilizar diversos atores para além do próprio Estado Central: as autarquias locais, as empresas, as instituições de solidariedade social e de uma forma geral as diversas instituições do setor social.

STARTUP
FEST '16
04.06
Singular
do
plu
ral
03 a 30
JUN'16
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA
Sérgio Aires
U.PORTO
JORGE
RIBEIRO
DE FARI
FIGURA EMINENTE U.PORTO

Carlos Susías Rodado

Licenciado em Ciência Política e Sociologia. É especialista em avaliação, programação e supervisão de políticas públicas de inserção social e formador de formadores em economia social. Da sua formação, destaca-se a Gestão Estratégica e Liderança Social do IESE. Iniciou a carreira profissional como Chefe do Regime Interno e staff da Câmara Municipal de Tomelloso (Espanha). Posteriormente, foi Coordenador de Programas da Fundação CERES e Coordenador provincial da Fundação Castela-La Mancha para iniciativas de futuro. Atualmente é Diretor da Rede Europeia de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social em Castilla La Mancha e Presidente da EAPN Espanha. Desde 2001 é membro do Comité Executivo da EAPN Europa, tendo em junho de 2015 sido eleito Vice-Presidente da organização.

Também desde 2012 é Vice-Presidente de Políticas Sociais, Agenda 2030 e Assuntos Europeus da Plataforma do Terceiro Setor. Carlos Susías é, desde 2018, Presidente da EAPN Europa.

30 aniversario de EAPN Portugal, Una gran historia, un insobornable compromiso

Creada el 17 de diciembre de 1991, EAPN Portugal es una organización reconocida como Asociación Nacional de Solidaridad Social de Portugal, obteniendo en 1995 el estatus de Organización No Gubernamental para el Desarrollo (ONGD). La acción de EAPN Portugal, con sede en Oporto, se extiende a todo el país a través de 18 Núcleos de Distrito. En 2010 la REAPN fue galardonada con el Premio de Derechos Humanos de la Asamblea de la República. La decisión unánime fue tomada por un jurado constituido en el ámbito de la Comisión de Asuntos Constitucionales, Derechos, Libertades y Garantías. Es una larga historia, a cuyo festejo quisiera sumarme.

Para mí, hablar de EAPN-Portugal significa remover unas vivencias y emociones actuales y de hace mucho tiempo… y todas positivas.

En lo personal, no puedo dejar de pensar en las muchas compañeras y los muchos compañeros que he conocido de la REAPN. Me habéis hecho sentir, desde el primer momento, como un amigo más, por eso cuando se me ha pedido que haga esta referencia a la historia de la REAPN me es muy difícil separar lo personal de lo institucional. Disculpas si en algún momento se mezclan las dos visiones.

Como presidente de la EAPN-España tengo tal grado de agradecimiento a la red portuguesa que se me hace muy difícil ser imparcial… Estoy por la misión, visión, valores y acciones de la red portuguesa y, además, la admiro.

Y también como presidente de EAPN en Europa creo que REAPN es una historia de éxito, que seguro es debido a la gran cantidad de personas que se han implicado a lo largo de su historia. Personas que han puesto en el centro de su acción, su profesión o su voluntariado, el defender los derechos y el acceso a los mismos de las personas en pobreza y exclusión social.

REAPN ha sabido dotarse de direcciones técnicas potentes que han ayudado a su desarrollo y crecimiento. Con solo nombrar a Ana Lucía, a Sergio Aires o a Sandra Araujo nos situamos en la alta categoría que tiene la propia Red.

Ver la historia de REAPN y recordar como representó en Portugal la primera iniciativa de cooperación transversal entre entidades en el contexto de un movimiento asociativo muy débil en el que no había práctica de cooperación.

Es necesario recordar el compromiso de la REAPN con los colectivos especialmente marginados como fueron los programas que inició en el ámbito de la población gitana.

Pero para atender y defender a las personas más vulnerables es necesario contar con gente capacitada y formada, y en este ámbito hay que reconocer el esfuerzo realizado en la formación de profesionales mediante encuentros y cursos de formación que se han venido realizando a lo largo de estos años de vida.

Y si los técnicos y voluntarios son importantes para la REAPN, también lo son, y mucho, las personas con experiencia en pobreza, conocer de primera mano las necesidades, inquietudes y propuestas es un valor esencial que permite a la REAPN cargase de legitimidad a la hora de presentar sus propuestas y acciones. La imagen que traslada la REAPN es que para vosotros las personas son lo primero.

También su labor de difusión de conocimiento para las políticas sociales y para las entidades sociales desde sus estudios y publicaciones de alto valor.

Y una muestra de ese interés por el conocimiento y por aprovechar las oportunidades existentes en cada momento para mejorar la vida de las personas en pobreza y exclusión social, la tenemos en su labor de incidencia política, con alta cualificación técnica, para poner en el centro de la agenda política la exclusión social y la pobreza, así como su agenda en la planificación de los fondos estructurales.

La información es una de las áreas de intervención de EAPN Portugal cuyos principales objetivos son difundir conocimientos que faciliten una intervención más eficaz en el campo; facilitar el acceso a la información y contribuir a la construcción de una opinión pública favorable a los fenómenos de pobreza y exclusión social, así como sensibilizar sobre estos problemas; dar a conocer proyectos y buenas prácticas desarrollados en el contexto de la pobreza y la exclusión social a nivel nacional y europeo; agilizar un circuito de información mediante publicaciones actualizadas sobre los principales temas de política y acción social nacional y europea; y finalmente, la organización de espacios de intercambio de opiniones

e información con el fin de encontrar soluciones innovadoras a los problemas sociales, que pueden tomar diversos formatos, como seminarios, talleres, congresos, etc.

Dentro de sus publicaciones, no puedo menos que destacar a Rediteia, una revista de política social anual, un verdadero espacio de análisis y reflexión sobre diversos temas relacionados con los temas de pobreza y exclusión social. Esta publicación reune a diferentes opiniones y perspectivas de entidades y personalidades nacionales y europeas, y de diferentes ámbitos sociales y económicos, garantizando así una heterogeneidad de puntos de vista e información imparcial, creíble y polifacética.

También quisiera destacar, por un lado, a los Cadernos EAPN, que tienen como objetivo estudios, proyectos e investigaciones relevantes que lleven a la conciencia y comprensión de los fenómenos de pobreza y exclusión social y a la línea editorial Redaçao, la cual difunde la intervención de EAPN Portugal en diversos campos de acción, incluyendo actas de eventos, informes de proyectos, documentos estratégicos y de reflexión, etc.

Visto todo lo anterior, a nadie puede sorprender la vocación de interrelación con otros agentes y actores tanto nacionales como internacionales.

Igualmente, su compromiso con las redes nacionales de EAPN de toda Europa, con las responsabilidades que ha asumido en la dirección de la Red a nivel europeo, tanto en sus órganos técnicos como el Grupo de Inclusión de la red europea como en su Comité Ejecutivo en donde ha estado en distintos periodos en su dirección y también, durante 6 años en la presidencia de la EAPN.

REAPN siempre ha sido una red respetada y escuchada por lo que ha aportado y aporta, y por su generosidad a la hora de apoyar a otros... Y llegados a este punto, y como presidente de EAPN-España, tengo que hacer un gran reconocimiento al proceso de acompañamiento, apoyo, enseñanza y ánimo que realizó la REAPN para que la red española se volviese a constituir.

La red española es lo que es hoy, en una parte importante, gracias a ese proceso de acompañamiento que la red portuguesa, de una forma desinteresada y muy amistosa, hizo con nosotros.

Recordar también los procesos de colaboración entre las dos redes y como la REAPN siempre ha respondido a la llamada de la red española, lo que nos ha ayudado a mejorar nuestros espacios de trabajo.

Queridos amigos y amigas, solo recordar que a la red española nos tenéis a vuestra entera disposición para seguir trabajando y colaborando con vosotros. Siempre es una colaboración en la que las personas en pobreza y exclusión social salen ganado algo.

Finalmente, no puedo dejar de mostrar nuestro reconocimiento a ese gran hombre y gran persona que es el Padre Jardim. Sin duda que su impulso, visión y gran trabajo ha marcado esencialmente el devenir de las posiciones de inclusión social y lucha contra la pobreza en Portugal y en otras muchas entidades sociales de toda Europa.

Para mí ha sido un referente y alguien a quien admiro. Ha hecho un magnifico trabajo, ha impulsado unos procesos innovadores y ha puesto el interés de las personas por encima de todo.

Queridos amigos y amigas de la REAPN, muchas gracias de todo corazón y recordaros que os necesitamos. Sois muy importantes para la sociedad portuguesa, pero también sois un valor esencial de la sociedad europea: de la sociedad europea que se preocupa por todos.
Un fuerte abrazo y feliz aniversario.

Catarina Marcelino

Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social.
Ex-Secretária de Estado para a Cidadania e para a Igualdade.

EAPN – 30 anos de ação e combate à pobreza em Portugal

A EAPN Portugal está de parabéns pelos 30 anos de trabalho efetuado e reconhecido no país, na luta contra a pobreza e exclusão, assente nos Direitos Humanos e em valores essenciais do Estado Democrático e da Europa: dignidade, solidariedade, justiça e igualdade.

A EAPN, na sua organização, encerra em si as dimensões regional, nacional e europeia, que permitem, numa perspetiva de influência aos mais diferentes níveis, concorrer para políticas públicas eficazes no combate à pobreza, quer através de intervenção junto de entidades locais, quer na publicação de estudos e na organização de momentos de reflexão que se traduzem em propostas concretas, apresentadas junto das instâncias nacionais como a Assembleia da República ou o Governo.

Este modelo de intervenção é ímpar nas organizações da sociedade civil em Portugal e tem vindo a destacar-se pelas posições de defesa das pessoas pobres e mais excluídas, através de uma postura crítica, mas sempre construtiva e transformadora. Destaco a proposta de uma estratégia nacional de luta contra pobreza que, após vários anos de insistência, com propostas aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, promoção de debates parlamentares, propostas a diferentes Governos, vê hoje a sua pretensão tomar forma e concretizar-se formalmente numa Estratégia Nacional com medidas, indicadores e metas a concretizar.

Ao longo dos últimos anos fui-me cruzando com a EAPN, na implementação do RMG agora RSI, na construção dos PNAI- Planos Nacionais de Ação para a Inclusão, na critica aberta e assumida à proliferação de cantinas sociais como resposta primeira e de carater assistencialista, no combate à pobreza, ou ainda no combate à discriminação e promoção da inclusão das comunidades ciganas no nosso país.

A inclusão das pessoas ciganas, é desde a primeira hora, matéria central na atividade da EAPN em Portugal. Sendo estas comunidades fortemente atingidas pela pobreza e pela exclusão no nosso país, tal como acontece em toda a Europa, este tema esteve desde a primeira hora no centro da intervenção da organização, seja a nível nacional, seja a nível europeu.

Os projetos em territórios como o Alentejo, vieram mostrar a importância de uma intervenção não assistencialista que, por um lado investe na formação dos atores locais como agentes de mudança e integração, e que por outro lado aposta nas pessoas das comunidades ciganas e na

sua autodeterminação, respeitando as suas escolhas e defendendo os seus direitos, criando assim as condições para uma inclusão real e objetiva.

Não posso deixar de referir o trabalho conjunto que realizei com a EAPN quando exerci o cargo de Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, no lançamento de uma campanha nacional contra a discriminação das pessoas ciganas, a única campanha realizada até hoje em Portugal especificamente sobre este tema, e a visita realizada à Fundacion Secretariado General Gitano em Madrid, cujo trabalho no âmbito da empregabilidade das pessoas ciganas é dos mais bem sucedidos na Europa, permitindo trazer para Portugal boas práticas neste âmbito.

Esta luta, sempre presente, sempre independente e sempre ativa contra a pobreza em Portugal, tendo presente as diferentes dimensões dessa mesma pobreza, tem sido a marca da organização ao longo de 30 anos, independentemente da conjuntura política de cada momento. A EAPN assume na sua intervenção um papel independente que dá voz a quem não tem voz, mas respeitando sempre a identidade, os direitos e a vontade daqueles que representa.

Hoje, sobretudo com a experiência da pandemia, voltamo-nos a focar na importância do Estado Social e das suas Instituições e na importância das entidades da sociedade civil, nomeadamente na cooperação entre as mesmas para que possamos estar mais perto e responder com mais e melhor eficácia às pessoas e comunidades mais vulneráveis. É preciso que as condições estejam criadas para que todos e todas possam exercer os seus direitos com igualdade de oportunidades. Falar de combate à pobreza, é falar de transversalidade na ação. Ouvir as pessoas em situação de pobreza e compreender o que querem para si, intervir em domínios centrais de políticas públicas em áreas como a habitação, a educação, o trabalho, a saúde, mas também, agir no combate à discriminação e ao racismo estrutural, são caminhos decisivos para a consolidação da democracia no nosso país.

Para que este objetivo se concretize, uma sociedade civil forte, exigente, com espírito critico, capacidade de influência e de iniciativa, é muito necessária para um sistema democrático saudável. A EAPN tem assumido este papel e este compromisso no combate à pobreza no nosso país, tendo sempre mantido a sua dimensão e representação nas organizações não governamentais europeias.

Precisamos de continuar em frente! Que estes 30 anos de trabalho se traduzam noutros 30 e que as exigências da sociedade portuguesa nesses tempos sejam outras, que as mudanças estruturais no país aconteçam e que as várias dimensões da pobreza estejam verdadeiramente

vencidas. Que não existam barracas no país, que não exista desigualdade na educação, que não existam trabalhadores pobres, que a pobreza não tenha um rosto feminino, que as minorias étnico-raciais não sejam discriminadas e arrastadas para situações de exclusão, que os ciclos de pobreza não se perpetuem.

Mas será sempre preciso estarmos vigilantes e a EAPN, com os seus sócios e sócias, com a sua direção, com as parcerias na academia e nos diferentes territórios, continuará a ser uma instituição que garantirá este foco, este olhar e esta exigência de uma sociedade democrática, sem pobres e com igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

GUARANTEED MINIMUM INCOME
NOBODY DESERVES LESS
EVERYBODY BENEFITS!
SIGN UP HERE

Cidália Barriga

A Cidália Barriga começou a participar nas atividades da EAPN Portugal no ano de 2011 quando participou num workshop formativo sobre a Empregabilidade e já então o seu desempenho se salientou pela positiva através de intervenções sentidas, mas muito bem fundamentadas e refletidas.
Salientamos do seu percurso daí até ao presente momento na EAPN - onde assume já diversas competências muito relevantes tais como a Presidência do Conselho Geral da EAPN Portugal do Núcleo Distrital de Évora, representante do Conselho Local de Cidadãos no Conselho Nacional de Cidadãos e Coordenadora dos Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza - pautando-se sempre por um enorme empenho, dinamismo, capacidade de compromisso, poder de comunicação, afabilidade entre tantas outras qualidades positivas que desejamos destacar.

EAPN Portugal na defesa dos Direitos Humanos e na promoção da participação dos cidadãos/ãs

O meu nome é Cidália Barriga, tenho 47 anos, sou casada e mãe de três filhos. Gosto de ler e de me manter informada sobre o que me rodeia. Sempre me esforcei para participar socialmente nas questões que nos afetam enquanto cidadãos. Por isso, desde o primeiro dia que conheci a EAPN Portugal, tenho contribuído para a concretização da sua missão e revejo-me nos seus princípios e na causa que defende: a luta contra a pobreza.

Tive o meu primeiro contacto com a EAPN Portugal em 2015 quando vivi uma situação de pobreza que me lançou numa espiral descendente de desemprego até ao rendimento mínimo. Numa ação do plano de acompanhamento de RSI foi-me sugerido que participasse em algumas sessões de coaching dinamizadas por esta organização. Participei nas referidas sessões e acabei por ser convidada para participar no Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social desse ano. Aceitei embora relutante, mas com curiosidade. O primeiro impacto foi na viagem, o transporte era colectivo, um autocarro que fez o percurso desde Faro recolheu os participantes até ao local do encontro que se realizou nas instalações do INATEL na Costa da Caparica. Quando entrei no autocarro sem conhecer ninguém a forma como me receberam e me fizeram sentir como se pertencesse desde sempre àquele grupo foi completamente surreal. As pessoas deram-se a conhecer sem inibições, mas cordeais e respeitosas. Era um grupo unido, de verdade, embora composto por pessoas diferentes e isso sentia-se sem que precisasse ser anunciado. Havia pessoas de várias nacionalidades, culturas (particularmente de etnia cigana), de vários grupos etários, pessoas como eu (na altura beneficiária do RSI), os técnicos que nos acompanhavam...Todos conversavam, riam, e partilhavam expectativas para o evento, só na viagem desconstrui vários preconceitos sobre pessoas portuguesas ciganas e conversámos todo o caminho. Fiquei espantada e maravilhada por existir realmente esta participação, este empenho de todos os envolvidos num objetivo comum e identifiquei-me imediatamente com o espírito desta organização que é "Dar voz às pessoas que não a têm, em quase nenhuma circunstância". E foi assim que entrei nesta organização e permaneço com ela na luta contra a pobreza e a exclusão social. A minha integração na EAPN foi crescendo e quando dei por mim estava completamente integrada e com um sentimento de pertença muito forte a esta organização. Assim, para além de integrar o Conselho Local de Cidadãos de Évora que são movimentos de cidadania a nível distrital e que integram cidadãos que vivenciam ou já vivenciaram situações de pobreza e/ou exclusão social, integro o Conselho Nacional de Cidadãos que é constituído por um representante de cada conselho local de cidadãos.

Atualmente existem 19 conselhos locais (um por cada distrito e um da Região Autónoma da Madeira). Importa ainda referir que faço parte da Mesa do Conselho Geral do Distrito de Évora e desde 2018 que assumi a função de coordenadora nacional do Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza organizado desde 2001 pela EAPN Europa. Neste sentido, gostaria também de partilhar aqui convosco esta nova experiência: quando me fizeram o convite mil pensamentos voaram na minha mente, será que sou capaz? Será que tenho realmente capacidade para o fazer? Senti que viam algo em mim que talvez eu não tivesse... senti-me desafiada e com muito medo de falhar, mas aceitei. Eu já tinha participado no encontro europeu, mas uma coisa é ser uma participante outra muito diferente é: preparar, coordenar, e acompanhar um grupo de pessoas sob minha responsabilidade ao estrangeiro e proporcionar-lhe uma boa experiência.
A primeira reunião de preparação para o encontro europeu foi em Viena na Áustria. Nunca tinha saído do país sozinha. Ia para um país desconhecido, com uma língua que não domino, o alemão. Fui cheiinha de medo, mas com a mala cheia de coragem e determinação. Se confiaram em mim vou dar o meu melhor, pensei.

A viagem correu bem, lá me desenrasquei com o meu anémico inglês, e para ser justa devo dizer que a EAPN me preparou muito bem com mapas e pontos de referência para me orientar melhor e que foram muito úteis. Na estação de comboios encontrei alguns colegas tão ou mais perdidos que eu, que reconheci pelos mapas que traziam na mão e logo me juntei a eles. Ninguém sabia o caminho, ninguém se conhecia, mas estávamos juntos e íamos para o mesmo lugar e o sentimento que sentíamos era de alívio e segurança, mesmo que estivéssemos perdidos já não estávamos sós. A viagem até ao local do alojamento foi tranquila e correu tudo bem. Foi uma experiência rica para mim, viajar sozinha, para um sítio estranho onde não dominava a língua. Dominar o meu medo, a minha ansiedade, e conseguir ir e voltar e ainda ajudar outros pelo caminho, deu-me um conhecimento enorme sobre mim, aumentou a minha confiança naquilo que eu posso ou não fazer. E foi muito bom, algo em mim cresceu ou melhor evoluiu.

Estas reuniões de preparação têm a duração de um dia e meio, reuniões essas onde se dá feedback dos trabalhos realizados no âmbito da luta contra a pobreza nos países presentes nestas reuniões. Debate-se normalmente sobre o último encontro europeu mediante a avaliação feita por todos os participantes no final de cada encontro, os pontos altos, os aspetos a melhorar e prepara-se o novo encontro. Esta preparação assenta em três pontos, elaboração do programa do encontro, o documento do qual se vai trabalhar a preparação do encontro com as delegações de cada país e a ação de visibilidade. Todos dão ideias... Todos participam na construção do programa do novo encontro que é sempre baseado nas experiências e na

voz das pessoas em situação de pobreza dos vários países e mais uma vez senti e desta vez a um nível europeu, que o grupo ainda que com uma grande diversidade de culturas, línguas e realidades era verdadeiramente unido, amigo e empenhado em participar na luta contra a pobreza e munidos de uma grande quantidade de conhecimento e/ou sabedoria e experiência sobre a pobreza.

Os encontros europeus contam com delegações de 28 países que são compostas por pessoas que vivem ou viveram em situação de pobreza e têm sido uma oportunidade única para partilhar as experiências, as dificuldades e a esperança entre os participantes. Permite igualmente o diálogo com os decisores da União Europeia.

Gostaria ainda de partilhar que os encontros europeus são uma oportunidade única na vida das pessoas que vivem ou viveram em algum momento da sua vida a pobreza. São igualmente uma oportunidade de viajar e para muitos a primeira vez que andam de avião, como foi para mim na minha primeira participação, de conhecerem pessoas com experiências e histórias similares, mas com cenários e realidades diferentes e algumas até mais vulneráveis, o contacto com uma língua estrangeira e o poder partilhar as suas experiências com os outros os participantes e com os decisores da União Europeia. Como o foi para mim julgo ser para os outros participantes estes encontros são momentos importantes que nos dão uma lufada de ar fresco, para voltar ao nosso país com um olhar renovado sobre a forma de combater a pobreza.

Olhando para trás e fazendo uma retrospetiva da minha integração na EAPN Portugal gostava de referir que no momento em que entrei para a EAPN Portugal sentia que ninguém me ouvia, as minhas prioridades e as da minha família naquele momento não interessavam, porque eu estava numa situação de pobreza e vulnerabilidade e como tal, dada como incapaz para coisas tão simples como ouvirem a minha opinião sobre as minhas necessidades e as estratégias de como lidar com a minha situação. Viver na pobreza é angustiante, desgasta-nos, quanto mais vivemos nela (na pobreza) mais fracos ficamos. Ficamos igualmente inseguros, começamos a duvidar das nossas capacidades e a acreditar que merecemos o que estamos a viver. Atrevo-me a dizer que nos mata aos poucos; socialmente, mentalmente e fisicamente. Vive-se com ansiedade, frustração, vergonha e impotência. A EAPN Portugal não me deu dinheiro, nem soluções milagrosas, mas deu-me algo muito mais valioso e poderoso: deu-me esperança e objetivos para superar as minhas dificuldades e com a partilha das minhas experiências ajudar outras pessoas. Senti-me reconhecida como pessoa, uma pessoa capaz de identificar os meus problemas e de procurar soluções para eles independentemente da situação em que me encontre. Deu-me a certeza de que todas as pessoas têm direito à sua identidade, independentemente

da sua situação económica ou social. Não devemos ser vistos apenas como mais um número ou só mais um caso, que a pobreza não nos define. A EAPN Portugal ouviu-me e ensinou-me a ampliar e a direcionar a minha voz na direção correta, ao mesmo tempo que partilho as minhas experiências e tento ajudar outros a fazer o mesmo.

Aprendi nestes 6 anos que "dar voz" não é só deixar as pessoas falarem à toa, não é só deixar que as pessoas "despejem" a sua opinião centradas apenas nos seus problemas. É ensinar a usar filtros naquilo que se diz, como se diz e com que objetivo. No fundo, sermos assertivos no discurso para que se possa efetivamente "ter voz".

Aprendi que na luta contra a pobreza é fundamental que os cidadãos se agrupem e se associem, que comuniquem e que interajam entre si para encontrar soluções e estratégias para os problemas da pobreza e da exclusão, que tomem posições e partilhem as suas valiosas experiências e opiniões sobre os assuntos com as entidades responsáveis pelas políticas a nível europeu, nacional, mas também local. No entanto, para isso é necessário muita informação e formação e a EAPN Portugal tem tido um papel fundamental neste sentido. Desde que entrei na EAPN tenho aprendido muito e sinto que cresci imenso como pessoa e como cidadã, através da minha participação no Conselho Local de Cidadãos e no Conselho Nacional de Cidadãos, participando em Encontros de Reflexão (Ações de formação; Sessões de sensibilização; Reuniões periódicas de partilha; Participação em eventos nacionais / ibéricos / europeus; Atividades direcionadas para a população em geral; Atividades em escolas). Tudo isto tem feito com que eu me torne mais proactiva, aprofunde o meu sentido crítico, desenvolva mais conhecimento sobre os meus deveres e direitos, reforçando sempre o meu potencial de empregabilidade, motivação e confiança. Dentro da EAPN Portugal encontrei uma família, não de sangue, mas de pessoas unidas entre si pelo mesmo objetivo: a luta contra a pobreza e a exclusão social dando voz a quem não a tem.

Fernanda Rodrigues

Licenciada em Serviço Social e em Sociologia e doutora em Serviço Social. A sua atividade profissional tem-se dividido entre trabalhos de intervenção direta e coordenação na área da Política social. Foi membro da Unidade de Investigação e Desenvolvimento que, em Portugal, acompanhou e avaliou os projetos inscritos no III Programa Europeu Anti-Pobreza. Foi coordenadora dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI) entre 2006-2010. Nos últimos anos tem sido a perita convidada do Reference Group do the European Semester. Integrou o Grupo de Trabalho para a elaboração de "Uma Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza. Tem lecionado em vários estabelecimentos de ensino superior nacionais e a nível internacional. É representante da Federação Internacional de Serviço Social (FIAS) Europa, junto da Conferência das Organizações Não Governamentais Internacionais junto do Conselho da Europa. Para além de desenvolver também funções de consultora e avaliadora em programas e projetos sociais, tem produzido diversos livros, textos, relatórios de pesquisas e pareceres.
Fernanda Rodrigues tem, ao longo dos anos, participado ativamente em inumeráveis atividades e momentos chave da vida da EAPN Portugal, nomeadamente tendo sido co-autora da publicação que assinalou os 10 anos da EAPN Portugal.

EAPN: a cuidar de um problema que ainda não era tema

Dar visibilidade à pobreza

É conhecida a circunstância de que a existência, a convivência, mesmo que duradoura, com um problema não ocasiona, sem mais, o seu agendamento como tema e prioridade. O caso da pobreza é um campo de fértil visibilidade sobre esta circunstância. De facto, Portugal tem sido um país com grande tradição de desigualdade e de precariedade, sem que tal tenha tido tradução correspondente na consciência cívica e política da existência de um problema – a pobreza. A sua expressão persistente, quer pela via do muito elevado número de pessoas atingidas, quer pela severidade das suas condições ocasionou até que fosse olhada e considerada como circunstância natural, isto é, naturalmente uns/umas eram pobres e outros/as não. Esta perspetiva muito expandida, designadamente nos países do sul da Europa, adiou e fragilizou o enfrentamento da pobreza como um problema societal e privilegiou uma pobre atenção às situações individuais dos/das pobres e, dentro destes, sobretudo àqueles/as mais desmunidos/as.

Foi lenta e irregular, a passagem entre a reconhecida existência de pobres e o agendamento do "problema dos problemas" - a pobreza - transição ainda hoje hesitante e frágil. Não é, pois, de estranhar que a uma pobre consciência sobre o problema corresponda a formas empobrecidas de intervenção (entre projetos, programas, experiências e estratégias) e tentativas de superação (entre redução, mitigação, minimização e eliminação). A vida da EAPN (mais conhecida como a Rede) está, antes de outras questões, atravessada por esta afirmação intransigente de que a pobreza existia/existe, que tem múltiplas faces e que a sua composição poliédrica tem que ter consequências nas políticas que lhe são dirigidas.

A pobreza também se estuda e public(it)a

São vários os estudos desenvolvidos pela EAPN e o contributo que tais trabalhos constituíram para ir elucidando novos e velhos aspetos e, a par, deixando reflexões sobre formas de intervenção, quer em versão de medidas urgentes e imediatas, quer na forma de investimentos de mais longo prazo e mais densos recursos.

Dar corpo à ideia de que a pobreza também se estuda e que esse estudar não dispensa a elucidação de uma pluralidade de campos e de interrogações, foi um desafio a que a Rede tentou responder e, disso, dá boa nota o conjunto de trabalhos produzidos e publicados.

A atividade de publicação merece ser sublinhada pela sua relevância no campo de um problema de condicionada visibilidade e que, em Portugal, apenas tinha sido encarado como campo com densidade analítica em meados dos anos 80 do século passado (com o trabalho coordenada pela saudosa Prof. Manuela Silva).

Participar: em que participação?

Uma outra vertente de salientar ao longo da vida da Rede é traduzida nas múltiplas iniciativas que trazem como condição e mesmo como objetivo final, a participação das pessoas pobres. E como pode ser vaga e, por vezes até, enganosa a menção da participação no âmbito da intervenção social! É sinuoso o percurso entre a sua menção como princípio de ação até a sua concretização como prática reiterada. A Rede desenvolveu vários projetos que se comprometeram com modos de participação que, reconhecendo o lugar e papel da representação, deram primazia à participação na primeira pessoa. A concordância (quase consensualidade) em torno do direito de participação, da necessidade de participação, das vantagens da participação, nem sempre deixa devidamente acentuadas as dificuldades associadas. De facto, a participação está mais arredada socialmente (e até mais desacreditada) quando se trata de grupos e pessoas em situação de pobreza. Não cuidar da participação destas pessoas como um persistente processo restituidor a desenvolver, faz correr riscos de alimentar modalidades fugazes e mitificadas que desmerecem quem os subscreve e não robustece quem tem a sua dignidade atingida pela pobreza. O Conselho Nacional de Cidadãos é um exemplo de quanto vale e pode a persistência de convocar a voz e ação de cidadãos que vivenciam ou já vivenciaram as mais diversas situações de pobreza e de exclusão social. Este espaço, em permanente busca de consolidação, pode ser um alfobre basilar de medidas e políticas ajustadas e justas.

A Rede em redes

A Rede tem proliferado em redes, quer as que suscita, quer aquelas em que participa. A valorização de intervenção social em rede tem suscitado apreciações muito legitimadoras dos benefícios seja pela acrescida densidade do que se concretiza, seja pelo uso mais racional (que não racionado) dos recursos. Mas (como não há bela sem senão) o trabalho em rede tem de se desprender do modismo em que tem caído, para se (re)abilitar como um poderoso instrumento de pensar e fazer em cooperação. O passado da Rede permite supor que seja não só parte, mas agente animador de uma visão renovada do trabalho em rede.

Parcerias: quantas e como?

A existência da Rede tem sido atravessada pela relação com diversificados agentes com ligações mais ou menos estabelecida com a intervenção social e o problema da Pobreza. A construção e valorização de parcerias faz parte do lote de características que mais recentemente foram adotadas pelas designadas novas políticas sociais. Para além do reconhecimento da vantagem de vencer a segmentação, ganhar em cooperação e mútuo conhecimento, o trabalho em e com parcerias tem contribuído para alargar o número de agentes e pluralizar visões e propostas no campo da intervenção social. A trajetória da Rede tem sido pontuada pela construção progressiva (mas não linear) de parcerias que valem pelo seu número, mas também pela sua diversidade. Registe-se o esforço para ir ao encontro de "amigos improváveis", na expectativa de alargamento dos compromissos cívicos para com um problema que se define como societal (e, por isso mesmo, não pode/quer deixar ninguém de fora).

A sociedade civil em marcha

A longa tradição em Portugal da presença da sociedade civil na intervenção social face a situações de desproteção, teve como consequência (não a única) de ter adiado as iniciativas públicas, bem como de as influenciar com um pendor assistencialista e de escassa vinculação com os direitos. O caminho feito, levou a ponderar a pobreza como ausência de dignidade e de ofensa grave aos direitos humanos consagrados. Assim se acentuou a necessidade de se convocarem as razões de direito (e não só de solidariedade individual) para o enfrentamento da pobreza e para fundar ações atribuídas por direito (e não por favor). Esta visão tem sido uma importante bandeira do trabalho da Rede, que tem importância redobrada perante uma sociedade civil onde perduraram perspetivas benemerentes e filantrópicas de ajuda e de apoio avulso e incompleto às situações de pobreza (mesmo quando era, e foi muitas vezes, um apoio bem-intencionado). Sensibilizar e ganhar a sociedade ampla para a necessidade de vinculação entre direitos e o combate à pobreza, apesar de ser, ainda hoje, um trabalho inacabado, foi/é um trabalho cívico da maior relevância.

Quantas mais dimensões se poderiam convocar na comemoração da vida da Rede? Àquelas que se deixam enunciadas, outras se podem acrescentar. Numa nota final, importa deixar salientada a preenchida existência da Rede e também a sua longevidade, é caso para dizer que tem envelhecido com uma apreciável saúde, isto é, aproveitando o muito que já viveu para prosseguir com projetos de hoje para o futuro.

Fintan Farrell

Fintan Farrell is an independent expert on poverty and social inclusion.
Presently, Fintan is the thematic expert supporting the work of the Community of Practice on Social Inclusion of the European Social Fund (ESF) Trans-national Platform. He also develops and delivers reports for civil society organisations and public authorities on social inclusion issues.

Fintan was active in the European Anti-Poverty Network (EAPN) from 1990 to 2018 and was Director from 2002 to 2016. Fintan has been the coordinator of the European Minimum Income Network (EMIN) 2012 to 2018. Fintan is a great believer in participation of people experiencing poverty, exclusion and discrimination and has contributed to the development of this practice.

EAPN Portugal - December 17th, 30 years devoted to the eradication of poverty and social exclusion

From the beginning to the present day, EAPN Portugal has been of central importance to EAPN Europe. It has been the source of in-depth analysis, inspirational practice, and critical and constructive engagement, that has kept the fire alight in EAPN and improved the reality in terms of overcoming poverty and social exclusion, for many in Portugal and by extension across Europe. It has also contributed to key strategies and policy changes, at national and EU levels, that provide the hooks for the everyday work of EAPN to achieve the eradication of poverty. It is not by accident that a key breakthrough in the fight against poverty in Europe was adopted in Lisbon in 2000, when the European Council Summit adopted the so-called Lisbon Strategy which set out to make the EU "the most competitive and dynamic knowledge-based economy in the world capable of sustainable economic growth with more and better jobs and greater social cohesion". The Council invited the Member States and the Commission to take steps to "make a decisive impact on the eradication of poverty" by 2010. EAPN Portugal will have played its part in the run up to the Council to ensure the achievement of this step forward in EU cooperation in the fight against poverty. It is therefore with great pleasure that I contribute to this publication and add my congratulations to EAPN Portugal for all they have achieved and to wish them well and continued support and success in the coming decades.

I wish to contribute to this publication and mark this significant anniversary for EAPN Portugal by highlighting their contribution to a unique event that took place in 2018, the European Minimum Income Network (EMIN) Bus Tour, to raise awareness of the importance of Guaranteed Minimum Income, that is accessible, adequate, and enabling, for all who needed it, for as long as they needed it. The way EAPN Portugal engaged with the Bus Tour during its stops in Portugal exemplified its strengths and its importance to the European Network.

EAPN from the beginning, has highlighted the importance of effective Minimum Income Schemes. Starting from the 1992 'Recommendation on the common criteria concerning the sufficient level of resources and the role of aid in social protection systems. This recommendation called on Member States to "recognize the basic right of a person to sufficient resources and social assistance to live in a manner compatible with human dignity as part as a comprehensive and consistent drive to combat social exclusion". Continuing through the 2008 Active Inclusion Recommendation and Strategy, with its three strands of,

adequate income support, inclusive labour markets and access to quality services. For the 2010 European Year against Poverty, EAPN produced a working document for a draft framework directive on Minimum Income. EAPN also worked hard to ensure the Principle on Minimum Income within the European Pillar of Social Rights, adopted by the European Parliament, Commission and Council in Gothenburg in 2017.

To broaden support to achieve progress on adequate, accessible, and enabling minimum income schemes, EAPN facilitated the development of the European Minimum Income Network (EMIN) in 2012. EMIN is an informal Network of organisations and individuals and is organised at EU and national levels in all the Member States of the European Union and in Iceland, Norway, Northern Macedonia, and Serbia. Key partners involve in EMIN included:

The European Trade Union Confederation (ETUC)
The Federal Public Service for Social Integration in Belgium
The University of Antwerp
Academic Experts and Experts by Experience
The National EMIN Networks
The European Platform of Social NGOs and other key civil society organisations actively seeking to ensure the quality of minimum income schemes.

EMIN members stressed that in cash-based societies, Minimum Income Schemes, combined with access to services and inclusive labour markets, provide a lifeline for people experiencing poverty and social exclusion to enable them to: remain active in the society, reconnect to the world of work, and live a life in dignity. Furthermore, decent, and progressive Minimum Income Schemes form an important base on which to build inclusive and more equal societies, with high levels of social protection and full, quality employment and so are better for the whole of society.

From the beginning the European Parliament has supported the EMIN Network and regular advisory meetings were held to ensure continued engagement with the Parliament. EMIN received funding from the European Commission for two periods (2013-2014) and (2017-2018) to support its work. It was during the second period that the Bus Awareness Raising Tour took place.

Minimum Income Schemes are defined as, income support schemes which provide a safety net for those, whether in or out of work that have insufficient means of financial support and are not eligible for insurance based social benefits or whose entitlements to these have expired. They are last resort schemes, which are intended to ensure a minimum standard of living for the concerned individuals and their dependents.

The EMIN Bus, awareness raising tour on the importance of Guaranteed Minimum Income Schemes, starting on the 24th of April 2018, arranged two buses to visit 32 countries, over 64 days, holding some 120 programme activities and engaging over one thousand volunteers. The then European Commissioner for Employment, Social Affairs, Skills and Labour Mobility, speaking at the launch of the tour invited people in any of the amazing towns and cities where the bus will call to "join us and find out about your rights, join us to fight poverty because no one deserves less, and everyone benefits. Join us at the steering wheel and help us to drive our societies towards a more social Europe".

The first stop for the bus in Portugal was in Porto (5 to 8 May). The first activity in Porto was a series of workshops on and by the bus, with people experiencing poverty and social workers. It was a chance to discuss recent improvements in the minimum income schemes, it also highlighted the link between adequacy of minimum income and accessible services, in particular the prohibitive cost of housing and the need for more social housing was highlighted. This was followed by a high-level conference. A music group from the local school generated great energy for the welcome of the participants to the conference, in particular Jose Viera de Silva, the then Minister for Work, Solidarity and Social Security. This was a great opportunity to press on the Minister the need for his support to ensure the inclusion of a principle on Minimum Income within the proposed European Pillar of Social Rights. The considered assessment of Cidalia Barriga, expert by experience, that "the minimum income scheme was clearly not enough but allowed me to feed my children and to ensure they could continue with their education" was a message that was carried for the rest of the journey and delivered to many an important gathering was a key take away from the stop in Porto.

A constant feature of the road trip was the engagement in conversation with people passing, who were drawn to the brightly wrapped bus and wanted to know more about what we were doing. All were invited to sign their names on the bus and add messages of support for the campaign for guaranteed minimum income.

On 9 May we arrived in a busy Lisbon, who at the moment were hosting the Eurovision song contest. Accommodation was hard come by, but we did manage, and also some of the bus volunteers managed to have a moment to join the festival village. When we arrived in Lisbon our first activity was a visit to the homeless organisation AEIPS. They were one of the first projects to introduce a housing first approach in Europe and of course this reinforced the message of the link between the adequacy of the minimum income schemes and the accessibility and cost for housing. Day two in Lisbon included meetings and exchanges with workers from the 'Casas de Misericordia' who play a crucial role in the delivery of the minimum income schemes. Again, the cost of housing was highlighted but also the fact that 10% of people who receive minimum income are working but earn less that the minimum income support so can receive top ups. Workshops with beneficiaries of minimum income schemes were also held on the bus and here the decline in accompanying measures which were supposed to go a long with access to minimum incomes was highlighted as was the difference in what was available depending on where you live in Portugal.

Concurrently with the activities on the bus, a seminar was held on 'how to build a Europe for citizens' in the world heritage building of the Jerónimos Monastery in Belem. It was a chance to draw attention to the need to be equally diligent in preserving our cultural heritage such as the European social protection and welfare systems, as much as protecting our build heritage.

A constant feature of our time in Portugal was the strong media coverage for the bus tour. It gave great courage to the volunteer team on the bus to see coverage of the bus tour on the evening news as we had some food at the end of a long day of activities. The drivers of the bus were not only drivers but an essential part of the team, attracting workers and other drivers at roadside stops and engaging them in discussions about our tour and inviting them to sign in the bus.

The bus left Lisbon on the 11th of May heading to the city of Talevera de la Reina in Castilla-La Mancha, full of good ideas, aspiration, and good energy from our time in Portugal with the great EAPN staff and volunteer teams. The way EAPN Portugal engaged with the Bus Tour during its stops in Portugal exemplified its strengths in terms of, the participation of people experiencing poverty, engagement with a wide range of stakeholders, creativity, capturing media profile and engagement of high-level political representatives to maximize the impact of the event and to seek to ensure some lasting impact for the event. Of course, it was all delivered in good spirits and with the modesty the Portuguese EAPN Network is known and admired for.

Francisco Rico

Teve o primeiro contacto com a EAPN Portugal por volta do ano 2010, decorriam os primeiros passos do Conselho Local de Cidadãos de Aveiro e celebrava-se o Ano Internacional para a Erradicação da Pobreza. É, por isso, um dos membros fundadores do grupo e dos Conselhos de Cidadãos da EAPN Portugal e permaneceu, desde então, profundamente comprometido com a missão da organização e uma das presenças mais sistemáticas e empenhadas em todas as linhas de trabalho e iniciativas que a mesma desenvolve, desde o nível local ao europeu. A sua marcante individualidade faz da sua presença uma colaboração única, mas, também, uma voz representativa dos cidadãos e das cidadãs que percorrem trajetórias de grande vulnerabilidade social em Portugal marcadas por trilhos por demais repetidos.

Em 2020, o Francisco viu restringida a sua disponibilidade de tempo para se encontrar connosco pela melhor das razões – abriu-se finalmente um caminho para a sua reintegração profissional. Continua a colaborar connosco de um outro ponto de vista da sua vida, um pouco mais cheio de esperança.

A luta continua

Quero começar por dizer que só quem passa pela situação de pobreza é que realmente sabe o que custa e que é muito difícil descrever essa situação de vulnerabilidade, pelo que é cada vez mais importante dar voz a essas pessoas.

Viver em pobreza é não ter meios para as coisas mais básicas da vida, como, por exemplo, acesso a um padrão de vida, por mais básico que seja, à cultura, a alimentos, ter propensão a doenças. Tudo isto leva a que as pessoas sejam excluídas pela sociedade.

Quando nos encontramos numa situação de pobreza, sentimos que estamos no fim de um túnel, sem saída, e que não conseguimos ver uma solução para a situação em que caímos. A disposição para melhorar de condição depende da forma como encaramos as oportunidades, os riscos e as limitações que se apresentam, uma vez que somente assim se pode mudar a situação, mas tendo sempre em atenção que todas as estratégias de redução de pobreza só serão eficazes e sustentáveis se corresponderem a um conhecimento real do que faz falta aos pobres.

Eu sou voluntário na EAPN Portugal, sou membro do Conselho Local de Cidadãos do seu Núcleo Distrital de Aveiro e também pertenço ao Conselho Nacional de Cidadãos, com muito orgulho, pois a EAPN é uma instituição que dá voz aos menos afortunados da vida.

Tomei conhecimento da EAPN numa altura difícil da minha vida, desempregado e com algumas dificuldades a diversos níveis, nomeadamente a nível económico, o que fazia com que não conseguisse ter acesso a uma vida condigna, a que todos temos direito.

Fui conhecendo a instituição e a sua visão para o combate à pobreza, que é uma missão muito nobre e que deve ser um combate de todos os cidadãos.

A EAPN tem sido muito importante para mim, ajudando-me a voltar a acreditar que é possível ser um cidadão de corpo inteiro e não me sentir excluído pela sociedade.

A nível nacional, quero aqui realçar a luta da EAPN Portugal para que fosse elaborada, discutida e implementada uma estratégia de combate à pobreza e todas as iniciativas em que tem dado voz aos mais vulneráveis da sociedade.

Nestes anos que já levo na instituição, quero realçar todo o trabalho realizado pelo Núcleo Distrital de Aveiro, nas diversas oficinas, com temas variados de interesse para a Região, nomeadamente as oficinas sobre habitação, que deram origem a uma candidatura ao Bairros Saudáveis, que teve o mérito de ser aprovada.

Quero também relembrar uma iniciativa do Núcleo sobre habitação na Região em que se chamou a debate alguns membros da sociedade aveirense e dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal de Aveiro.

A EAPN tem, como uma das principais iniciativas, a realização de fóruns anuais, em que são discutidos temas relacionados com a condição de pobreza. Muito importantes são os trabalhos preparatórios que são feitos pelos Núcleos Distritais. Mesmo durante o período da crise pandémica, os fóruns foram realizados, embora com limitações no número de participantes. De assinalar que a EAPN nunca interrompeu as iniciativas durante esta crise, mesmo que muitas vezes se tenha socorrido das ferramentas digitais para as realizar.

A nível do Conselho Nacional de Cidadãos quero realçar a implementação do Prémio de Jornalismo, a nível local e nacional, onde se realçam as temáticas relacionadas com a pobreza e a exclusão social, sendo que faço parte do júri que analisa as notícias. O objetivo deste trabalho é distinguir as notícias que mais visibilidade dão à pobreza e à exclusão social e às suas causas.

Quero realçar também a oportunidade que tive de participar por duas vezes no Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, que se realizou em Bruxelas, onde tomei conhecimento de que o flagelo da pobreza não acontece só em Portugal ou nos países menos desenvolvidos, existe em países em que eu nunca imaginei que existisse com tanta amplitude.

A EAPN foi ainda muito importante para mim porque me deu a possibilidade de realizar um estágio na instituição que me permitiu voltara sentir uma pessoa ativa e serviu como aprendizagem para conseguir estar à altura de um outro estágio que estou agora a realizar no Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Mais uma vez quero agradecer a todos os elementos da EAPN Portugal, nomeadamente ao seu Presidente, Padre Jardim Moreira, à sua Directora Executiva, Sandra Araújo, à técnica do Núcleo Distrital de Aveiro, Cristina Mamede, aos/às técnicos da Sede da instituição, Maria José Vicente, Paula Cruz, Júlio Paiva e a todos os/as restantes, sem exceção, que sempre demonstraram grande empenhamento nesta luta e deram voz a mim e a todos/as os/as que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Para terminar, quero aqui deixar a minha opinião de que esta luta ainda não terminou, que é uma luta muito difícil, deve ser de todos e deve fazer ver aos que tem o poder de decidir que os "pobres" são pessoas e não só números.

Isidro Rodríguez Hernández

Licenciado em Psicologia pela Universidade Complutense de Madrid. Trabalhou para a Cruz Vermelha e outras entidades na área da saúde, juntando-se à então Associação Secretariado General Gitano em 1994 para coordenar a Área da Saúde e o projeto europeu Sastipen. Em 1999 assumiu a coordenação territorial da ASGG em Madrid; em 2000 tornou-se Diretor de Programas da entidade, já constituída como Fundação, e desde abril de 2005 dirige a Fundación Secretariado Gitano.
Para a Fundación Secretariado Gitano, a relação com a EAPN Portugal tem também uma história de quase trinta anos de estreita colaboração e amizade. Uma aliança que começa em meados dos anos 90 como parceiros nas primeiras iniciativas europeias (Horizon, Integra, Leonardo, Sócrates ...), que mais tarde se fortaleceu com a participação em redes informais como a Rede Sastipén e em inúmeras iniciativas que têm contribuiu para a promoção de políticas nacionais em relação às comunidades ciganas. Nos últimos anos, esta capacidade colaborativa amadureceu, tornando-se mais proativa, com o desenvolvimento de projetos conjuntos de partilha/transferência de metodologias no âmbito de iniciativas como o Programa Acceder.

30 años de alianza y progresos

Me siento muy honrado por haber sido invitado a participar en esta celebración de los treinta años de vida de la Rede Europeia Anti-pobreza, de EAPN Portugal. Y también muy feliz con este aniversario, porque de alguna manera es el de todos los que hemos tenido la oportunidad de compartir con vosotros la causa que nos une y muchos anhelos, objetivos, iniciativas y proyectos a lo largo de estas tres décadas.

Que una organización de acción social cumpla tres décadas es un motivo de celebración para todos. Significan años de dedicación continuada a la tarea de defender los derechos y la dignidad de los más vulnerables. De promover la Igualdad en un sentido radical, que va más allá de la lucha contra la pobreza. Es el propósito de ser un actor clave en la construcción de una sociedad más justa y más cohesionada, removiendo las barreras estructurales que impiden la igualdad de trato y la igualdad de oportunidades y la participación de los que siempre han estado en los márgenes, en posiciones sociales de subordinación, que están atrapados en lapobreza y la exclusión y que a menudo son objeto de la discriminación, del racismo o de la cruel indiferencia.

A lo largo de estos años, la EAPN portuguesa ha ido desarrollando capacidades que la convertido en ese actor clave que es hoy, con capacidad de incidencia sobre los poderes públicos (al menos, la capacidad que tenemos las ONG de acción social) y también sobre la sociedad portuguesa y como vehículo de participación y empoderamiento de las personas y colectivos excluidos.

Para la Fundación Secretariado Gitano, la relación con la EAPN Portugal es también una historia de casi treinta años de estrecha colaboración y amistad. Una alianza que comienza a forjarse a mediados de los 90 como partners en las primeras iniciativas europeas (Horizon, Integra, Leonardo, Sócrates...), que posteriormente se va fortaleciendo con la participación en redes informales como la Red Sastipén (para la promoción de la salud y la lucha contra las drogodependencias) o la red EURoma (para involucrar a los Gobiernos en uso de los Fondos Estructurales para la inclusión de población gitana) y en numerosas iniciativas que han contribuido impulsar las políticas nacionales hacia los gitanos. En los últimos años esta capacidad de colaboración ha madurado y se ha hecho más proactiva, con el desarrollo de proyectos conjuntos de transferencia de metodologías en el marco de iniciativas como programa Acceder, presente en nuestros dos países.

Es esta una colaboración que han ido tejiendo y cuidando las diferentes directoras y directores de nuestras entidades (Ana Luzia, Sergio Aires, José Manuel Fresno, Sandra Araujo) y que también se ha nutrido de la calidad técnica y humana de los y las profesionales que han pasado por los equipos de nuestras organizaciones. Colaboración que se ha hecho duradera gracias también a que ambas entidades compartimos características comunes que nos definen y que quería comentar aquí porque creo que son en buena medida las responsables de este entendimiento y porque sirven además para subrayar algunas de los aspectos, al menos tres, que desde mi perspectiva más valoro en la Rede Europeia.

En primer lugar, compartimos elementos muy similares de nuestra cultura organizativa.

Ambas entidades partimos un mismo background, que hunde sus raíces en la acción social de la iglesia católica a partir del Concilio Vaticano II. Ambas hemos contado como promotores y presidentes con figuras como el padre Jardim o en nuestro caso Pedro Puente (un cura leonés que se rebelaba contra la inaceptable situación social de los gitanos en su ciudad y en nuestro país y que ha sido nuestro presidente hasta este mismo año). Personalidades carismáticas que supieron en su momento promover una ruptura con el carácter asistencialista que teñía la acción social con los más desfavorecidos y que fueron capaces de construir organizaciones laicas con una clara orientación a la promoción social de las personas y con un objetivo de transformación de las condiciones más estructurales que les mantienen atrapados en la pobreza y la exclusión.

Más allá de esos orígenes y de la causa y de los valores que compartimos, la colaboración entre nuestras entidades ha sido fácil porque también nos hemos reconocido en muchos otros aspectos de nuestro funcionamiento: un enfoque de la intervención social basado en la preeminencia de los Derechos Humanos; la voluntad de combinar la labor reivindicativa y de incidencia política y social con la ejecución y programas valiosos para las personas con las que trabajamos; la necesidad de contar con equipos profesionalizados capaces de innovar y desarrollar proyectos transformadores; la orientación a los resultados y la búsqueda de lautilidad y eficacia en nuestras acciones (la ética de los resultados); la capacidad de gestión y de transparencia en el uso de los fondos públicos; la capacidad de construir partenariados duraderos y crear alianzas con otros actores (sean administraciones públicas, o empresas uotras organizaciones y agentes sociales) y la necesidad de entender que todo esto no se puede hacer sin trabajar por el empoderamiento y promoviendo la participación y la expresión de los propios afectados por estos procesos de exclusión social.

Otro de los elementos de sintonía básica entre nuestras organizaciones y que nos caracteriza, lo constituye la vocación europeísta y la defensa del proyecto europeo como marco y

aspiración de nuestra intervención. La EAPN nace del propio impulso de la Comisión Europea en unos años en los que los ideales y los valores de la Europa Social querían abrirse paso frente a la insuficiencia de la Europa de los mercados. Nuestras organizaciones son herederas de ese impulso y del significado que los valores europeos basados en preeminencia de los derechos humanos, de la igualdad y la no discriminación como pilares del proyecto civilizatorio más ambicioso que probablemente existe hoy.

Por ello no ha sido accidental la colaboración en estos años en múltiples proyectos europeos, ha estado motivada por la convicción de contribuir a ese ideal común y el por ser conscientes que ese impulso europeo que trae consigo tanto marcos políticos (estrategias y planes de acción) como de instrumentos financieros (Fondos Estructurales y ahora de los de Recuperación) podíamos aprovecharlo para progresar en la transformación de las políticas sociales nacionales en la dirección de ser políticas más activas, atentas y eficaces para las víctimas de la desigualdad, la exclusión o la mera indiferencia.

El tercer elemento de coincidencia y, para la Fundación Secretariado Gitano, el que más apreciamos en la labor de la REAPN, son los objetivos compartidos y el trabajo desarrollado con y para el pueblo gitano de nuestros países. La comunidad gitana en Portugal y en España y en la totalidad de los países de la UE, ha estado secularmente sometida a procesos estructurales de exclusión, de rechazo social y a prácticas de discriminación y antigitanismo que a menudo han contado con un soporte institucional y social muy arraigados.

Aún hoy, y sin negar los importantes avances conseguidos en sus condiciones y situación social, los gitanos y las gitanas y la comunidad gitana en su conjunto, continúan estando en el furgón de cola de nuestras sociedades y son ciudadanos de segunda que no tienen sus derechos sociales y civiles suficientemente garantizados. La persistencia de la pobreza extrema y la pobreza infantil, que afecta a amplias capas de la comunidad, la desigualdad en el acceso al empleo asalariado, la desigualdad educativa con altas tasas de fracaso escolar y fenómenos inaceptables de segregación escolar, la prevalencia de la infravivienda y de segregación habitacional, la discriminación y los fenómenos de antigitanismo, la debilidad de su reconocimiento institucional y de cauces para la participación social de esta comunidad, evidencian un escenario que es incompatible con el Estado de Derecho y que interpela a la calidad de nuestras Democracias.

La EAPN portuguesa ha sido, desde sus inicios, consciente y sensible a esta realidad de los Ciganos y muy pronto incluyó la intervención social con esta comunidad entre sus objetivos y en su labor

de incidencia política. Es de valorar el imprescindible papel que ha jugado como plataforma para la propia expresión y el empoderamiento social de las personas gitanas, fomentado el liderazgo de mujeres y de jóvenes gitanos y de sus organizaciones en la sociedad portuguesa.

Es en este terreno donde nuestras organizaciones han mantenido en estas décadas una colaboración fructífera. Desde la FSG hemos disfrutado siempre de la oportunidad de ser invitados a participar en las iniciativas de la EAPN. Hemos compartido enfoques y estrategias de intervención, participado en los proyectos de una y otra entidad, transferido metodologías o campañas de sensibilización social y colaboraciones entre nuestros equipos regionales.

Por todo ello de desde la Fundación Secretariado Gitano tenemos la certeza de contar con un socio generoso y fiable en el país vecino y que nuestra alianza goza de buena salud y seguirá siendo de utilidad para encarar los retos que tenemos por delante.

Nos adentramos en una nueva década que ha comenzado con una pandemia global y que va a estar marcada por grandes desafíos como la transición energética o la digitalización de nuestras economías y empleos que, además de oportunidades, conllevan el riesgo de dejar atrás a los más vulnerables y por los retos colectivos como la Agenda 2030 o el desarrollo del Pilar Social Europeo. Una década que también viene marcada el vigor del movimiento feminista y de otros colectivos tradicionalmente discriminados por su orientación sexual o su origen étnico o nacional, que abogan por una exigencia de Igualdad real que venga indisolublemente unida al reconocimiento de la diversidad y que está teniendo un claro impacto en nuestras políticas sociales. Unos tiempos que, sin embargo, también están mostrando la pujanza de movimientos reaccionarios y de postulados populistas que impugnan los avances conseguidos y amenazan las aspiraciones de unas democracias más justas e igualitarias.

En este contexto se pone a prueba, de nuevo, el valor y la utilidad de las organizaciones de la sociedad civil y nuestra capacidad para contribuir en estos procesos de progreso de nuestras sociedades y defender los logros alcanzados. Por ello seguiremos necesitando, más que nunca, contar con organizaciones robustas y eficaces como la EAPN Portugal para proseguir en la labor de defensa de los derechos y la protección de más vulnerables de nuestra sociedad y para continuar en el afán de construir una sociedad más justa, inclusiva y cohesionada en su diversidad.

Solo me queda desear muchas felicidades a nuestros colegas portugueses por el camino recorrido y brindar por la buena salud de nuestra alianza y por los retos que seguiremos compartiendo.

Jordi Estivill

Sociólogo e economista, Jordi Estivill é especialista em políticas sociais e economia social e solidaria, tendo sido fundador da rede Catalã e Europeia de Economia Solidaria e conselheiro internacional dos Observatórios de luta contra a pobreza de Catalunha, Budapeste e Lisboa (este último promovido pela EAPN Portugal). Foi diretor desde a sua fundação até 2002, do Gabinete de Estudios Sociales. Cooperativa de estudos, assessoria, formação e avaliação. Coordenou, de 2002 a 2006, o programa STEP da Organização Internacional do Trabalho. Jordi Estivill é Professor jubilado de Política Social da Universidade de Barcelona. É professor visitante em diversas universidades, foi premiado pela melhor trajetória profissional no campo social conferido pelo governo da Catalunha (2010). Desde o ano 2000 é professor do ICSTE. Publicou vários livros em Portugal.

O contacto de Jordi com a EAPN Portugal inicia-se logo após a sua fundação, tendo colaborado em múltiplos projectos, estudos e atividades, de destacar o Observatório de Luta conta a Pobreza na Cidade de Lisboa, a publicação que assinalou os 10 anos da EAPN em Portugal, entre muitos outros. É um amigo de longa data e conhecedor da Organização.

UMA COLABORAÇÀO HISTÓRICA

En la evaluación de los diez años de existencia de la Red Portuguesa, se decía que celebrar este aniversario era un motivo de gozo y alegría. Y por lo tanto aún lo es más si se celebran treinta años. Es una edad madura. Desde la que cualquier organización puede valorar su patrimonio, mirar hacia atrás y examinar los límites y obstáculos que ha superado, analizar su presente y vislumbrar su futuro, incluso con independencia de las personas que la dirigen. Llegar a los treinta años permite ir mas allá del narcisismo y de las alabanzas mutuas y sosegadamente tener una visión crítica que le de fuerzas y lucidez para seguir adelante, mejorando su actuación.

Se me ha pedido que escriba un texto. Lo hago con mucho gusto y alegría y una cierta nostalgia. Aunque, no es posible resumir más de veinte y cinco años de mi colaboración con EAPN Portugal. Desde su fundación que, a través de variados encuentros y congresos, multitud de reuniones formales e informales, procesos formativos, informes, publicaciones, proyectos, evaluaciones se ha fraguado una fructífera relación histórica transnacional. Se han vivido conjuntamente momentos gratificantes, fases preocupantes, se han compartido debates estratégicos, se ha ayudado a poner unos granos de arena en la edificación de esta organización, pero sobre todo se han construido amistades indestructibles. A través de los hombres y mujeres de EAPN, de sus aspiraciones y prácticas, he aprendido a conocer mejor la sociedad portuguesa y como esta se esfuerza por intentar combatir o por lo menos limitar la pobreza y la exclusión social. He podido apreciar sus virtudes y sus defectos, sus capacidades y límites. Siempre estaré agradecido por ello.

Ahora que EAPN celebra treinta años me ha parecido que podría ser útil recordar algunos de sus momentos iniciales. Acostumbran a ser los más olvidados y ignorados aun cuando fuesen muy significativos de unos origenes que han marcado su historia. Otros autores de este libro podrán tratar otras èpocas más recientes con mayor conocimiento.

Mis recuerdos me llevan a pensar que, de hecho, empecé a colaborar con el proyecto EAPN de Portugal cuando aún no había nacido, participando en las reuniones del comité de "liaison" provisional de la Red Europea de lucha contra la pobreza, elegida en la asamblea celebrada en Bruselas en junio 1990. Por aquel entonces yo Insistía en la necesidad de crear redes nacionales del movimento asociativo y voluntario, compuestas por pequeñas organizaciones de terreno, que no respondieran a los modelos verticales y centralistas de las grandes plataformas y federaciones que existían a escala europea. Lo que en el caso de Portugal significaba encontrar un inédito espacio social y politico situado al lado de las Uniones Nacionales de las IPPS, de

las Misericordias, de la Caritas, de las Aciones Sociales Parroquiales. También participe en la masiva asamblea celebrada en el edificio de la Mutua Geral en la Baixa de Lisboa en el mes de diciembre de 1990 y procure que fueran cinco los representantes portugueses con voz y voto en la asamblea constituyente de la red europea que se celebró aquel mismo mes en Bruselas. Le hubieran correspondido cuatro por peso demográfico. Pero así se demostraba una solidaridad ibérica que encontró un pronto y positivo eco en los compañeros de la incipiente red española.

Esta fue otra de las características de aquellos tiempos. Se esperaba que una alianza ibérica fuera provechosa para ambas organizaciones. Como así fue. Nos escuchamos y aprendimos unos de otros. Aunque teníamos marcadas diferencias: presencia sindical, de personas pobres y posiciones "radicales" en la Red del Estado Español cuya emergencia era más turbulenta; presencia masculina, eclesiástica y actitudes prudentes en la portuguesa cuya visión era más institucional. Para esta, la conexión europea le daba un factor diferencial y un valor añadido con respecto a otras organizaciones de su país. Pero a pesar de estas diferencias, las relaciones fueron fraternales y no había encuentro organizado por ambas redes que no se invitase a la otra. Juntos aprendimos que quería decir crear una red.

Esta alianza fue creciendo y compartiendo preocupaciones y objetivos. Lo cual frente a un dominio de las redes del Norte condujo a que en la asamblea en Bruselas de 1991 se propusiese y se aprobase la constitución de un Grupo de Trabajo de los países del sur y periféricos en el que estaban presentes delegados de Portugal, Irlanda, Italia, Grecia y España. Este grupo permitió tomar conciència que existía una similitud de planteamientos y situaciones, inauguró una forma de trabajar de la red europea y termino su tarea haciendo un riguroso informe sobre la situación de la pobreza y el papel de los actores en estos países. Una primera parte de este documento fue traducida al portugués y distribuida.

En los momentos iniciales de la Red Portuguesa se estaba en la compleja transición del segundo al tercer programa europeo de lucha contra la pobreza. La Comisión europea que en 1981 había pedido un primer panorama sobre el movimento asociativo a escala europea, había tomado conciencia que no era posible desarrollar estrategias de lucha contra la pobreza sin contar con él. Esto contrastaba con la tradición de concertación socioeconómica que se había puesto en marcha después de la segunda guerra mundial y que incluía al gobierno y solo las organizaciones empresariales y sindicales. Este reconocimiento del papel del privado social, como dicen los italianos, fue ascendiendo hasta culminar en el congreso de Copenhague de 1992, en el que el presidente de la Comisión lanzo la idea de una periódica consulta social. Después esta idea se ha ido deteriorando para convertirse en una relación bilateral, comisión y red europea, que solo discute de la subvención anual.

Otra tradición que se estaba rompiendo con la nueva manera de trabajar de las redes y muy en particular de la red portuguesa, era la de abandonar las anteriores formas conceptuales y de actuación paliativas y reproductoras de la pobreza. Se intentaba abandonar una concepción individual y culpabilizadora que históricamente había sido dominante y que llevaba a la caridad, a la beneficencia pública y privada, al asistencialismo y aún a la represión institucional. Emergía una nueva aproximación en la que la pobreza era estructural, sus causas se situaban en el corazón de la sociedad y la economía, era multidimensional y por lo tanto afectaban a todas las dimensiones del ser humano y tenía un enraizamiento y expresión territoriales. Se debatía sobre los conceptos de pobreza relativa y absoluta y aparecía la noción de nueva pobreza que identificaba los nuevos fenómenos de desempleo, precariedad laboral y exclusión del mercado de trabajo que la crisis económica de los años setenta habían provocado. El nuevo concepto de exclusión social que fue incorporado al tercer programa europeo haría un largo camino hasta nuestros días, en el que su contrario, la inclusión social está, actualmente, en la boca de todo el mundo.

Como consecuencia de estas nuevas definiciones, se modificaron las estrategias que pretendían enfrentarse con la pobreza y la exclusión social. Ello tuvo consecuencias sobre los cuatro proyectos portugueses financiados por el programa europeo, sobre el resto de los que continuaron y sobre el papel de EAPN Portugal. Esta acentuó el valor de la formación, de la investigación y las publicaciones y el ser un interlocutor critico de las politicas sociales gubernamentales. En efecto, el partenariado como concepción de la articulación y negociación de todos los actores pasó a ser una palabra clave. Igualmente lo fueron: la integralidad de las acciones y la importancia de las medidas económicas con la inserción en el mercado de trabajo, la participación de los propios afectados y del conjunto de los ciudadanos y el valor del territorio como lugar específico de expresión de la pobreza y como sujeto activo de las politicas a desarrollar (desarrollo local y comunitario). Los enfoques de la economía social volvían a aparecer y el de la economía solidaria se abría camino.

No es el momento, ni el espacio para hacer un balance de aquellas ideas y politicas. Erróneas o acertadas, ilusas o pragmáticas marcaron a toda una generación, a una parte considerable de las politicas sociales en Europa y en Portugal y al desarrollo posterior de la Red Portuguesa.

EAPN CUMPLE TREINTA AÑOS. DESDE BARCELONA LEVANTO UNA COPA VIRTUAL PARA CELEBRARLO Y PARA DESEARLE UNA LARGA Y VENTUROSA VIDA.

FAMILY
REUNIFICATION
LIVING ON
€19.10 PER WEEK

José Manuel Henriques

Professor Auxiliar do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Departamento de Economia Política (aposentado). Doutorado em Economia (ISCTE-IUL), Mestre em Planeamento Regional em Economia (UTL) e Licenciado em Economia (ISE).
É investigador do centro de investigação Dinâmia-CET (ISCTE-IUL). Desenvolveu pesquisa em planeamento para o desenvolvimento, inovação social e resiliência territorial, e em novas formas de governança e avaliação 'realista', no quadro de programas europeus de natureza experimental (Pobreza III, Emprego & Adapt, Equal, etc.), programas nacionais (Iniciativa Bairros Críticos, Programa Rede Social, etc.), e organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Programa STEP, Projecto CIARIS, projecto BRIDGES) e a OCDE (Projecto IESED). Recentemente, tem vindo a desenvolver o programa de investigação Planning for Territorial Resilience and Social Innovation in Places (Programa innPlaces) (Dinâmia-CET). Nesse contexto, aprofunda acção experimental na capacitação de organizações e de técnicos para a 'animação territorial'.
Ao longo destes 30 anos, tem colaborado com a EAPN Portugal em vários eventos, atividades e projetos"

30 Anos da EAPN Portugal: 'Revisitar' o 'Espírito de 91'

1. EAPN Portugal: 30 anos de esforços sistemáticos, coerentes e construtivos

A EAPN Portugal foi criada em 1991. Celebram-se 30 anos de um insubstituível contributo na capacitação da sociedade portuguesa para respostas cada vez mais adequadas aos desafios que os fenómenos de pobreza e de exclusão social lhe colocam. Presto aqui a minha homenagem pública ao esforço que tem sido desenvolvido.

Ao longo destes 30 anos, a Europa e o mundo viveram transformações muito profundas. A EAPN manteve-se coerentemente fiel à sua determinação e não abdicou de manter uma postura positiva e construtiva no seu contributo.

Ken Loach, cineasta britânico, realizou em 2013 o filme The Spirit of 45. Realizado sob a forma de documentário baseado em história oral, o filme recorda a pobreza que se vivia no Reino Unido antes da 2ª guerra mundial assim como o optimismo que se seguiu à vitória na guerra e à construção do Welfare State, nomeadamente, através da criação inicial do serviço nacional de saúde no Reino Unido. Nas linhas que se seguem inspirar-me-ei no título que deu ao seu filme (e que inscrevi no título).

Procurarei propor uma 'revisita' aos primeiros passos dados na Europa no domínio do combate à pobreza assim como aos adquiridos que foram resultando do caminho feito até ao início dos anos 90 e que foram formalmente reconhecidos e incorporados nalguns documentos Europeus preparados ao longo desses anos.

2. Primeiros passos: Programas Experimentais

Com o início da década de 70 começa a tomar forma o reconhecimento público do que chamarei 'paradoxo europeu'. Contra as expectativas dominantes na criação do mercado único, o crescimento económico assim facilitado não impediu a emergência de fenómenos de pobreza. Fenómenos que não só se começaram a expandir como passaram a desafiar a capacidade de resposta das medidas de política correntes associadas às formas mais sofisticadas de Welfare State conhecidas no mundo de então. Por outro lado, a pobreza deixava de poder ser reconhecida como efeito residual do subdesenvolvimento e deixava do poder ser esperada a sua erradicação automática através do crescimento económico. A necessidade de acção específica tornava-se incontornável.

Os programas experimentais de iniciativa europeia procuraram assinalar o reconhecimento, que se tornava urgente, de um problema ou suscitava perplexidade. Tratava-se de contribuir para um melhor conhecimento sobre o problema, esclarecer as causas da ausência, insuficiência ou desadequação das respostas reconhecidas, e experimentar formas de resposta que pudessem contribuir para inovação nas políticas públicas.

O 1º Programa (1975-1980) correspondia a uma resposta ao reconhecimento de que se mostrava necessária dar à Europa uma 'face humana' e que o programa se concretizasse através de estudos transnacionais e projectos locais de experimentação para a inovação nas formas de resposta. O Conselho Europeu (Decisão de 22 Julho 1975 relativa a um programa de projectos-piloto e estudos para o combate à pobreza (75/458/EEC) explicita o conceito de pobreza em que faz assentar a decisão e que se inspira nos trabalhos do sociólogo britânico Peter Townsend: "Persons beset by poverty: individual sor families whose resources are so small as to exclude them from the minimum acceptable way of life of the member state in which they live; Resources: goods, cash income, plus services from public and private sources".

O 2º Programa teve uma maior focalização na acção por projectos experimentais concebidos explicitamente como projectos de pesquisa-acção. Reconhecia-se essa característica como viabilizadora da produção de conhecimento mais adequado ao aperfeiçoamento das respostas. Os projectos foram também entendidos como 'observatórios' da realidade dos processos de reestruturação económica em curso e das suas repercussões em processos de empobrecimento. O seu desenvolvimento veio a proporcionar resultados que contribuíam para diminuir o optimismo com o processo de integração europeia face aos custos sociais da mudança económica assim revelados (desemprego, tensão nos sistemas de segurança social, efeitos da 'nova pobreza' na coesão social, etc.) e a permitir aprofundar os debates de então sobre a 'nova pobreza'. Os projectos do 1º Programa mostraram o contributo de investigação-acção para um conhecimento da pobreza para além das convenções académicas correntes assegurando processos de interacção contínua com as pessoas em situação de pobreza no quadro desses projectos.

Para além de 'observatórios', os projectos iniciaram acção experimental no domínio do trabalho em parceria. Contribuíram para o debate sobre níveis territoriais de intervenção mais adequados no combate à pobreza, entre estratégias socioeconómicas de âmbito regional e a necessidade de concretização local nos contextos existenciais da vida. Contribuíram também para o debate sobre a necessidade de técnicos com missão de animação local, para o respectivo 'perfil' de competências e para a incontornável interdependência entre o combate à pobreza e as experiências nacionais de acção para o desenvolvimento.

O 3º Programa (1989-1994) aprofundou o trabalho desenvolvido pelos programas anteriores e representou uma ambição maior com um aumento significativo dos recursos financeiros envolvidos (aproximadamente mais do dobro) e uma diminuição do número de projectos locais (cerca de metade relativamente ao 2º programa). O Programa assentou em três princípios que permitiram referenciar a acção experimental: uma abordagem multidimensional dos problemas e das respostas, soluções de parceria criadas a nível local e participação das pessoas em situação de pobreza ou de exclusão social.

Os projectos seriam avaliados e os resultados da sua actividade experimental orientada para a inovação nas políticas públicas seriam fundamento para a divulgação de 'boas práticas' e para a fundamentação de recomendações de política a nível local, nacional e europeu.

O 4º Programa (1994-1999) não veio a concretizar-se por decisão do Conselho Europeu de Maio de 1994. Já preparado pela Comissão Europeia para começar a ser implementado tinha por objectivo a consolidação dos adquiridos do 3º Programa e uma focalização nos aspectos institucionais e na integração do combate à pobreza nas estratégias nacionais de desenvolvimento em âmbitos diferenciados.

3. Reconhecimento formal da 'exclusão social': Resolução de 1989

A Resolução do Conselho de Ministros para os Assuntos Sociais On Combating Social Exclusion (89/C277/01) de 1989 reconhecia a exclusão social como processo que atravessa diferentes domínios, mas que tem o seu fundamento em mudanças estruturais em que o mercado de trabalho desempenha um papel central.

Enfatiza que combater a exclusão social pode ser entendido como parte importante da construção do mercado interno e que a urgência de políticas de desenvolvimento económico que sejam acompanhadas por políticas de integração específicas, sistemáticas e coerentes.

Afirma, ainda, a necessidade de medidas que assegurem a garantia de ajuda e de recursos adaptadas à situação de cada indivíduo e enfatiza que combater a exclusão social envolve a garantia de condições de vida decentes através de medidas de integração social.

4. Garantia de recursos como imperativo de dignidade humana: Recomendação de 1992

A Recomendação do Conselho Europeu de 24 Junho 1992 sobre Common Criteria Concerning Sufficient Resources and Social Assistance in Social Protection Systems (92/441/EEC) reconhece o direito a recursos suficientes com base no respeito pela dignidade humana.

A Recomendação explicita um domínio que se pode considerar específico de uma abordagem centrada num critério de pobreza, mas refere a Resolução de 1989 e explicita a necessidade de que o direito a um rendimento suficiente seja acompanhado por políticas de integração económica e social.

A Recomendação reconhecia, entre outros aspectos, que processos de exclusão social e riscos de pobreza se vinham acentuando ao longo dos últimos 10 anos, que se mostrava a necessidade de políticas de desenvolvimento que contrariassem estas tendências estruturais. Estas deveriam ser acompanhadas por políticas de integração específicas, sistémicas e coerentes, e associar a assistência imediata a medidas de política orientadas para a integração económica e social.

5. Reconhecimento do caracter estrutural da 'exclusão social': Comunicação de 1992

A Comunicação da Comissão Towards a Europe of Solidarity – Intensifying the fight against social exclusion, fostering integration de 1992 (COM(92) 542) procurou contribuir para o debate sobre a natureza e urgência do combate à exclusão social na Europa e mostrar actividades em curso por iniciativa da Comissão Europeia.

Reconheceu o caracter multifacetado da natureza das situações e a dificuldade em as representar em termos estatísticos e aprofundou o sentido do reconhecimento do caracter estrutural dos mecanismos que concorrem para a exclusão de parte da população da vida económica e social, nomeadamente, em torno do debate sobre os 'novos pobres'.

A Comissão Europeia reconhecia na Comunicação que exclusão social não é só rendimento insuficiente e que vai para além da participação através do emprego. Considera que está patente numa grande diversidade de áreas como habitação, educação, saúde e acesso a serviços, tudo áreas a que considera que a Resolução de 1989 já tinha aludido.

Combater a exclusão social implicaria, assim, agir em domínios diferentes. A Comissão explicitava: "Combating exclusion means taking action in a number of areas. This is true both of prevention, which calls for general improvements in policy on employment, education, training, housing, health etc., concentrating particularly on removing the discrimination and segregation which are the side-effects of the original policies. This also applies to the reintegration of those excluded from mainstream society, which would mean a general improvement in their living conditions requiring specific solutions to specific problems".

6. Interdependência entre coesão social e competitividade global: Livros Brancos

A interdependência entre coesão social e competitividade global surge evidenciada nos textos de ambos os Livros Brancos. Ambos remetem mutuamente para a interdependência entre os os respectivos conteúdos.

O 'Livro Branco' Growth, Competitiveness and Employment (COM(93) 700) publicado em 1993, reconhecia a existência de falhas de mercado e a necessidade de criar mecanismos colectivos de solidariedade. O documento defendia que o novo modelo de sociedade europeia apela à solidariedade activa, nomeadamente, no combate à pobreza e à exclusão social. E explicita: "We need a comprehensive policy, preventive as well as remedial, to combat the poverty which so degrades men and women and splits society in two. The areas of action are familiar: renovation of stricken urban areas, construction of subsidized housing, adaptation of education systems with extra resources for children from disadvantaged backgrounds, and an active employment policy which attaches high priority to the search for an activity or training accessible to everyone rather than the registration of and payment to the unemployed, even though, in the last resort, this is still essential where all other means of social reinsertion seem, for the moment, to be exhausted" (p. 15).

O Livro Branco European Social Policy (COM(94) 333) publicado em Julho 1994, sublinhava que o progresso social contínuo só pode ser construído com base em prosperidade económica e, consequentemente, com base na competitividade da economia europeia. Mas o documento também explicitava: "While wealth creation is essential for social progress, the social environment is also an essential factor in determining economic growth. Progress cannot be founded simply on the basis of the competitiveness of economies, but also on the efficiency of European society as a whole". (p. 5).

7. Perspectivas face aos desafios contemporâneos

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) foi aprovado em 2017. O Plano de Acção apresentado pela Comissão Europeia na Cimeira do no Porto no passado Maio de 2021 inscreve o objectivo ambicioso de reduzir em 15 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na Europa até 2030. Entretanto, no nosso país está em debate público a Estratégia Nacional de Combate Pobreza, está em curso um processo alargado de transferência de competências para os Municípios no domínio do combate à pobreza e está em curso a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência.

Não sendo a sua causa, a pandemia contribui para revelar de forma mais expressiva a desprotecção dos cidadãos portugueses em situações de pobreza ou de exclusão social. Se a recuperação no pós-pandemia não pode deixar de incluir a preparação para a 'próxima pandemia', o combate à pobreza e à exclusão social ganham um acrescido caracter de urgência.

Uma 'revisita' do 'Espírito de 91' permitiu recordar o sentido do caminho realizado desde os primeiros passos iniciados em 1975 com a aprovação do 1º Programa experimental. Destaca-se o reconhecimento formal do risco de empobrecimento e exclusão social associado às transformações económicas e tecnológicas aceleradas com o processo de integração europeia (desemprego, precariedade, obsolescência precoce de competências, etc.) e reflecte-se sobre as suas relações com as transformações societais europeias de longo prazo (progressiva fragilização de vínculos sociais, transformações da vida em família, envelhecimento, etc.). Destaca-se o esforço de clarificação conceptual adequado ao conhecimento e à acção face a esta realidade (distingue-se privação de pobreza, pobreza de exclusão social, acção para o desenvolvimento e acção específica de integração económica e social, etc.). Destaca-se, ainda, o sentido em que se interpretava a complexidade, diversidade e multidimensionalidade da concretização dos fenómenos de pobreza e de exclusão social e como a participação das pessoas nessa situação era reconhecida como garantia da melhor adequação das medidas de política.

Permitiu, também, recordar como a necessidade de integração sectorial e multinível das políticas públicas, e a sua adequação à superação dos problemas vividos 'localmente', exigia o aprofundamento do trabalho em parceria com inovação institucional e capacitação organizacional e técnica adequados. Permitiu recordar como o combate à pobreza se teria que colocar para além da política social no quadro mais alargado da interdependência inevitável entre a promoção da coesão social e da competitividade global da sociedade europeia. Finalmente, retomando os primeiros passos, permitiu recordar como a acção experimental por projectos locais permitiu produzir conhecimento rigoroso sobre a complexidade dos problemas de pobreza e de exclusão social, sobre as razões para a menor adequação das respostas existentes e sobre caminhos possíveis para a inovação revelada necessária.

Nas condições contemporâneas, nem sempre se encontra uma conformidade integral com o 'Espírito de 91'. O que só contribui para reforçar a relevância, o sentido e a actualidade do trabalho que a EAPN Portugal tem vindo a desenvolver ao longo dos 30 anos da sua existência.

POBREZA PARA A RUA!
0%
POBREZA

José António Vieira da Silva

Economista, foi Ministro da Economia e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
Foi docente do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).
É Director Executivo da Fundação Res Publica.

EAPN - OS ANOS SEGUINTES

Ao longo destes últimos 30 anos a EAPN Portugal foi capaz de construir uma marca incomparável na luta contra a pobreza em Portugal.

Como observador atento e, por vezes, como parceiro da Rede julgo que essa história e a sua originalidade radicam em três marcas muito nítidas.

Em primeiro lugar o facto da EAPN se ter desenvolvido em estreita articulação com um movimento europeu que recolocou as questões da pobreza e da exclusão num patamar de relevo que não tinha, até aí, feito parte da construção da União Europeia.

Em segundo lugar porque, na abordagem destes temas, seguiu uma opção de abordagem global do ponto de vista do território e das dimensões económicas e sociais. Esta abordagem contrastava com as prioridades essencialmente localistas e segmentadas que marcaram, por exemplo, as diversas vagas dos Projetos de Luta contra a Pobreza.

Em terceiro lugar porque, neste percurso, foi crescentemente valorizado o trabalho com a comunidade de novo em contraponto (que não em contradição) com o trabalho para a comunidade.

Este percurso que associou gerações de voluntários, ativistas e profissionais não foi, seguramente, isento de bloqueios impasses ou incertezas. Mas teve a enorme virtude da persistência, qualidade essencial quando enfrentamos adversários seculares e estruturais.

A EAPN construiu ao longo dos anos uma sólida e diversificada política de parceria com os poderes públicos no quadro de uma independência de valores e estratégias que sempre constituiu a sua imagem.

Relevar estes trinta anos de existência conduz-nos a questionar o futuro desta instituição e do seu papel.

O seu enraizamento nacional e a sua pertença a uma forte rede europeia asseguram a todos que podemos continuar a contar com este polo de energia e vontade na luta contra as desigualdades e a pobreza.

Vivendo ainda os efeitos da maior crise social do pós-guerra, aquela provocada pela Pandemia do Covid19, é hoje mais claro não apenas a centralidade dos desafios da coesão social, mas também o relativo consenso que reforça a convicção de que o sucesso nesta batalha civilizacional depende da capacidade de a tornar uma batalha dirigida ao conjunto da sociedade.

A ambição de construir passos poderosos e sólidos na erradicação da pobreza é hoje mais fortemente associada a mudanças no modelo de organização da nossa vida coletiva, da produção ao consumo, do território ao ambiente.

No espaço nacional e da Europa a que pertencemos isto significa que a dimensão social necessita estar presente no coração das macropolíticas conforme o Compromisso Social do Porto de maio passado bem sublinhou.

Mas significa também um reforço da dimensão da coesão nas políticas sectoriais da educação, dos transportes, da saúde ou da investigação, tantas vezes alheias ao seu impacto na dimensão da exclusão social.

Como significa, nas políticas sociais e de emprego encontrar o adequado equilíbrio entre a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social reduzindo os níveis de desigualdade nos rendimentos e na riqueza.

Seria, no entanto, ilusório assumir que o reforço de recursos dirigidos à redução da fragilidade de territórios ou grupos sociais onde se acumulam fatores de exclusão e pobreza perdeu atualidade. Ao contrário, as múltiplas tensões e ruturas que vivemos exigem intensidade, persistência e coerência no apoio ao mais fracos.

Em todas estas dimensões – macropolítica, políticas setoriais, políticas sociais e programas específicos de promoção da inclusão – os contributos das organizações não governamentais e, particularmente da EAPN revestem-se de uma relevância enorme.

Fruto da sua visão independente, da sua história e da sua capacidade para integrar personalidades e especialistas com grande conhecimento destas temáticas, pode a sociedade portuguesa esperar um contributo significativo na resposta a velhos e novos problemas.

Julgo poder destacar, sem caracter exaustivo, alguns dos desafios mais urgentes no sentido de acrescer a eficácia e a eficiência do combate à pobreza.

Duas dimensões merecem realce.

As transições gémeas e os riscos sociais

A humanidade vive hoje aquele que é, para uma imensa maioria dos responsáveis científicos, o maior risco à sua sobrevivência como espécie ou, no mínimo, à sustentabilidade do modelo de exploração dos recursos naturais que se acentuou desde a revolução industrial.

É hoje bem claro que o custo das alterações climáticas gera efeitos socialmente desiguais quer à escala planetária quer à escala mais local.

Mas também é evidente que as próprias opções de resposta aos desafios da sustentabilidade ambiental interpelam de forma intensa a sustentabilidade social das políticas de transição.

O desígnio da "transição justa" é, seguramente, incontornável. Mas é igualmente de exigente concretização e implica decisões com elevados graus de rutura.

Simultaneamente as economias contemporâneas vivem um processo de transformação tecnológica sem paralelo. A convicção, que alimentou gerações, que o progresso técnico podia e devia estimular avanços sociais, é hoje menos sólida.

O acesso a níveis socialmente equilibrados de emprego digno não decorre linearmente da inovação digital, da robotização ou da evolução da "inteligência artificial". São necessárias políticas públicas orientadas para a criação de emprego e para a sua qualidade, bem como para a redução drástica da dimensão dos grupos sociais excluídos do direito ao trabalho.

No nosso país tal depende, em grande medida, de opções que se jogam a uma escala europeia e, nesse plano, intervenções articuladas dos vários atores são decisivas.

Melhor informação para melhores decisões

A produção de informação de qualidade e no tempo certo é cada vez mais o instrumento chave para a definição de políticas públicas eficazes.

No plano do combate à pobre e à exclusão social, onde a produção e analise da informação é claramente dominada pelas orientações do Eurostat, vivemos perante num quadro de clara fragilidade.

Não apenas a informação disponível é, normalmente, desatualizada como os indicadores existentes apresentam serias fragilidades para retratarem a situação existente e para servirem de base à avaliação de políticas. Urge aprofundar um debate sobre o tema e caminhar para uma melhoria do sistema presente.

De novo aqui o papel das ONG e o papel da REAPN é de grande relevo, o predomínio de indicadores de pobreza de base monetária e, principalmente, dependendo quase exclusivamente de informação sobre rendimentos necessita de ser reavaliado à luz de realidades em significativo processo de mutação.

A experiência acumulada ao longo dos últimos trinta anos por tantas e tantos que construíram a EAPN é merecedora dum renovado reconhecimento público mas é, principalmente uma garantia de responsabilidade ampliada para a construção de um melhor futuro para as nossas comunidades.

Madalena Sacramento Nunes

Licenciada em Filologia Germânica. Professora de profissão, exerceu dois mandatos como vereadora na Câmara Municipal do Funchal, entre 2014 e 2021. Teve como pelouros a Educação, o Desenvolvimento Social, a Habitação, a Cultura, o Turismo, entre outros. Atualmente foi eleita deputada municipal à Assembleia do Funchal, cargo que desempenha em simultâneo com a sua profissão de professora.

EAPN no Funchal – 3 anos de mais valias

Conheci a EAPN durante os mandatos em que fui eleita para vereadora na Câmara Municipal do Funchal (CMF), entre 2014 e 2021. Fomos contactados pelo Sr. Padre Jardim Moreira, presidente da Rede, que nos deu a conhecer o trabalho que a Rede Europeia Anti Pobreza realizava dentro e fora de Portugal, sinalizando a grande vontade que esta organização tinha em poder abrir um núcleo no Funchal e na Região Autónoma da Madeira. Seria uma maneira de se poder sensibilizar, neste território insular, associações e entidades públicas e privadas, a par das pessoas individualmente, para a pobreza e para as questões a ela associadas.

Uma vez que já tínhamos percebido no primeiro mandato que as questões da pobreza eram preocupantes no Funchal, por haver no nosso território sinais muito evidentes de carências sociais e económicas que afetam públicos diversos em termos de idade, formação escolar e condição social e económica, acedemos rapidamente ao desafio e começámos o trabalho em conjunto. Foi a 12 de julho de 2018 que se assinou o protocolo de colaboração.

Para o Município foi uma excelente aposta em vários níveis. Por um lado, a maneira de trabalhar da Rede Europeia Anti Pobreza estabelece muitas pontes com a abordagem dos nossos executivos às questões da pobreza. Por exemplo, na EAPN:

Aposta-se na formação e na tomada de decisões devidamente fundamentada e sustentada. Vê-se a formação como uma mais-valia para o encontrar de soluções adequadas a cada contexto;
Tem-se a consciência de que a pobreza e os fenómenos associados são estruturais e, para intervir com olhos de sucesso, percebe-se que é necessário investir nas relações e na ação concertada com entidades políticas e com quem está no terreno;
Sabe-se que a construção de uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social implica trabalhar de forma transversal e conjunta com empenho e compromisso.

Por outro lado, convergíamos na mesma visão: quem é pobre, não tem culpa de o ser, uma vez que o problema é sistémico e deve ser intervencionado em várias áreas e níveis de decisão. Pode verificar-se nas listas de pessoas apoiadas pela CMF que em várias das famílias há pessoas empregadas, mas o valor que trazem para casa ao fim do mês não é suficiente; não cobre as necessidades básicas para uma vida digna: alimentação, habitação, saúde ou educação.

Em reuniões com a Rede Europeia Anti-Pobreza demos a conhecer a nossa intervenção nas diferentes áreas sociais e que tinham surgido para responder às solicitações que as pessoas e entidades faziam chegar ao Município. Na área da habitação, demos a conhecer o SMA (Subsídio Municipal ao Arrendamento) e o PRESERVA (apoio financeiro para a reabilitação de casa própria). Na área da saúde, demos a conhecer o programa dos Medicamentos para pessoas idosas ou com doenças crónicas e com vulnerabilidade financeira. Na área da educação demos a conhecer o programa dos manuais escolares até o 12º ano e as bolsas de apoio ao ensino universitário. Apresentámos o programa de apoio à família e à natalidade, com investimentos financeiros no campo da saúde infantil, da educação e da alimentação. Na área do emprego, mostrámos como criámos uma ferramenta de apoio à reintegração no mercado de trabalho (PMFOCT, Programa de Ocupação e Formação em Contexto de Trabalho), que acabou por ajudar a trazer para o mundo profissional tanto pessoas que estavam afastadas há muito tempo do mercado de trabalho (algumas há mais de 15 anos), como jovens a quem exigiam experiência laboral quando tinham acabado de sair da universidade, não a podendo por isso mesmo demonstrar. Demos igualmente a conhecer o trabalho que vínhamos desenvolvendo junto da população em situação de sem abrigo, tentando dar-lhe voz e envolvendo-a no trabalho desenvolvido e a desenvolver. Explicámos como se criaram soluções diversas das que existiam já no terreno nessas áreas e nas da igualdade e da não discriminação, do combate à violência sobre as mulheres ou nas relações de intimidade. Através de estudos regionais e nacionais, sabíamos que mulheres e crianças são as vítimas de primeira linha da pobreza e da exclusão, pelo que demos centralidade a apoios que ajudassem a diminuir essas vulnerabilidades já identificadas.

Desde o início dos nossos mandatos que trabalhávamos para construir um projeto de cidade com as pessoas e não para as pessoas. Associada a esta postura está implícita a criação intencional de oportunidades de construção participada de projetos e soluções para a cidade. É necessário envolver, empoderar e capacitar a população, de forma a que as pessoas se sintam valorizadas, se reconheçam e se revejam nas soluções construídas. Também o envolvimento de técnicas e técnicos do Município era essencial, criando com estas sinergias uma verdadeira cidade inteligente, que conseguisse potenciar os talentos de quem nela vive e intervém. Foi isso que a EAPN também nos ajudou a concretizar. Com a sua panóplia de áreas de formação e pessoas com conhecimento específico e muito especializado de todas estas realidades, conseguiu responder ao desejo que nos tinha sido manifestado por quem faz parte das diferentes associações e entidades do território, que afirmavam necessitar desse complemento formativo e dessas visões abertas e diferenciadas para se abordarem de forma diferente e mais eficaz os contextos em que cada um ou cada uma intervém.

Em 2021, o Diagnóstico Social do Funchal que foi elaborado pela EAPN a pedido da CMF, foi um reflexo desta maneira de trabalhar. A Rede Europeia Anti-Pobreza conseguiu ouvir e registar as opiniões e as visões de diversos atores e atrizes do contexto social, económico e educativo do Funchal, avaliando a eficácia da intervenção e das ferramentas que existem na cidade para combater a pobreza e a exclusão social que dela decorre.

Sem problemas de análise ou vontade de esconder resultados menos conseguidos, obteve-se um documento que reforça a necessidade de uma intervenção diversificada, dirigida a diversos públicos, mas reforçando que mulheres, jovens e idosos devem ter uma atenção especial na estratégia a construir. Também a educação, a habitação e a saúde necessitam de ver reforçados os mecanismos existentes, pois representam margens de vulnerabilidade significativa no território.

O resultado deste diagnóstico pode ser consultado na publicação em papel que existe na CMF e ajuda-nos a perceber que muito há a fazer no Funchal para se combater a pobreza. Percebe-se igualmente que é necessário um trabalho comprometido e supra partidário nos diferentes investimentos a fazer, para diminuir as vulnerabilidades provocadas pela pobreza. Caso não aconteça este trabalho transversal e em que as cores políticas não devem interferir, acontece como nos sucedeu no Município do Funchal – esbarramos em paredes de vidro que não nos deixam prosseguir o trabalho nas suas diferentes vertentes e impede-se a saída da população dessa situação de exclusão tão injusta e indigna, para além de levar ao desespero quem percorre a via sacra em busca de ajuda para a sua família ou para o seu caso, sem nunca conseguir autonomizar-se e sair da sua situação de pobreza.

A falta de compromisso com o combate à pobreza e o reforço do discurso que se ouve na RAM pelo próprio presidente do Governo Regional, apelidando as pessoas desempregadas de "parasitas", que esgotam os apoios sociais por vontade de preguiçar e viver à custa de subsídios, leva a que as pessoas mais desfavorecidas continuem a viver em situações de enorme fragilidade e tendo imensa dificuldade em sair dela.

Em boa hora nos associámos à EAPN em 2018, trazendo para a Madeira esta Rede que em 30 anos nunca baixou os braços na luta contra a pobreza, trabalhando com enorme profissionalismo, construindo a sua ação em parcerias e percebendo que o problema da pobreza é estruturante e sistémico, exigindo um trabalho comprometido e suprapartidário para o combater e para terminar com fenómenos de exclusão, injustiça social e indignidade.

ECONOMIA
DE POBREZA
POBREZA
ECONOMIA

Manuel Jacinto Sarmento

Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências Sociais da Educação, do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Professor visitante nas Universidades de Basse-Normandie, Caen, França, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Brasil. Diretor da revista Investigar em Educação, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Foi membro do Conselho Nacional da Educação de Portugal. Áreas de investigação mais recentes: infância e políticas públicas; a criança na cidade; culturas infantis e interculturalidade; trabalho infantil; educação e estatuto social do aluno. Autor ou coautor de vários livros e artigos, sendo, entre os primeiros, alguns dos mais recentes: Pobreza Infantil: Realidades, desafios, propostas, 2010 (co-org. com Fátima Veiga); Estudos da Infância: educação e práticas sociais, 2008 (co-org. com Cristina Gouvea); Infância (In) visível, 2007 (co-org. com Vera Vasconcellhos), Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação, 2004 (co-org. com Ana Beatriz Cesirara). Presidente da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL) e dirigente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR).

Trinta e tantos quantos anos forem precisos para erradicar a pobreza infantil

Quando, no início da década de noventa, a saudosa professora Manuela Silva publicou, em edição da UNICEF, o seu livrinho sobre pobreza infantil em Portugal, o estudo, apesar da sua flagrante importância e novidade, pouco eco teve nas políticas públicas e na visibilidade social da exclusão das crianças portuguesas. Ainda nessa década, as políticas sociais, então designadas "de novo tipo", incidiram prioritariamente no combate às formas extremas de pobreza, com a criação do então designado Rendimento Mínimo Garantido, atual Rendimento Social de Inserção, e mais tarde, já neste século, com o combate à pobreza dos mais idosos, nomeadamente com aumentos das reformas não contributivas e com a criação do complemento solidário para idosos. Também o combate à exploração do trabalho infantil se constituiu como um alvo dessas novas políticas, com criação de instrumentos de estudo e monitorização e intervenção face a essa situação que envergonhava Portugal ante os seus parceiros europeus, havendo de se contar como um sucesso a ação política, social e académica que se exprimiu na erradicação quase total do aproveitamento do esforço laboral dos mais pequenos.

Mas, na altura, era a pobreza dos idosos a que mais acentuadamente se verificava entre os vários grupos geracionais, como os estudos de Alfredo Bruto da Costa e de João Ferreira de Almeida claramente demonstraram. Porém, passado pouco tempo, a infância, sem a adoção de políticas específicas e mais consistentes de apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade, rapidamente se tornou no grupo etário com maior percentagem de membros em situação de pobreza. Essa é a realidade que se verifica ainda hoje, em que há, proporcionalmente, mais crianças pobres, do que jovens, adultos ou idosos em situação de pobreza.

Recordo o estudo pioneiro de Manuela Silva, porque (não há coincidências....) ele é apresentado e divulgado (bem como alguns outros estudos complementares da autora) praticamente ao mesmo tempo que é fundada a Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal. Não sei se o conhecimento então produzido sobre a pobreza infantil foi um dos fatores da criação da Rede. Mas sei que, desde cedo, a EAPN assumiu o combate à pobreza infantil como um dos seus eixos de ação e desenvolveu, sobretudo com a criação do grupo de trabalho sobre a Pobreza Infantil, ações específicas de mobilização social, de advocacy política, de formação de técnicos e interventores sociais, de realização de estudos e de investigações, de promoção de encontros, debates e outros eventos científicos, de participação ativa nos

fóruns internacionais e de publicação de relatórios, estudos e documentos sobre pobreza infantil. Fê-lo, a partir da natureza da sua própria missão e da sua constituição institucional, enquanto rede que agrupa intervenientes de várias proveniências científicas e disciplinares e de instituições de vários tipos, académicas, solidárias, autárquicas, etc.

Hoje, o conhecimento e a capacidade de produção de políticas sobre o trabalho infantil, em boa parte na sequência deste trabalho, é muito maior do que há trinta anos atrás. Sabemos, por exemplo, que a pobreza infantil está profundamente ligada à pobreza mais geral, mas tem aspetos específicos que exigem formas apropriadas de intervenção. Sabemos que há situações de especial vulnerabilidade para as crianças pobres: famílias numerosas, famílias em que pelo menos um dos progenitores está desempregado, famílias monoparentais em que o adulto (normalmente a mãe) aufere baixos rendimentos, famílias pertencentes a grupos étnicos que são especialmente discriminados e excluídos. Sabemos que, assim como foi possível, em larga medida, diminuir a pobreza dos idos, através de transferências socais e de uma política redistributiva focada, e, do mesmo modo, como se conseguiu atacar e resolver o problema grave da exploração do trabalho infantil em poucos anos, a pobreza infantil pode ser erradicada. Ela não é uma fatalidade, desde que as políticas sejam apropriadas, a ação seja multidimensional e as medidas de redistribuição de rendimentos junto das famílias com crianças em situação de especial vulnerabilidade sejam acompanhada de políticas estruturais de pendor universalista, orientadas para o combate às desigualdades sociais e para a promoção de uma sociedade de bem-estar e de direitos da criança.

Portugal começou a desenhar alguns instrumentos que nos permitem, trinta anos passados sobre os primeiros diagnósticos consistentes, acreditar na possibilidade de uma ação efetiva contra a pobreza infantil. A aprovação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança constitui um esforço significativo de articulação de ações e de definição de linhas orientadoras, articuladas e integradas que vão no sentido da promoção e reconhecimento da criança como sujeito de direitos. A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 inscreve, como primeiro objetivo estratégico, a erradicação da pobreza infantil. A Garantia Europeia para a Infância tem em Portugal, país que a propôs e aprovou na vigência da sua recente presidência da União Europeia, condições de viabilização que se esperam vir a ser exemplares, de políticas de inclusão das crianças, de humanização dos serviços e de criação das condições políticas, económicas e sociais que protejam, provejam os bens e recursos justos e necessários e promovam a participação de todas as crianças. Recentemente lançada, a proposta de um Pacto para a Infância, a que a

EAPN se associou, procura fazer com que seja toda a sociedade, dos poderes públicos às organizações sociais e das empresas aos cidadãos e cidadãs, a assumir a infância e o seu bem-estar como uma prioridade nacional.

O facto destas medidas serem anunciadas em pleno período pandémico não é despiciendo. A situação de empobrecimento do país arrasta consigo condições especialmente funestas para as crianças. Se não temos ainda estatísticas que comprovem o aumento da pobreza infantil nos tempos mais recentes, não restam muitas dúvidas de que os números virão confirmar algo que se tornou uma evidência: situações de catástrofe natural ou social afetam as crianças de forma mais dura e com consequências mais graves e duradouras. Por tudo isso, associamos o realismo a uma esperança ativa: esperamos que as ações orientadas para as crianças não sejam mais uma vez a pedra, que empurrada por Sísifo, soçobra no plano inclinado da indiferença, do menosprezo, da falta de prioridade e de vontade política, das lógicas dos interesses, dos empecilhos burocráticos ou das determinações financeiras austeritativas.

Ainda que assim seja, sabemos com que contar. Trinta anos da Rede fazem-nos acreditar que Sísifo não subirá a montanha sozinho.

Marcos Olímpio Gomes dos Santos

Marcos Olimpio teve os seus primeiros contactos com a EAPN Portugal no já longínquo ano de 1999 quando integrou o grupo de formadores da ação de formação de "Agentes de Desenvolvimento" financiada pelo Programa SIFAT que deu origem á implementação do Núcleo Distrital de Évora da EAPN Portugal. Quando o Núcleo inicia funções, assume o cargo de Vice-Coordenador tendo um papel absolutamente inestimável nos primeiros passos do Núcleo contribuindo em muito para a sua boa concretização. Findo o mandato permanece ligado á EAPN na qualidade de associado em nome individual acompanhando de perto as atividades do Núcleo, sempre disponível para todo o apoio necessário enquanto Académico da Universidade de Évora e membro do CISA - Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia da Universidade de Évora e também enquanto associado em nome individual sempre ao nosso lado para tudo o que pedimos a sua colaboração. Um amigo de sempre da EAPN Portugal!

A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DA EAPN PORTUGAL NO COMBATE À POBREZA, AO LONGO DE 30 ANOS

Resumo

No texto é efetuada inicialmente uma apreciação do trabalho realizado pela EAPN a nível nacional, e também distrital, sendo seguidamente referidos dois projetos em que o autor participou, e depois deixadas no final algumas pistas para reflexão. Ainda ao longo do texto são mencionadas várias chamadas de atenção para aprendizagens que as temáticas abordadas vão suscitando.

Nota introdutória

Alinhavar algumas considerações a propósito do 30º aniversário da EAPN Portugal é gratificante porque constitui um momento privilegiado de retrospetiva de recuperação de memórias e boas recordações, mas não é fácil porque se trata de uma organização com um percurso rico e que se debruça sobre um problema complexo que tem conhecido (e provavelmente irá ainda conhecer) avanços e retrocessos.

Nos pontos que se seguem o autor transmite algumas das considerações (fatuais e reflexivas) que lhe ocorreram em torno do feliz evento que terá lugar no próximo dia 17 de dezembro.

Apreciação do trabalho realizado pela EAPN
A nível nacional

Neste ponto será efetuado um exercício de reflexão somente com intuito pragmático utilitário (sem o rigor metodológico de uma avaliação formal), e, uma vez que o autor não conhece nenhuma avaliação de impacto da EAPN, realizou então um exercício de reflexão que consistiu em responder às seguintes interrogações:

E se a EAPN não tivesse existido? e se agora se extinguisse?
Olhando para os anos percorridos desde 1991 é notório notável o legado em termos do que já foi realizado e de produtos disponibilizados como pode ser aferido no site da organização no que se refere por exemplo a:

Informação e documentação
Comunicação
Investigação e projectos
Informação

Ressalta da análise efetuada, o número de projetos transnacionais (43) e de projetos nacionais (47), dos quais alguns tiveram continuidade (como é o caso do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa).

Resultaram portanto dessas iniciativas produtos que enriquecem o acervo documental de que podem dispor os profissionais que no terreno estão envolvidos na intervenção, bem como investigadores que realizam pesquisas sobre temas incluídos no âmbito da pobreza, que podem contar também com os resultados dos trabalhos de investigação, para além das publicações (Revista Rediteia e dos Cadernos EAPN) que também são disponibilizadas mediante uma diminuta contrapartida monetária, onde constam interessantes textos sobre assuntos temáticas diversas.

Respondida muito abreviadamente a primeira questão (e se a EAPN não tivesse existido?), a questão seguinte (e se a EAPN se extinguisse?), é crucial para ser relevada a importância da organização no panorama nacional.

A resposta é a de que se perderia uma das mais importantes infraestruturas de apoio no combate à pobreza (e à exclusão) de que é exemplo o trabalho desenvolvido para inclusão da comunidade cigana e de migrantes, em particular, e pelo empowerment de pessoas ativas que embora numa situação desfavorável podem vir a ter um percurso de vida com sucesso. Perder-se-ia também uma das vozes mais credenciadas e respeitadas na defesa dos direitos das populações carenciadas (o que se pode aferir pelo número de ocasiões em que é solicitada a opinião, nomeadamente, do seu presidente da Direção (Padre Agostinho Jardim Moreira), assim como se perderia o contributo formal da EAPN sobre questões relevantes.

A nível distrital

A este nível de intervenção é de salientar todo o trabalho de articulação entre associados (nomeadamente nas reuniões do Núcleo) e, a realização de iniciativas para debate e aprofundamento de questões concretas e pertinentes, complementadas com ações de formação que têm reforçado a sensibilização e a qualificação de dirigentes e pessoal técnico (de organizações do Terceiro Setor e de serviços públicos), para um desempenho mais conseguido das respetivas funções.

É de realçar também a participação do Núcleo em outras redes, como seja o caso da Rede Social de Évora e da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central (onde o Núcleo

teve um relevante papel na elaboração do diagnóstico social).
A juntar a estas considerações, a memória preserva a participação em projetos (seguidamente descritos), os quais constituíram experiências relevantes, porque proporcionaram contatos gratificantes, bem como conhecimentos e aprendizagens de elevada valia.

Projetos marcantes

Projeto Cruzamento de Saberes (Indicadores Sociais de Exclusão Social)

O projeto decorreu entre 2001 e 2003 e teve a participação de uma equipa do Núcleo Distrital de Évora (seis participantes) que apresentaram um trabalho que permitiu aprofundar: i) o conceito de pobreza, ii) a mensuração da pobreza em Portugal, iii) estudo (do INE) sobre exclusão social e pobreza, iv) a Rendimento Mínimo Garantido, v) a Projeto de Luta Contra a Pobreza de S. Sebastião de Giesteira e vi) os métodos seguidos para aproximar os mais pobres e assegurar a sua participação.

Pela relevância do respetivo conteúdo, este trabalho foi utilizado como texto de apoio em disciplinas do curso de Sociologia da Universidade de Évora, assim como constituiu uma referência em vários textos publicados pelo autor.

O projeto QUAL_IS I – Qualificar a Intervenção Social

Decorreu entre outubro de 2008 e dezembro de 2009 e teve como objetivo capacitar e apoiar 28 organizações sociais sedeadas na região Alentejo para o desenvolvimento de processos de qualificação organizacional que visaram melhorar a eficácia da intervenção e a promoção de respostas sociais mais adequadas para o combate à pobreza e exclusão social. Para o efeito foram implementadas as seguintes ações:

1 - Reunião conjunta com as entidades participantes em 3 regiões de intervenção do projecto: Norte (Porto e Vila Real); Centro (Coimbra e Castelo Branco); Alentejo (Évora e Beja)
2 - Constituição de 6 Focus Group
3 - Acompanhamento técnico permanente das entidades participantes
4 - Ação de Formação Padronizada de 120H em cada local de intervenção do projecto
5 - Incentivo à criação de Conselhos de Qualidade internos às Organizações
6 - Realização de um diagnóstico Inicial de cada entidade
7 - Formação - Ação Individualizada

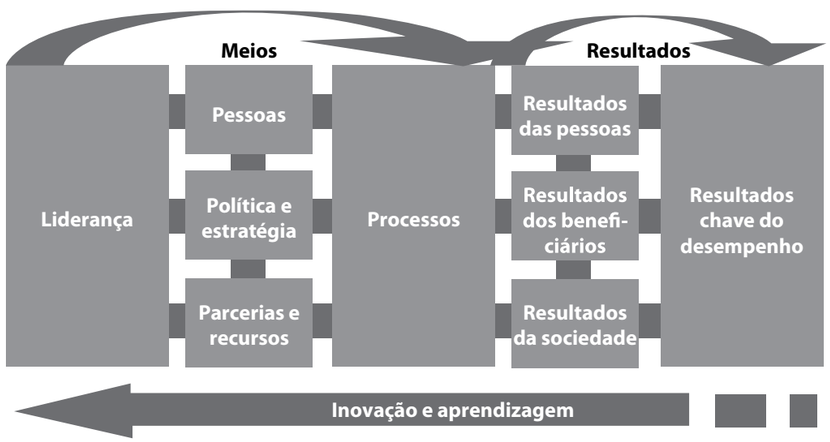
Foi um projeto marcante pela sua arquitetura inovadora, pelo se decurso gratificante para os(as) participantes e, também pelos resultados formais e informais (que permitiram uma continuada troca de contatos entre representantes de algumas das organizações envolvidas no projeto).

Considerações finais

EAPN Portugal. Desde 1991
Estão de parabéns os e, as intervenientes, que têm contribuído para o assinalável percurso percorrido ao longo destes 30 anos. Momentos menos bons terão tido lugar. São, porém, momentos de aprendizagem que ajudam a crescer e, concorrem para o conhecimento (tácito e explícito), e para a melhoria da ação.

Esse percurso (ante 30) pode ser traduzido esquematicamente como consta na figura seguinte.

O Modelo de Excelência da EFQM



Fonte: European Foundation of Quality Managment

Segue-se agora o pós 30 (com votos de muitas felicidades), num mundo que continuará Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo, e que coloca muitos desafios

Fonte: Passado, Presente e Futuro.
Joel Farias da Silveira. in Palavra da Célula

Esse é um mundo onde se divisam riscos suscetíveis de agravamento de desigualdades e da pobreza, exigindo que a EAPN Portugal se reforce como uma organização proactiva, ágil, inovadora, sustentável, aprendente, qualificante e qualificada, e que, procurando ser coerente com o princípio fundamental da dignidade humana, vise a edificação de um mundo livre de pobreza e de exclusão social, sustentado nos valores da Dignidade, Justiça, Solidariedade e Igualdade, continuando assim a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva.

Singular
do

Maria Joaquina Madeira

Licenciada em Serviço Social pela Escola Superior de Serviço Social de Lisboa, Joaquina Madeira tem um vasto currículo profissional na área social, tendo exercido vários cargos públicos, nomeadamente Diretora Geral de Ação Social, Coordenadora da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, Coordenadora do 2º PNAI, Coordenadora Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, entre muitos outros.
Fruto da sua atividade profissional e dos cargos que assumiu, Joaquina Madeira esteve presente na "vida" da EAPN Portugal desde a sua constituição. Há vários anos que assumiu, como voluntária, cargos na Direção da EAPN, sendo neste momento Vice-Presidente.

A luta contra a pobreza no coração da EAPN

A história da EAPN Portugal coincide com a história da luta contra a pobreza e exclusão social no nosso país.

Como sabemos o primeiro passo para agir na resolução de um problema é reconhecê-lo como tal, compreendê-lo e agir em conformidade.

Ora, até à nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia em 1986 (CEE) e à integração dos projetos portugueses no II Programa Europeu de Luta contra a Pobreza nos finais desse mesmo ano, Portugal era um país pobre com uma população maioritariamente pobre, com uma classe média limitada e um enorme fosso de desigualdade social.

A pobreza não era entendida como um problema social de responsabilidade coletiva ligada ao desenvolvimento do país, que exigia uma atenção do Estado e medidas de políticas nacionais, mas uma questão das próprias pessoas e famílias pobres que poderiam receber uma ajuda caritativa de carácter assistencial, visando aliviar as carências extremas de sobrevivência, mas sem ir à raiz do problema, sem alterar de forma significativa a condição de pobreza e exclusão social em que viviam.

O novo olhar e entendimento da pobreza como questão estrutural do país que a todos convocava e como um grave atentado aos Direitos Humanos, foi trazido pela revolução do 25 abril e pela integração na atual União Europeia.

Esta reforçou os adquiridos de Abril já vertidos na Constituição e possibilitou-nos os recursos, os meios e uma linha de rumo alinhada com os outros Estados membros com quem nos comparávamos.

Constitui um indicador com significado o facto do tema da pobreza, num país devastado por este flagelo desde longos anos, ter sido pela primeira vez abordado na Assembleia da República, creio que 1989/90 pela voz do deputado José da Silva Lopes, graças mais uma vez refiro, à nossa integração na UE.
A EAPN Europa foi um dos legados do II Programa Europeu de Luta contra a Pobreza já referido, cujo impulso para a sua criação foi dado pelo então Presidente da CEE Jacques Delors, prevendo-se a sua replicação pelos Estados membros e, correspondendo à ambição, de que

a sociedade civil e as própria pessoas afetadas tomassem parte ativa no combate à pobreza e na aquisição de uma consciência cívica que considerasse intolerável, face aos princípios democráticos e humanistas da Europa, admitir a existência no seu o seio de "cidadãos de primeira e de segunda" como então se dizia.

Portugal foi um dos primeiros países (senão o primeiro) a responder ao apelo de Jacques Delors fazendo-o de forma consistente e com um forte compromisso de contribuir para as mudanças estruturais necessárias, não se limitando a agir nos sintomas de forma casuística, mas pela sua voz e pela sua intervenção, assumir uma estratégia transformadora desde o nível macro, (decisão política e legislativa), meso (informação e capacitação das organizações e sistemas atuantes) e micro (nível territorial e das próprias pessoas afetadas).

Duas outras dimensões fazem parte da sua estratégia: estudar e produzir de forma sistemática conhecimento sobre a pobreza e exclusão social e sensibilizar e informar os atores sociais, económicos e a sociedade em geral para a tomada de consciência e sua mobilização na luta contra a pobreza.

E assim a EAPN Portugal tem feito o seu caminho ao longo destes 30 anos, em constante aprendizagem e em rede com todos os que se reveem nesta luta e que constroem juntos, quotidianamente melhores condições de vida e bem-estar, sempre, sempre com o horizonte dos Direitos humanos e sociais.

A pandemia, como sabemos veio criar ou agravar problemas já existentes e, a expressão numérica das pessoas em situação de pobreza e exclusão social e até mesmo a desigualdade social continua a envergonhar-nos e a inquietar-nos como país.

De facto, o desafio ainda não está vencido e, não há dúvidas que temos de fortalecer os esforços na luta contra a pobreza e exclusão social de forma concertada e a todos os níveis.
No entanto há sinais de que estamos a ir na direção certa, refiro-me à decisão governamental de elaboração de uma Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza, o que corresponde a uma proposta há muito defendida pela EAPN.

Consideramos que esta iniciativa pode apresentar uma linha de rumo a médio prazo das políticas e ações múltiplas que devem convergir para os objetivos a que se propõe, suscetível de acompanhamento e avaliação contínuos, que permita avaliar resultados e métodos de intervenção.

Deixo, no entanto, algumas questões que ainda me inquietam e sobre as quais considero necessária uma reflexão para o futuro:

#Será que as medidas e ações estão a chegar às pessoas em situação de pobreza, de forma a transformar as suas vidas, isto é, a empoderá-las e a torná-las mais autónomas e resilientes?
#Será que as iniciativas e projetos envolvem os recursos necessários para a dinamização das comunidades e a mobilização das próprias pessoas, obtendo a sua participação de forma sustentada?
#Será que os esforços e medidas nomeadamente territoriais têm sido acompanhadas e avaliadas de forma a conhecer os resultados e assim terem sido empreendidos as reorientações necessárias?

Termino felicitando a EAPN Portugal pelos seus 30 anos de existência com um percurso e uma prática de serviço publico de solidariedade e de justiça social, que está no seu próprio ADN.
Mas as instituições são feitas por pessoas concretas.

Assim felicito também todos os profissionais que nela trabalharam e trabalham pelo seu alto profissionalismo, entrega e compromisso que tenho sempre testemunhado proximamente.
É justo destacar a Dra. Sandra Araújo atual diretora executiva que desde a primeira hora tem sido uma profissional exemplar contribuindo para a exigente ação quotidiana desta instituição ímpar e de referência nacional e europeia.

Finalmente, mas em primeiro lugar, as minhas maiores felicitações ao Sr. Padre Jardim Moreira, timoneiro incontestado da EAPN Portugal, pelo seu pioneirismo e dedicação à causa da luta contra a pobreza, fruto do seu Amor e Compaixão pelos nossos concidadãos mais desfavorecidos e esquecidos por uma sociedade demasiado individualista.

Direitos Humanos, Dignidade e Participação são para o Padre Jardim os valores de referência, mas também o horizonte na direção dos quais tem guiado os destinos da instituição.
Obrigada, Padre Jardim pela vontade pertinaz, pela coragem cívica, pela crença e verdadeira fraternidade pela pessoa humana e por acreditar sempre, que a transformação social é possível.

> "A esperança tem duas filhas lindas: a indignação e a coragem.
> A indignação ensina-nos a não aceitaras coisas com estão; a
> Coragem, a mudá-las"
>
> Santo Agostinho

Maria Rita Gomes de Andrade

Rita Andrade é Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania do Governo da Região Autónoma da Madeira.
Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresas (ISCTE), com especialização na área da comunicação e formação avançada em recursos humanos (Universidade Católica). Foi Diretora da DTIM, assistente convidada pela Universidade da Madeira (UMa), Diretora de Recursos Humanos, Auditora Certificada, Consultora, Formadora e Diretora no âmbito da implementação de sistemas de qualidade, tendo ainda exercido funções de Direção na empresa Proinov e coordenação de projetos de formação nomeadamente na área da Economia Social/Solidária. Foi Juiz Social. Exerceu funções de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM. Foi Secretária Regional de Inclusão e Assuntos Sociais, cargo que ocuparia até 2019. Exerceu ainda funções como Presidente do IA-SAÚDE. Em 2021 integra novamente o Governo Regional.

PARABÉNS EAPN

Um convite para escrever umas palavras, e tanto que isso me honra! Um convite feito em agosto deste ano, em que presidia nessa altura a uma entidade que financia e gere o sistema de Saúde da Madeira (IASAUDE, IP-RAM). E foi tão depressa que esse contexto se alterou!
Pois voltei há poucos dias ao Governo Regional, onde tenho também a honra de comandar a pasta da área social, mais concretamente a Secretaria Regional da Inclusão Social e da Cidadania, como Secretária Regional. Na data em que escrevo estas palavras passaram apenas 5 dias da minha tomada de posse. E se me tinha comprometido a fazê-lo, aqui o faço, com a convicção que é um privilégio pertencermos nós também a esta rede europeia anti-pobreza. Foi em setembro de 2018 que assinámos no Salão Nobre do Governo Regional o protocolo de colaboração com a presença de Sua Excelência o Padre Jardim Moreira, e na presença do nosso Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Miguel Albuquerque.

Pelo que este convite e aniversário da EAPN se reveste de um sabor especial. De uma celebração especial. E de um compromisso muito especial por parte da Região Autónoma da Madeira.

Estou certa que daremos seguimento aos projetos e ações que tínhamos definido entre 2017 e 2019 e que a pandemia adiou. Identificaremos novas ações estratégicas que se afigurem importantes no contexto económico-social atual. Refletiremos conjuntamente no futuro da nossa população numa perspetiva inclusiva, que permita de facto combater a pobreza, eliminando gradualmente os fatores geradores de exclusão social.

Pelo que só me resta felicitar a EAPN, uma referência europeia no combate à Pobreza e Exclusão Social. É com orgulho que verifico que a Região Autónoma da Madeira está no mapa. Fazemos parte da equação, e também de parte da solução. Vamos, pois, continuar juntos a trabalhar em equipa, pois só desta forma somos mais fortes e chegaremos mais longe e a quem, efetivamente, mais precisa.

Miguel Januário

Licenciado em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, desenvolveu inúmeras intervenções no espaço urbano e, em paralelo, obras encomendadas.
Estabeleceu-se como freelancer nas áreas do graffiti, design, ilustração e vídeo, integrando o espaço cultural Maus Hábitos, no Porto, onde criou um estúdio e desenvolveu o seu trabalho.
Em 2005, no âmbito académico, criou o projecto de intervenção '±MAISMENOS±', que se tornou uma referência no panorama nacional e internacional da street art. Foi director artístico e criativo na Ivity Brand Corp.
O seu trabalho artístico já esteve exposto em várias galerias nacionais e internacionais e é representado pela Galeria Underdogs de Lisboa.
Miguel Januário tem colaborado com a EAPN Portugal em várias Campanhas Nacionais de Sensibilização.

A EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza – tem realizado um trabalho distintivo na luta pela erradicação da pobreza e no combate ao discurso de ódio, à discriminação e marginalização de todas as pessoas que vivem em situação de exclusão. Trabalhando junto da sociedade civil e dos decisores de poder, informa, capacita e exerce pressão para que sejam tomadas medidas para a melhoria das condições de vida das populações e que sejam cumpridas as leis ou os princípios democráticos que servem de base à nossa sociedade, com o fim de a tornar mais justa, democrática e com direitos iguais.

No sentido de promover estes objetivos e chegar mais próximo das pessoas e sensibilizar a sociedade para estas questões, realizei uma mão cheia de campanhas a partir de 2014, ano em que iniciei a minha colaboração pontual com a Rede enquanto criativo. Essas campanhas abordaram diferentes lutas e temas, seja a celebração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, seja contra a discriminação ou o discurso de ódio. Foram criadas sempre com um carácter colaborativo com quem trabalha na e para a rede e feitas com abordagens e linguagens distintas.

Como me compete o trabalho mais criativo, vou aproveitar esta oportunidade para descrever sucintamente cada uma das campanhas, algumas inspirações, ideias e pensamentos que deram azo ao seu nascimento. Como o corpo do meu trabalho assenta numa estrutura crítica, política e interventiva, essa característica é central a todas as campanhas realizadas, assim como o uso da palavra e das figuras de estilo que preparam e apresentam a linguagem de cada trabalho com a mordacidade certa para a eficácia desejada.

Começamos a trabalhar em 2014 para a Campanha do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza 2014. Fui convidado para a realizar uma campanha nacional que envolvesse os diversos colaboradores dos vários centros que a Rede tem ao longo do país e que esta fosse feita para o espaço público, usando os conhecimentos que tenho no que toca a intervenção urbana. Vivíamos tempos de efervescência política pós-troika, situação que tinha em grande medida contribuído para o aumento da pobreza em Portugal, de protestos e movimentos de contestação nas ruas, nascidos também eles como consequência das medidas austeridade: "Precários Inflexíveis", "Geração à Rasca" ou "Que Se Lixe a Troika" são alguns dos exemplos. A ideia para a campanha nasce desse sentimento generalizado (e constatação) do aumento de pobreza e das ações de protesto. Decidiu-se então criar o movimento "0% Pobreza". Foram

desenhadas faixas e banners para colocar em diversos edifícios e monumentos ao longo do país e para usar em piquets, manifestações, mobilizações e ações em diversas cidades, com dizeres como "Pobreza Nunca Mais" ou "Pobreza para a Rua", marcadamente inspirados na retórica de protesto e de luta de rua. Foram criados cartazes com uma abordagem mais "site-specific", inspirados em autores históricos de cada uma das cidades, sendo colocados junto às suas estátuas. Criamos outras intervenções específicas junto de caixotes do lixo onde se inscreveu "Isto não é uma cantina" ou ainda dentro de estações do Metro, onde foram instaladas tendas de campismo e se colocaram cartazes a dizer "Isto não é um condomínio privado". Foram desenhados cartazes com formas de casa, que visavam protestar contra falta de habitação e, finalmente, umas tabuletas com forma de setas que procuravam denunciar a existência da pobreza em qualquer momento ou em qualquer lugar. A cor escolhida foi o vermelho, pela força em contraste com o ruido urbano e pelas suas conotações de intervenção e luta.

Em 2015 e 2016 a Campanha para o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza foi feita noutros moldes e a ideia consistiu em encontrar um embrulho de copy writing que servisse de fio condutor com o trabalho de fotografia de denuncia de situações de pobreza de diversas fotografas e fotógrafos que colaboram com a Rede, com a finalidade de criar um projecto mais gráfico para ser divulgado em suportes mais convencionais como cartazes e flyers. Tendo como base fotografias do Adriano Miranda, da Lara Jacinto, do Paulo Pimenta, do Rui Farinha e do Sérgio Aires, encontramos o título de campanha "Pobreza Não", que encabeçava cada uma das fotos, mas com um complemento: ao título era acoplado uma descrição da sua imagem transformando as palavras de ordem na negação de uma situação. "A pobreza não é indolor" ou "a pobreza não tem só uma face" são alguns exemplos desses títulos usados. Paralelamente ao material impresso foi criado um vídeo com a intenção de reforçar a mensagem e criar outro nível de leitura, combatendo alguns dos estereótipos, preconceitos e indiferenças por vezes associados às situações de pobreza. Este "twist" foi feito animando as frases e aparecendo o "não" em último lugar. De "A pobreza só tem uma face", surge a certeza "A pobreza NÃO tem só uma face".

"A discriminação é falta de Educação", em 2016, foi o terceiro projeto desenvolvido com a rede, em colaboração com o fotógrafo Sérgio Aires. Foi uma campanha que visava desmontar uma série de preconceitos contra a comunidade cigana, nomeadamente no que toca à questão da formação, do trabalho e do empreendedorismo desta comunidade presente na sociedade. Com base numa série de imagens realizadas pelo Sérgio Aires a elementos da comunidade cigana nos seus postos de trabalho ou de estudo, foram subvertidas algumas frases com teor racista e xenófobo, ridicularizando o preconceito com a sua recontextualização e de acordo com a

profissão de cada pessoa figurada. Pode-se dizer que foi uma espécie de ensaio acidental para a campanha seguinte, que acabou por seguir a mesma receita, mas com outra estratégia.

Já em 2021, "O discurso de ódio não é argumento" seguiu a estratégia assumida de #daravoltaaotexto a uma série de chavões de teor racista, xenófobo, machista, classista, transfóbico e homofóbico, chavões esses que cada vez fazem mais parte do nosso dia-a-dia. A chave foi usar metade de cada uma dessas frases e a meio inverter e desmontar a sua ideia, como por exemplo "deviam mas é ir trabalhar... com ordenados dignos" ou "toda a gente sabe que o lugar da mulher... é onde ela quiser", criando uma verdade mais humana, assertiva, digna e justa de qualquer um dos insultos irracionais fundados no ódio e na discriminação. A estratégia desta campanha foi a mais bem sucedida de todas em termos de impacto e é interessante porque surge como resultado de uma série de constrangimentos derivados da pandemia e do confinamento. Como não andava muita gente na rua por causa desses motivos, uma campanha de rua, fosse mais convencional ou de guerrilha, não iria ter o sucesso desejado. Então decidimos pegar nas nossas frases e criar tshirts e perguntar a uma imensa lista de pessoas (famosas, semi famosas e não famosas) se aceitavam o convite de as receber em casa em troca de as vestirem, fazerem uma foto e publicar no instagram com os hashtags da campanha. A ideia foi super bem aceite por quase toda a gente, as tshirts foram enviadas pelo correio e num mesmo dia à mesma hora dezenas de pessoas publicaram a sua foto nos seus contextos, invadindo a rede social. O sucesso da campanha foi tal, talvez pela força e pela simplicidade das frases, por ser tão urgente desmontar estes preconceitos, que a EAPN não teve mãos a medir com as centenas de pedidos de envio de novas tshirts e ainda hoje, meses mais tarde, recebe pedidos de envio.

Por fim, a cerca de três semanas do dia 17 de Outubro de 2021, celebração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, faltava criar nova campanha, para a qual por questões profissionais foi impossível começar mais cedo. A esta altura, por óbvia falta de tempo, era impossível criar campanhas demasiado complexas em termos de produção de materiais, de impressão, etc, mas desejava-se uma campanha a nível nacional e carregava-se o peso do sucesso da campanha anterior. Algo minimamente bom e impactante tinha que ser feito. O tema deste ano tocava a habitação e foi num momento de relaxe, a ver os resultados das eleições autárquicas, que surge o momento de inspiração. Quem é o autarca que não gosta de fazer obra e lançar #aprimeirapedra? Nenhum. Então a EAPN decidiu aproveitar o momento para felicitar e entregar a cada uma ou um dos 308 recentes eleitos presidentes de Câmara uma caixa com um tijolo a servir de cartão de felicitações e de lembrete para o cumprimento do artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, que garante o direito

a uma habitação digna a todas e todos os portugueses. A preparação da campanha foi toda criada na rede, com pintura dos tijolos, montagem de caixas, impressão do artigo e auto da EAPN, embalamento e posterior entrega em mãos, com trabalho final em vídeo e fotografia.
Trabalhar com a EAPN permite um espaço de expressão interessante no que toca à criação de projetos, com uma abordagem mais política e interventiva. Que o seja cada vez mais e que o espaço para o fazer seja proporcionalmente inverso à existência de pobreza, discriminação, ódio ou preconceito.

Paula Guimarães

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1988, Paula Guimarães iniciou a sua carreira profissional como advogada, tendo passado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde desempenhou funções de jurista na área da Acção Social, Chefe de Divisão da Ação Social Local e Assessora da Provedora.
Mais tarde, assumiu o cargo de Chefe da Divisão de estudos e planeamento do desenvolvimento do Instituto para o Desenvolvimento Social em Lisboa.
Esteve ligada ao Montepio Geral, onde foi diretora do Gabinete de Responsabilidade Social, administradora das Residências Montepio, Membro da Direção da Juniors Achievement e Formadora voluntária, desempenhou funções como Vice-Presidente do Instituto de Reinserção Social, tendo sido responsável pela coordenação nacional de centros educativos, do centro de documentação e da área da cooperação. Foi também membro do Conselho Nacional de Saúde Mental, Mercado Social de Emprego e da Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade.
Até 2009, ocupou o cargo de docente da licenciatura e pós-graduação em Gerontologia Social, sendo responsável pelas cadeiras de Direito e Direito das pessoas idosas em algumas universidades e institutos do setor público, privado e cooperativo. É ainda Oficial da Ordem de Mérito e autora de artigos e publicações científicas nesta área.
Paula Guimarães é membro do Conselho Social de Lisboa da EAPN Portugal.

EAPN – Uma organização fundamental

Assinalar os 30 anos da EAPN é celebrar a resiliência e a relevância de uma das mais importantes organizações da sociedade portuguesa. A sua presença descentralizada no território, a sua voz corajosa, a sua denúncia persistente das assimetrias são incontornáveis, quando falamos de sociedade civil organizada.

Seria expectável que o seu trabalho fosse perdendo relevância à medida que o combate à pobreza se intensificasse e as políticas públicas se consolidassem. No entanto, desde a sua criação, os problemas sociais intensificaram-se justificando, não só a sua permanência, mas a intensificação da sua presença entre nós.

Nascida com a preocupação de intervir no domínio da pobreza, a EAPN tem antecipado a complexização do conceito e as diversas facetas com ele relacionado e procurado alargar a sua intervenção, abordando as questões da pobreza infantil, da deficiência, das minorias e do envelhecimento.

É hoje uma estrutura de formação das entidades de economia social incontornável, com expressão em todos os distritos e responsável por programas chave de capacitação de dirigentes e de profissionais do setor, reconhecendo que só através do desenvolvimento de competências os atores sociais poderão contribuir, efetivamente para a alteração de paradigmas de atuação.

A relação de proximidade que desenvolve com as organizações no terreno e o conhecimento que tem das suas especificidades, torna a EAPN um observatório privilegiado do que se passa no país, dos seus problemas e das suas potencialidades. Consegue, por isso, realizar um diagnóstico local e perspetivá-lo numa abordagem nacional, numa rara visão integrada.

Por isso tem granjeado o respeito das entidades nacionais e internacionais e é um parceiro influente quando se trata de desenhar ou avaliar políticas nas áreas em que intervém.

Mas, de todo o seu percurso meritório, que tenho o privilégio de acompanhar há vários anos, primeiro como diretora da Fundação Montepio e depois como membro do Conselho Social e associada, destacaria, sem dúvida, a sua preocupação pelo envolvimento das partes interessadas, ou seja, por trazer ao palco os destinatários das políticas e por estimular a sua voz.

Colmatando uma lacuna grave na construção das políticas sociais em Portugal, a EAPN tem como alicerce das suas propostas, a consulta e a audição permanente daqueles que protagonizam os problemas sociais complexos.

Não é só uma reflexão académica ou feita por especialistas, mas, principalmente, a visão de quem vive a pobreza, a exclusão em razão da deficiência ou do envelhecimento, pois de outra forma todos os esforços são infrutíferos.

A mensagem da EAPN é poderosa, mas nem sempre tem sido ouvida. Os estudos sucedem-se, bem como os grupos de trabalho e as instâncias decisórias, mas a pobreza e os seus impactos estão longe de estarem debeladas.

Ao contrário, as recentes crises económicas e pandémicas provocaram um retrocesso grave no percurso de erradicação da pobreza que estava a ser desenhado.

Os últimos anos assistiram a um agudizar das desigualdades sociais e não se espera uma alteração otimista para breve. A pobreza ganha novas cambiantes que exigem, mais do que nunca, este olhar arguto, independente interdisciplinar que a EAPN garante.

Mudou o perfil dos pobres e dos excluídos. Nenhum de nós está protegido. Todos somos potenciais doentes, refugiados, nómadas climáticos, desempregados. O âmbito de intervenção da EAPN alargou-se e exige respostas inovadoras.

É para esse grande desafio que a EAPN trabalha, sem medo de ouvir opiniões, de recrutar pensadores fora da sua estrutura, sem se resignar ao politicamente correto, sendo um parceiro ativo e critico.

Poucas instituições têm a sua abertura para estabelecer parcerias com o setor público e também com o setor privado, sem polémicas áridas, sabendo que todos somos poucos para o muito que temos que fazer.

Em 2019, em articulação com a Fundação Vasco Vieira de Almeida, a EAPN lançou o projeto Inclusivamente, com o qual tenho o prazer de colaborar e através do qual pude perceber a qualidade da sua atuação.

O projeto visa disseminar informação sobre os direitos dos clientes das respostas sociais na área do envelhecimento, deficiência e doença mental e capacitar as entidades de economia social e solidária para a implementação do novo estatuto do maior acompanhado, aprovado pela Lei nº 49/2018.

O tema dos direitos humanos e sociais e a sua intransigente defesa é mais um baluarte de atuação que a EAPN abraçou desde a primeira hora e do qual depende o sucesso de todas as outras frentes de batalha em prol do desenvolvimento integral da pessoa.

Não há intervenção social sem respeito pela vontade e pela autonomia dos beneficiários. Não há intervenção social sem participação e sem empoderamento.

Esta ideia de democratizar o acesso a informação jurídica complexa, de forma gratuita e sem discriminação territorial só foi possível porque a EAPN é uma das promotoras. Em todos os distritos e na Madeira, encontrámos uma guarda avançada disponível, conhecedora da realidade e respeitada pelas forças locais.

O sucesso destes 30 anos da EAPN reside, sem dúvida, nessa equipa, na sua vontade de estabelecer pontes, de aumentar o conhecimento e de qualificar aqueles que, na linha de frente, trabalham, todos os dias para o progresso e coesão social.

E cumpre deixar uma palavra de gratidão e reconhecimento à Dra. Sandra Araújo e ao Padre Jardim Moreira, líderes e porta-vozes da insatisfação, do inconformismo e da luta sem tréguas por um Portugal sem pobreza e para todos!

Parabéns EAPN e votos de mais de 30 anos com novas lutas e novos objetivos!

Paulo Teixeira

Sociólogo com mais de 20 anos de experiência de trabalho na área da intervenção social em Portugal e a nível internacional.
Criou a Logframe – Consultoria e Formação, Lda., da qual é CEO, com o objetivo de poder desenvolver as suas ideias e criar dinâmicas diferentes na área social, assumindo a missão de, com os seus clientes e parceiros, criar e incrementar o impacto social de programas, projetos e organizações.
É consultor, avaliador e educador/formador experiente, trabalhando com regularidade nesta função para organizações nacionais e internacionais de prestígio como, por exemplo, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Europeia, Alto Comissariado para as Migrações, Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN – Portugal), Universidade Católica Portuguesa, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Comité Português para a UNICEF e muitas outras.
Lançou a BUZZ – Agência de Comunicação para a Economia Social.

A minha caminhada com a EAPN Portugal...

O meu percurso profissional de mais de 25 anos na área social teve tantos momentos em que a EAPN e eu partilhámos posições e colaborámos ativamente que, quase podia dizer, que os nossos percursos foram coincidentes, pelo menos nas lutas que realmente "valem a pena".

Longe estava eu de saber que quando me cruzei pela primeira vez com o Padre Jardim Moreira e a Sandra Araújo em 2001, numa reunião de trabalho no extinto Instituto para o Desenvolvimento Social - IDS onde trabalhava na equipa do Programa Rede Social, se estava a iniciar uma relação profissional, mas também de respeito e amizade que se prolongaria até hoje.

A este primeiro contacto seguiu-se um primeiro momento de partilha, ainda no mesmo ano, no âmbito da colaboração da EAPN Portugal (à altura REAPN) com o Programa Rede Social num evento em Évora. Foi aí que tive o privilégio de falar de forma mais "demorada" com a Sandra e perceber melhor os princípios e as ideias que a EAPN defendia e percebi também que me identificava de forma clara e inequívoca com as suas "lutas".

Após este primeiro momento, a empatia e a minha relação com a organização foram crescendo, fiz amigos, conheci excelentes colegas e aprendi imenso nestes últimos 20 anos. E se tenho que referir de forma especial o Padre Jardim Moreira pela forma como sempre nos considerámos mutuamente e fomos partilhando ideias, o Sérgio Aires que foi companheiro em muitas das situações em que mais ativamente estive ao lado da EAPN na luta pelos que menos têm, tenho que destacar a Sandra Araújo.

A Sandra Araújo é uma amiga de todos os momentos, com quem planeei e partilhei projetos, partilhei ideias e que em mim confiou para aquele que foi o meu momento de maior proximidade à EAPN, ser coordenador do Núcleo de Lisboa. Para além destes "personagens principais" da minha relação com a EAPN há muitos outros, de que queria salientar os técnicos dos Núcleos, a equipa na sede e os diversos elementos das sucessivas direções com quem sempre mantive um diálogo profícuo e aberto.

Mas sinto que estou a saltar etapas desta história, pois antes deste desafio para coordenar o Núcleo de Lisboa já a minha relação com a EAPN se tinha transformado e, depois de sair do Instituto de Segurança Social para criar a minha empresa de consultoria, colaborava enquanto formador com os diferentes Núcleos espalhados pelo país.

Estas colaborações permitiram-me compreender as diferentes realidades do combate à pobreza e exclusão social no nosso País e conhecer um número infindável de técnicos e organizações. Os colegas dos Núcleos fazem um trabalho tão meritório quanto difícil e muitas vezes solitário e merecem ser reconhecidos pela sua dedicação e profissionalismo. E esta é mais uma dimensão relevante do trabalho da EAPN, capacitar e qualificar a luta contra a pobreza em Portugal (e também além fronteiras), uma parte da sua missão que seria impossível sem o trabalho dos Núcleos e dos seus técnicos. Não conseguindo nomear todos os que sempre me acolheram tão bem e me deram condições para cumprir a minha função de formador, deixo o meu sentido reconhecimento pelo seu profissionalismo e dedicação.
Voltemos à aventura de coordenar o Núcleo de Lisboa da EAPN. Com efeito, com o convite endereçado pela Sandra em nome da EAPN e da sua direção, a quem para sempre serei reconhecido pela confiança depositada, iniciei uma nova fase nesta relação que mantenho com a organização.

Assumi esse desafio com espírito de missão e muito entusiasmo e com a ajuda da Maria José Domingos, à altura técnica do Núcleo, e a minha amiga Maria João Vargas Moniz, enquanto vice-coordenadora, iniciámos um percurso que colocou o Núcleo no centro das maiores decisões. Permitam-me dizer que não tenho dúvidas que foram anos de grande impacto no que hoje é a representatividade junto dos centros de poder da EAPN, foram momentos de desenvolvimento e crescimento para o Núcleo e que seriam impossíveis sem a dedicação da Maria José Domingos e a sua energia interminável. Aqui fica o meu reconhecimento e agradecimento.

Nestas funções passei a estar mais ligado à vida da EAPN, a participar em mais eventos, a partilhar momentos de discussão sobre opções estratégicas e operacionais e a ganhar uma maior noção do trabalho ímpar que era realizado pela EAPN a nível nacional e internacional. Nesta dimensão internacional nunca mais esquecerei a minha ida na delegação da EAPN a Liverpool, no âmbito da 2 Geral da EAPN Europa, foi um momento extraordinário de trabalho, mas também de clareza para mim. Criou-se em mim uma ideia inequívoca não só da necessidade e importância do trabalho da EAPN a nível internacional, mas também de como esse trabalho tinha impacto em tudo o resto que eu, numa dimensão mais técnica, fazia na minha empresa.

Desta clareza adquirida começa a crescer a vontade de colaborar mais ativamente com a EAPN, pondo as minhas competências activamente ao serviço da organização. E é assim que entramos num novo ciclo na minha relação com a EAPN Portugal.

Começamos a pensar em conjunto e a colaborar ativamente a EAPN e eu, através da Logframe (a minha empresa), em projetos concretos. As colaborações em projetos concebidos e implementados pela EAPN como o QualIS (I e II) e o PRIO são ainda hoje das experiências mais enriquecedoras a nível profissional, mas também pessoal que tive e que a Logframe teve. Foram projetos de grande impacto e que mudaram, tenho a certeza, a forma como muitas organizações passaram a trabalhar e a conceber a sua intervenção.

E estamos nesta fase da nossa relação, eu e a EAPN, colaboramos em projetos, vou colaborando pontualmente com os Núcleos na vertente de formação e estou sempre disponível para partilhar ideias, experiências e qualquer conhecimento que tenha e possa ser útil à EAPN.

Como todas as relações duradouras e fortes, assentes em princípios e alicerces bem robustos, a minha história com a EAPN passou por momentos de maior e menor intensidade, momentos de maior "excitação" e de maior calma, mas sempre, sempre, sempre, alinhados no essencial. E este é o segredo das grandes e duradouras relações, mesmo em momentos em que, por qualquer razão, estamos menos próximos ou temos menos tempo para partilhar ideias, sabemos que, se for necessário, podemos contar com o outro, sabemos que partilhamos ideais e continuamos na mesma luta de há 20 anos quando nos cruzámos pela primeira vez.
Chegado quase ao final deste meu testemunho tenho que reforçar algo que me parece fundamental, a EAPN deu-me muito.

Aprendi muitas coisas e cresci como profissional, mas também como pessoa na minha relação com a organização e com pessoas como a Sandra Araújo, o Sérgio Aires, o Padre Jardim Moreira e os técnicos dos Núcleos. Nunca seria o profissional que penso ser hoje sem as experiências que a EAPN me proporcionou e ainda proporciona. Cada vez que dou uma formação, falo num seminário ou colaboro num projeto com a EAPN dou o melhor de mim, mas sei que recebo o melhor desta organização e dos colegas que lá trabalham.

Como já se percebeu esta não é apenas uma relação profissional para mim. As organizações são de facto as pessoas e eu encontrei algumas das melhores na EAPN. No final destes mais de 20 anos de caminho ficam as aprendizagens, mas também as pessoas que a organização colocou na minha vida. Sou grato por ter conhecido tantos colegas que comigo partilharam e partilham ideais e lutam por eles.

E neste momento especial, estou feliz pela EAPN:
por ver o seu percurso e a robustez ao nível dos princípios de que nunca abdicou # por ter conseguido manter pessoas e profissionais especiais como a minha amiga Sandra Araújo #por ter sabido manter os colegas dos Núcleos ativos e empenhados em promover a mudança social # por ser um parceiro incontornável para o poder político na luta contra a pobreza
por ter ideias, projetos e objetivos para o futuro que nos devem mobilizar.

E, estando feliz pela EAPN e por tantos colegas e amigos que trabalham na organização, estou também entusiasmado. Estou entusiasmado com o que o futuro me pode reservar, com os novos ciclos de colaboração que poderei ainda iniciar com uma organização tão especial e a quem tanto devo.

Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos

Licenciado (1969/82), Mestre (1990) e Doutor (1996) em Direito - ciências jurídico-políticas - pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, é Deputado na Assembleia da República, eleito pelo PS, e Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (2015 -).
Entre vários cargos que ocupa/ocupou, destacamos o de Governador Civil do Distrito de Braga (1995/1999), altura em que teve o primeiro contacto com a EAPN Portugal (REAPN).

EAPN Portugal - 30 anos

A pobreza não é um fenómeno recente nem foi uma invenção do capitalismo. Terá surgido, porventura, naquele momento em que o vencedor de um qualquer confronto tribal preferiu poupar a vida do inimigo derrotado e reduzi-lo à condição de escravo. A pobreza é uma condição social, uma classificação que a comunidade aplica àqueles que despojou de um lugar próprio na hierarquia do poder instituído. Por isso, tem significados e funções muito diversas conforme o tempo, o sítio, a perspetiva. Todavia, seja como castigo ou como bênção, objeto de edificação religiosa ou modelo de perfeição moral, a pobreza designa sempre o resultado de um processo de privação, de exclusão ou mesmo de renúncia, ainda que espontâneo.

Todos estes sentidos coexistem na caraterização atual da pobreza. O que temos de novo é que as desigualdades nunca foram tão profundas e gritantes, apesar de todos os progressos tecnológicos e civilizacionais que as sociedades humanas experimentaram nos últimos milénios. E, por outro lado, tornou-se evidente que os mecanismos que alimentam as desigualdades e produzem os pobres não decorrem de uma qualquer inevitabilidade natural ou transcendente, mas que, bem pelo contrário, estão inscritos na própria estrutura das sociedades e, como problema político, apenas dependem da vontade e da eficácia das medidas adotadas para os combater. Aqui se inscreve, com especial destaque, o papel desempenhado pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN – Portugal), ao longo das últimas três décadas.

Tive a oportunidade de conhecer e de encetar uma colaboração frutuosa com a EAPN – Portugal nos últimos anos do século passado, no decurso do mandato que exerci como Governador Civil do Distrito de Braga, no primeiro governo de António Guterres. Era muito claro o contexto de extrema fragilidade económica e exclusão social donde emergiram os preconceitos racistas exuberantemente expostos no conflito violento que opôs uma comunidade deprimida da periferia do concelho de Vila Verde a uma família vizinha de etnia cigana. O então recém-criado "Rendimento Mínimo Garantido", com toda a componente negocial subjacente aos critérios de atribuição do subsídio e ao acompanhamento subsequente nele previsto, foi um instrumento precioso para uma primeira abordagem do problema, mas ofereceu também a oportunidade para reconhecermos a desmesura da escala e a complexidade do desafio.

Tem toda a razão o Padre Jardim Moreira, Presidente da EAPN – Portugal, quando afirma que, há trinta anos, "a pobreza era uma realidade que não merecia a atenção da sociedade nem dos órgãos de comunicação social; era um assunto esquecido, ignorado, invisível e silenciado".

Hoje, graças ao "Rendimento Mínimo Garantido" - mais tarde crismado como "Rendimento Mínimo de Inserção" - muitas famílias de etnia cigana conseguiram libertar-se do ciclo vicioso da marginalidade e da economia paralela, acederam ao exercício do Direito à Educação e obtiveram diplomas académicos de licenciatura e doutoramento a que nunca antes tinham conseguido aceder em Portugal os rapazes e as raparigas de etnia cigana.

Os grandes beneficiários destes programas não foram apenas as minorias étnicas de origem europeia ou africana, os imigrantes ou os refugiados. Uma parte substancial da população portuguesa, como aliás demonstram as estatísticas, vive abaixo do limiar de subsistência e o número dos excluídos continua a crescer. Combater a pobreza supõe um conhecimento profundo das suas causas, saber deslindar as complexas teias económicas, sociais e culturais que a tecem. E extingui-la implica tomar consciência da necessidade de articular políticas sectoriais, das leis laborais e políticas de emprego até à educação, a saúde, a habitação. Estudar os mecanismos que a reproduzem, desenhar programas de reinserção, tirar lições das medidas aplicadas e corrigir desvios e perversidades. Requer por isso ação determinada e empenhamento persistente. É desta missão que dá testemunho exemplar a prática da Rede Europeia de Combate à Pobreza, em Portugal, ao longo destes trinta anos e está pronta, confiamos, para enfrentar os novos desafios.

Pedro Hespanha

Sociólogo. Professor jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Membro Fundador do Centro de Estudos Sociais, onde coordena o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (ECOSOL/CES). Tem investigado, ensinado e publicado nas áreas dos estudos rurais, políticas sociais, economia solidária, pobreza e exclusão social. Últimas publicações: "A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta de primeira linha". In José Reis (Coord.), Como Reorganizar um País Vulnerável? Coimbra: Conjuntura Atual, 2020); "The Impact of Austerity on the Portuguese National Health Service, Citizens' Well-Being, and Health Inequalities". E-Cadernos CES, nº 31, 2019.

Enredados na mesma luta

Urgência, perseverança e firmeza sintetizam, para mim, a ação da EAPN Portugal nestes trinta anos da sua vida. Associando-me ao aniversário, desejaria dar um testemunho breve do que a Rede representou na minha vida pessoal e académica.

O meu primeiro contacto com a REAPN (designação de então) deu-se em 1997, quando a Rede se instalou em Coimbra e organizou, com a Associação Integrar, um seminário sobre a pobreza no distrito. Eu tinha sido convidado para falar das novas orientações das políticas sociais na Europa e em Portugal. Na altura eu estava envolvido num projeto europeu sobre inclusão social através de políticas ativas de emprego e recolhia histórias de vida, sobretudo de mulheres, para avaliar em que medida a exclusão do mercado de trabalho, podia ser compensada por outras formas de participação social para evitar a marginalização e a pobreza. Mas só em 2001 participei mais ativamente com a Rede numa ação de formação sobre as empresas de inserção que se realizou em Mira. As empresas de inserção constituíam um dos instrumentos mais promissores das políticas sociais ativas que o governo socialista de António Guterres delineara e se integravam perfeitamente nas estratégias europeias de emprego e de inclusão social do virar do século. Orientadas para os desempregados de longa duração, cujas diminutas perspetivas de encontrarem um emprego os condenava a uma situação de pobreza, as empresas de inserção em Portugal tinham adotado um regime algo diferente do de outros países europeus colocando os trabalhadores na dependência de entidades que se responsabilizavam pela sua formação e profissionalização, com vista a desenvolver e consolidar competências. As coisas correram mal e a maioria das empresas de inserção não saiu dos ciclos iniciais de instalação. Falhou a formação profissional e o acompanhamento por parte do IEFP, falhou o papel capacitador e financiador das entidades promotoras ao não assegurarem níveis salariais ou de incentivo atrativos e goraram-se as expetativas de um trabalho regular para muitos desempregados.

Estes primeiros contactos com a Rede vieram dar lugar a vários outros, nos anos seguintes, para discutir temas como a participação da população excluída nas políticas, as políticas de luta contra a pobreza, as políticas sociais ativas e a ativação e as relações entre pobreza, precariedade e emprego. Este último tema levar-me-ia a coordenar em 2006 e 2007 um estudo promovido pela Rede e financiado pelo Fundo Social Europeu sobre "O Impacto do (des)emprego na pobreza e exclusão social no Distrito de Coimbra" e que veio a ser publicado no nº11 dos Cadernos REAPN. A inspiração desse estudo remonta a um encontro das Redes

Sociais realizado em Coimbra em outubro de 2004 pela Rede, em que se tornou evidente a necessidade de articular entre si e dar coerência territorial às estratégias de desenvolvimento social dos concelhos e contribuir para futuros planos nacionais de ação para a inclusão ou mesmo para os planos nacionais de emprego. Se tivesse de caraterizar a importância deste estudo na época, eu diria que a sua caraterística mais inovadora foi a avaliação participada das políticas, através do cruzamento dos testemunhos dos diferentes atores sociais envolvidos - desde logo, dirigentes e técnicos do IEFP que implementavam os programas e cidadãos desempregados ou com empregos precários que os que utilizavam; mas também organizações sindicais ou patronais representando os interesses envolvidos, as CLAS das Redes Sociais dos 17 municípios do distrito e as próprias autarquias locais a que estas se ligavam.

A análise da relação entre os serviços que administram as políticas ativas de inclusão ou de emprego e os cidadãos que as utilizam, que eu iria aprofundar mais tarde em outros estudos, foi tão desafiante como enriquecedora. Ficou evidente a existência de falhas que deveriam ser evitadas, designadamente ao nível das atitudes, como por exemplo, défices de negociação no desenho dos planos pessoais de inserção no mercado de trabalho ou dos acordos para a inserção social; atitude de desconfiança sistemática na relação com os cidadãos utentes; modo burocrático e rotineiro como se procuram saídas para os designados "públicos difíceis"; desproporção entre a ajuda prestada e as contrapartidas exigidas aos trabalhadores em processos de ativação; descriminação dos desempregados não subsidiados no acesso às políticas ativas, tudo isto demonstrando uma manifesta falta de respeito pela dignidade da população fragilizada.

Esta experiência de trabalho com a Rede resultou numa participação mais frequente nas suas iniciativas, em resposta aos desafios para refletir sobre novos problemas, designadamente no período da crise 2009-2014 (pobreza infantil, economia social e emprego, precariedade do emprego e da vida, efeitos da crise no emprego, transferência de competências e privatização das políticas públicas) ou integrando iniciativas inovadoras de denúncia e orientação estratégica (jornadas de trabalho sobre a crise económica, inquérito às ONG de solidariedade social, "Manifesto para erradicar a pobreza e a exclusão social", documento "A pobreza mata!"). Por fim, a persistência da Rede nas suas causas e a sua capacidade de envolvimento. A ação de lobbying esteve sempre presente na atividade da Rede e, nomeadamente, nos períodos da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia. Recordo em particular o livro Back to the Future, From Lisbon 2000 to Lisbon 2007 coordenado pelo Jordi Estivill e pelo Sérgio Aires e lançado nas vésperas da terceira presidência portuguesa, que traçava um retrato crítico, muito bem fundamentado, do retrocesso das políticas europeias de luta contra a pobreza

entre 2000 e o momento dessa publicação. Durante anos esse livro integrou a bibliografia obrigatória para as minhas aulas de mestrado e doutoramento sobre política social europeia. Na última presidência, a Rede insistiu de novo no fortalecimento da agenda social do Conselho Europeu, propondo um plano de ação a ser lançado na Cimeira Social do Porto em 2021, que incluía um ambicioso objetivo para a erradicação pobreza, mas o que saiu da Cimeira foi uma consagração pífia de um Pilar Europeu dos Direitos Sociais cuja eficácia fica depende da aceitação pelos estados-membros e cujo objetivo parece ser apenas melhorar o potencial de desempenho da economia.

Mais recentemente, na sua contribuição para a consulta pública da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, a Rede volta a mostrar uma posição muito crítica sobre diversos aspetos desse documento: falta de ambição das metas estabelecidas para a redução da pobreza, insuficiente clarificação do conteúdo e metas de alguns dos objetivos, omissão sobre quem vai assumir a responsabilidade pelo seu cumprimento, incerteza acerca do modelo de governação das iniciativas, falta de um sistema de acompanhamento e avaliação, nula referência ao envolvimento do poder e das instituições locais na Estratégia e desatenção ao problema da estigmatização da pobreza. No entanto, a sua experiência no mundo da política fortaleceu-lhe o pragmatismo e a perceção de que há que aproveitar todas as brechas para fazer avançar a justiça social e o respeito pela dignidade humana. Por isso, se oferece também para cooperar na implementação e monitorização da Estratégia.

O melhor testemunho que eu posso dar da Rede é a sua capacidade de gerar laços recíprocos de entreajuda em torno de uma causa comum, envolvendo um universo muito diversos de atores numa comunidade de práticas e de partilha de saberes de que todos beneficiam. Nos 30 anos da sua existência em Portugal, a Rede tem sido um exemplo de tenacidade na luta, de capacidade de congregar esforços, de respeito pela diversidade dos caminhos sem se afastar do rumo, de envolvimento solidário e entreajuda, o qual se tem espalhado por uma larga comunidade crente de que, tal como a água mole, a pedra dura da indiferença e do egoísmo acabará por ceder.

Longa vida e saúde!

FALTA
DE
RECURSO
AFETA
O BEM-ESTAR
DA
CRIANÇA
FALTA DE
ACESSO
A
BENS ESSENCIAIS

Sandra Araújo

Licenciada em Serviço Social, Sandra Araújo iniciou o seu percurso na EAPN Portugal em outubro de 1994, integrando uma pequena equipa de cinco pessoas, na altura em que a instituição estava a dar os primeiros passos.
Entre 1994-1995, integrou a equipa do Projeto GIIF assumindo funções na área da Informação e Formação. Entre 1995 e 1997 fez parte da equipa do Projeto SIFAT, o projeto que permitiu criar e dinamizar Redes Locais de Desenvolvimento e de Solidariedade Social de combate à Pobreza e Exclusão Social, contribuindo para construi a estrutura polinuclear da Rede. Em 1999 assumiu o cargo de co-coordenadora até 2006, assumindo a responsabilidade da consolidação e expansão da Rede a nível territorial. Ao longo do seu percurso na EAPN assumiu outras responsabilidades nomeadamente ao nível da coordenação de projetos nacionais e europeus, grupos de trabalho nacionais e europeus. Desde 2006, até ao momento atual, assume o cargo de Diretora Executiva da EAPN e desde o início de 2021 é a representante da EAPN Portugal no Comité Executivo da EAPN Europa.
Sendo uma das colaboradoras mais antigas da EAPN viveu, participou, facilitou, empreendeu atividades e momentos marcantes que foram determinantes para a construção do que é hoje a Organização.

30 Anos, 30 Nomes

O desafio de escrever sobre o papel e a importância da EAPN é para mim um exercício complexo, pois grande parte da minha história de vida e, praticamente, todo o meu percurso profissional fez-se na EAPN Portugal. A vida da instituição, que ainda estava a dar os primeiros passos, e a minha própria vida entrecruzam-se aos meus 26 anos.

Era ainda muito jovem e inexperiente, e como a maioria dos jovens, carregava em mim muitos sonhos e acreditava – e ainda acredito – que era possível transformar o mundo e, como Assistente Social, eu queria muito ter a oportunidade de dar o meu contributo para um mundo onde todos pudessem viver com igual dignidade. O facto de, logo à saída da Faculdade, ter tido uma experiência de contacto com a dura realidade da pobreza, no contexto de uma comunidade urbana bastante desfavorecida, caraterizada por habitação precária, baixos rendimentos, desemprego, baixas qualificações e problemas sociais distintos, fez cedo despertar em mim o propósito de intervir na defesa dos direitos humanos, da liberdade e da democracia.

Olhar para trás e ver desta perspetiva o percurso percorrido, significa também construir um pouco o presente e projetar o futuro. Como será fácil imaginar, ao longo desta já longa história, são imensas as histórias para contar. Não será aqui o momento nem o espaço adequado para esse repositório de memórias, e por isso nesta breve viagem ao passado assinalo alguns episódios da vida institucional que me marcaram mais e que fazem parte também da minha história.

Recordo, os meus primeiros dias, em outubro de 1994, e a minha integração numa pequena equipa de cinco pessoas, quase todos recém-licenciados, na área das ciências sociais. Eu trazia na bagagem dois anos de experiência de trabalho de "terreno", ao serviço de um projeto comunitário de luta contra a pobreza, mas as tarefas que me estavam destinadas exigiam um know-how e conhecimento mais profundo do funcionamento das instituições e da política social nacional e europeia. Lembro-me de passar dias a fio embrenhada em leituras e na análise de um conjunto de dossiers que me introduziam no "panorama europeu". A primeira semana foi praticamente passada a ler Livros, como o Livro Branco sobre a política social europeia, adotado pela Comissão nesse ano, com base na convicção de que a Europa necessitava de uma política social inovadora e orientada para o futuro. E, em que pela primeira vez, todos os Estados-Membros confirmavam o seu empenhamento na dimensão social como elemento indispensável para edificar uma União mais coesa, mudando a consciência de que a confiança

na União só poderia aumentar se se conciliassem as políticas de crescimento económico com melhores níveis de vida para todos.

A dimensão europeia da Rede, dava-lhe um carácter bastante sedutor, pois era ainda muito recente a nossa integração na Comunidade Económica Europeia, e nessa altura a Europa era para nós, país periférico do sul da Europa, algo ainda muito distante e muito desconhecida para a generalidade dos cidadãos portugueses. Estávamos no início do Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999, ou QCA II e a Rede chamou a si a importante função de informação, procurando divulgar informação sobre as políticas europeias, dar a conhecer os fundos da União Europeia e todo o conjunto de programas operacionais e programas de iniciativa comunitária, como o Horizon, INTEGRA, LEADER, entre muitos outros, que permitiram concretizar no terreno uma grande diversidade de projetos. Este foi um dos seus primeiros desígnios que, assumi com entusiasmo e abnegação, dedicando os meus dias ao conhecimento das principais medidas e linhas de financiamento, á partilha dessa informação, através de instrumentos como o Boletim "Noticias da Rede" e á criação de pontes entre instituições portuguesas e europeias para o desenvolvimento de projetos conjuntos.

Lembro-me também que, nos primeiros meses, me foi confiada a tarefa de implementar uma ação de formação sobre "Politicas Sociais, modelos de intervenção e projetos", com a duração de 60 horas, destinada a técnicos de IPSS e que juntou, na qualidade de formadores, pessoas pelas quais nutria uma grande admiração e com as quais muito aprendi, como os professores João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso, Paulo Pimenta e Luis Capucha.

Tínhamos a consciência da necessidade de nos inteirarmos dos objetivos e dos princípios que diferenciavam a atuação da EAPN no contexto nacional e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção da sua identidade. Para isso era necessário mobilizar as instituições do setor para se associarem e estruturarem processos de intervenção em rede. Contudo, uma cultura de fechamento predominava como modelo de organização no sector social. E os novos conceitos de parceria, partenariado, trabalho em rede, introduzidos pelo Fundo Social Europeu, e que nós anunciávamos, exigiam o envolvimento dos agentes e o reforço de redes e da cooperação entre as diferentes instituições. Digamos que a nossa tarefa não foi fácil. Era importante informar e alterar as práticas sócio institucionais, informar sobre as características especificas da organização e convencer sobre a utilidade, a conveniência e necessidade de uma articulação a nível local, nacional e europeu. Isto não era evidente para a maioria das organizações que, ou não conheciam ou não acreditavam na política social europeia. Por outro lado, poucos ainda tinham a perceção de que as decisões que se tomavam em Bruxelas pudessem afetá-los...

Com uma pequeníssima equipa técnica e com o importante e instrumental apoio do Projeto GIIF - Gabinete de Informação, Investigação e Formação, financiado pelo Programa Horizon, foi possível lançar as bases, daqueles que, hoje ainda, são os pilares principais da intervenção da organização.

E o primeiro grande acontecimento, com grande impacto a nível nacional, foi a realização em 1996 de um congresso na Exponor, em que divulgámos o primeiro estudo de âmbito nacional, de caracterização das instituições de solidariedade social, a quase 500 participantes e, em simultâneo, inaugurámos uma exposição nacional de projetos de luta contra a pobreza, com mais de 30 expositores, oriundos de todo o país, incluindo da Região Autónoma dos Açores. Foi um grande empreendimento para a jovem e reduzida equipa técnica e um momento importante para a afirmação da Rede, a nível nacional.

Dois anos depois recebíamos em Portugal a Assembleia Geral da Rede Europeia, e se dúvidas existiam relativamente à capacidade de a Rede portuguesa acolher este evento com mais de 150 participantes oriundos dos vários países da Europa, as dúvidas foram totalmente dissipadas e, ainda hoje, muitos recordam a excelência e o caráter memorável do evento. A presidir à sessão solene de abertura da assembleia geral que se realizou na Casa Diocesana de Vilar, a 26 de novembro, esteve o Presidente da República, Jorge Sampaio, que infelizmente faleceu há poucos dias e que, por nós, será sempre recordado pela sua sensibilidade e discrição, pela sua permanente preocupação com os outros e enorme capacidade de questionar o futuro e querer sempre melhor. Desse dia, lembro também o meu embaraço, por desconhecimento das questões protocolares, no acolhimento à primeira-dama, Dona Maria José Ritta, que acompanhava o Presidente e as palavras tranquilizantes que me dirigiu e me sossegaram.

Pouco tempo depois, a Rede enfrenta a sua primeira pequena crise interna com a saída da sua Coordenadora, Ana Luzia Reis e para a substituir a Direção da Rede designa duas pessoas da equipa: Sérgio Aires, responsável pelo Departamento de Investigação e Projetos e a mim, enquanto responsável pela área de desenvolvimento da rede e da formação. Inaugura-se assim um novo modelo de coordenação que perdurou até 2006.

A Rede estava em expansão e o grande desafio que se impunha era o de dar continuidade ao processo de implantação das estruturais territoriais a nível distrital, para o qual se veio a revelar fundamental o Projeto SIFAT – Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico, um projeto financiado pela Iniciativa Comunitária Horizon, que nos permitiu investir na capacitação das organizações e na dinamização de Redes Locais de Desenvolvimento e de

Solidariedade Social de combate à Pobreza e Exclusão Social. Ao longo de quase uma década, percorremos o país de lés a lés, fomos aos lugares mais recônditos, visitámos um sem número de instituições sociais, organizámos múltiplas reuniões e sessões de debate e reflexão, ações formação e, lentamente, como quem tece uma teia, fomos contruindo a rede e granjeando um número considerável de membros e parceiros deste projeto. O processo de implantação e disseminação territorial em todos os distritos do continente foi lento e exigente e apenas se concretizou definitivamente, em 2005, com a assinatura dos últimos acordos de cooperação com os Centrais Distritais Solidariedade e Segurança Social, que permitiram financiar o funcionamento dos últimos seis núcleos distritais no continente.

Com a territorialização da Rede a nível nacional, aumentou exponencialmente a crescente capacidade de mobilização local e nacional, a capacidade organizativa, os relacionamentos com diversos atores, desde decisores políticos, responsáveis de organismos públicos a académicos e instituições de solidariedade social, que lhe conferem, ainda hoje, uma natureza muito própria e um dinamismo incontornável.

Poderiam aqui ser mencionados inúmeros exemplos que confirmam este dinamismo da Rede, bem como o seu compromisso com o envolvimento e a participação da sociedade civil na definição, execução e avaliação das políticas sociais ao nível nacional.

Recordo, por exemplo, um Grupo de trabalho que coordenámos, entre 1998 e 2004, designado "Fórum de Política Social" e que integrava várias ONGs nacionais, algumas instituições públicas e as duas centrais sindicais (CGTP e UGT) com o objetivo de acompanhar as políticas sociais a nível nacional e europeia e produzir alguma reflexão em termos teóricos. Este grupo veio a ter um papel importante na organização de vários encontros de discussão, nomeadamente, um Seminário sobre:" A Carta dos direitos sociais fundamentais da União Europeia: uma aposta para o novo milénio" realizado em 2001, e que viria a ser aprovada em dezembro desse ano, no Conselho Europeu de Nice.

Igualmente muito relevante foi o acompanhamento dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa e o acompanhamento das várias gerações do Plano Nacional de Ação para a Inclusão, (PNAI). Situando a problemática da pobreza ao nível dos Direitos Humanos, a atuação da Rede esteve sempre voltada para a defesa dos direitos de cidadania e dos direitos do mais vulneráveis e para a formulação de propostas que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que experienciam a pobreza e a desigualdade. Sempre defendemos que a participação dos próprios na formulação e implementação de estratégias de redução

da pobreza resulta em políticas mais eficientes. Poucos acreditavam na virtuosidade desta importante dimensão do combate à pobreza e, por isso sofremos muitas resistências, ao longo do processo. Fomos pioneiros no desenvolvimento de projetos que assumiam como objetivo primordial, a promoção de metodologias e práticas participativas, como por exemplo o Projeto ACTIVAR A PARTICIPAÇÃO, considerado como uma boa prática no âmbito do PNAI. Esta tem sido uma vertente fundamental da ação da EAPN e têm sido múltiplas as experiências e os projetos, que desde então, tem contribuído para "dar voz aos cidadãos excluídos e auscultar as suas perceções sobre o impacto de determinadas políticas".

Destaco, também, a assinatura de dois importantes protocolos de cooperação que celebrámos, nessa altura. Um com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) no ano 2000, e que ainda hoje perdura. O outro com o Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), no âmbito do Programa da Rede Social, e que previa a realização de um conjunto de ações de formação para dirigentes e técnicos de ONGs em todo o território nacional, com o objetivo de fomentar e qualificar o trabalho em rede.

No âmbito da qualificação organizacional das instituições de economia social, a Rede teve também um papel preponderante, entre os anos 2006 e 2013, com vários projetos aprovados, nomeadamente os Projetos: Acreditar, Qualis I e II e posteriormente o Projeto Prio, que abrangeram mais de 220 organizações sociais sem fins lucrativos, em todo país, procurando a qualificação das mesmas com o objetivo último da melhoria das respostas sociais no âmbito do combate à pobreza e exclusão social. Conhecendo as organizações, os seus principais atores, as suas necessidades, o seu património e a sua cultura, a EAPN procurou ensaiar modelos que de uma forma participada, pudessem apoiar as organizações sociais sem fins lucrativos na construção de percursos de qualificação adaptados à sua dimensão, cultura, áreas de intervenção e público-alvo. Foi um desafio imenso em termos de capacidade organizativa, dado o número de instituições beneficiárias envolvidas e o volume de horas de formação e de consultoria previsto para cada uma das organizações abrangidas. Mais uma vez a Rede se colocava à prova e testava as suas capacidades, investindo tudo na formação dos recursos humanos e dos dirigentes das organizações, apoiando a realização de autodiagnósticos e a formulação estratégica, e sobretudo incentivando estas organizações a adotarem modelos de gestão mais participativos, contribuindo para um sentimento de "comunidade".

A Rede teve também um papel importante no desenvolvimento da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, nomeadamente, integrando um grupo de trabalho interinstitucional/intersectorial coordenado pelo Instituto de Segurança Social, responsável

pela Estratégia Nacional, e que foi apresentada publicamente em março de 2009, com vista a cumprir as diretrizes europeias nesta matéria e a adotar medidas tendentes à criação das condições necessárias ao despiste e ao acompanhamento das situações de risco no quadro de uma ação preventiva.

Um outro aspeto importante a destacar e que muito contribuiu para a Rede ser aquilo que é hoje, para além do intenso trabalho quotidiano da equipa técnica e do empenhamento dos membros dos corpos diretivos foi a sua capacidade de aproveitar as oportunidades, em favor de um país e de uma Europa mais ambiciosa e solidária em matéria social. Fruto dessa ambição, e no contexto do agravamento das situações de pobreza em resultado da crise económica e financeira internacional iniciada em 2008, o ano 2010 foi designado pela Comissão Europeia como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social com o propósito de reafirmar e reforçar o empenho político em tomar medidas com impacto decisivo no que respeita à erradicação da pobreza. Acima de tudo procurava dar visibilidade à luta contra a pobreza e exclusão social e sensibilizar os diferentes sectores da sociedade para a responsabilidade de todos no combate à pobreza. No âmbito das comemorações deste ano, o Governo nacional, à semelhança do que aconteceu nos restantes países da Europa, lançou um convite de apresentação de candidaturas ao Programa Nacional do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, tendo a Rede apresentado 18 candidaturas distritais, todas elas aprovadas e que resultaram de um importante trabalho de articulação com as redes sociais locais.

Ainda em 2010, a ação da EAPN foi distinguida pelo Parlamento português que lhe atribuiu o Prémio "Direitos Humanos", destacando a ação da organização "na promoção e dinamização dos programas de ação de luta contra a pobreza e a exclusão social".

Encontrávamo-nos num contexto económico recessivo e de agravamento das condições sociais, a União Europeia acabara de aprovar uma nova Estratégia para o crescimento e o emprego – a Estratégia Europa 2020 - que se anunciava não só como uma forma de sair da crise, mas também como meio para colmatar as deficiências do modelo de crescimento e criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Em Portugal, a viragem política ocorrida em 2011 trouxe uma abordagem ideológica diferente no que se refere ao papel do Estado relativamente à conceção e implementação de políticas sociais. O enfraquecimento do papel protetor das prestações relacionadas com o rendimento (por exemplo, o RSI, o subsídio de desemprego, o abono de família e outras prestações familiares), o desinvestimento financeiro nas medidas existentes de apoio ao emprego e à

formação ou o aumento das restrições impostas à prestação de serviços e à sua qualidade (por exemplo na educação e saúde) ocorriam ao mesmo tempo que se observam cada vez mais sinais estatísticos e "empíricos" das dificuldades crescentes enfrentadas por muitas famílias. A deriva neoliberal conjugou-se em diversos países com a desresponsabilização do Estado perante a questão da pobreza, fomentando o retorno a posições assistencialistas, assentes na caridade, pública ou privada, como meio não de erradicar a pobreza e de proteger e incluir socialmente os cidadãos desfavorecidos, mas apenas de minimizar as situações de pobreza extrema.

Estas circunstâncias levaram a Rede a tomar a iniciativa de dinamizar um Grupo de Trabalho sobre o tema da pobreza e exclusão social, denominado Grupo de Trabalho Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza e Exclusão Social, que realizou vários encontros com o propósito de refletir sobre a necessidade urgente de atuar ao nível da erradicação da Pobreza e Exclusão Social. O Grupo constituído por organizações de âmbito nacional, regional e local, universidades e centros de investigação, cidadãos e cidadãs tinha como objetivo colocar em marcha um processo participativo de análise e agregação de ideias e chegar a um consenso para a definição de uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Um dos principais resultados deste trabalho foi a publicação de um documento no qual se faz uma análise das políticas de austeridade promovidas pela Troika, bem como o seu impacto sobre o aumento da desigualdade e os efeitos em matéria de exclusão social e pobreza, com a deterioração progressiva das condições de vida de uma parte significativa da população e se apresenta um roteiro tendo em vista a formulação final de uma estratégia e sua implementação.

Este desígnio veio finalmente a ser concretizado em 2020, quando o Governo anunciou finalmente a criação de uma Comissão para a definição de uma Estratégia Nacional, que irá ser brevemente conhecida.

Tentei lembrar alguns dos momentos mais representativos da vida da Rede ao longo destes 30 anos, mas estou certa de que ficaram outros tantos por referir, por exemplo os inúmeros estudos, projetos e grupos que dinamizámos e que muito contribuíram para o cumprimento da sua missão. Estas breves páginas não são suficientes para invocar todas as realizações e a minha proximidade aos factos, não ajuda a uma análise mais assertiva.

Prestes a celebrar os seus 30 anos de vida, penso que é justo dizer que a Rede foi incansável na sua determinação na construção de uma sociedade mais inclusiva, fomentando sempre os valores democráticos da participação, responsabilidade, subsidiariedade, equidade, justiça,

liberdade, igualdade e solidariedade. Repetidamente provou ser um ator importante e inovador, investindo não só no conhecimento dos fenómenos de pobreza e exclusão social, mas construindo conexões com diferentes organizações da sociedade civil, da academia, das autarquias, dos parceiros sociais e cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

As subvenções de funcionamento atribuídas à EAPN proporcionaram estabilidade, permitiram-lhe tornar-se mais profissional e especializada em trazer as experiências, necessidades e desafios das pessoas em situação de pobreza e exclusão social às instituições da UE e - inversamente - sensibilizá-las para os seus direitos e oportunidades.

Estou certa de que a EAPN continuará a inquietar-se e a defender valores que foram conquistados com esforço e não podem, em caso algum, ser renegados – a dignidade humana, a liberdade e a democracia. O número de oportunidades iguala o dos desafios. O futuro dependerá da sua capacidade de mobilizar as forças vivas da sociedade em torno dos seus objetivos para se realizarem progressos sem precedentes. E essa capacidade depende de todos nós!

Sérgio Aires

Licenciado em Sociologia, Sérgio Aires iniciou a sua atividade profissional na EAPN Portugal 3 anos após a sua criação. Entre 1994 e 1998 integrou o gabinete de investigação, levando a cabo, em parceria com inúmeras pessoas e instituições, vários estudos determinantes para o futuro da organização, entre os quais se destaca o pioneiro estudo sobre as ONGs e o combate à pobreza em Portugal (1996). Entre 1998 e 2006, um importante período para a implementação territorial da organização em 18 distritos do país, viria a assumir a função de co-coordenador nacional. Nessas mesmas funções, participou na conceção e implementação de inumeráveis projectos de âmbito nacional e transnacional em áreas como: poder local e luta contra a pobreza, combate à discriminação e racismo, micro-crédito, emprego, educação, combate ao tráfico de seres humanos, igualdade de oportunidades e inclusão das comunidades ciganas.

Foi um dos mentores e responsáveis pela implementação do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, do qual foi diretor entre 2006 e 2018, assim como do Observatório Nacional de Combate à Pobreza (2018). Na dimensão europeia, representou a EAPN Portugal diversas vezes nos seus órgãos técnicos (task forces e grupos de trabalho) e executivos (representante no Comité Executivo entre 2000 e 2006).
Entre 2012 e 2018, assumiu as funções de Presidente da EAPN Europa.
Atualmente exerce as funções de conselheiro político no Parlamento Europeu e de Vereador na Câmara Municipal do Porto.

EAPN Portugal – 30 anos

Após 40 anos sem gravar uma única música, os Abba lançam um novo disco, e a EAPN Portugal está prestes a celebrar o seu trigésimo aniversário! Receber estas duas notícias, no mesmo dia, deixa qualquer um de queixos caídos e a fazer contas à vida.

Devo confessar que me custa acreditar que já passaram trinta anos desde a fundação da EAPN Portugal. A incredulidade deve-se a várias razões, mas uma em particular: é que a minha vida profissional – e tantas vezes pessoal! – confunde-se, no sentido positivo do termo, com a vida desta organização. E quando se vive com alguém – e neste caso com centenas de pessoas – durante metade da nossa vida é porque tinha de ser e ninguém sai incólume de tal relação. Foram mais de 24 anos a partilhar sonhos, objectivos, projectos, vitórias, derrotas e, acima de tudo, 24 anos de uma riqueza incomensurável de aprendizagens. Aquilo que eu sou, em grande parte, devo-o à EAPN – e quero acreditar que, pelo menos parcialmente, o inverso também é verdade.

Embora concorde com a ideia de que quem vive do passado são os museus, constatar que se passaram 30 anos convoca-me inevitavelmente para uma retrospectiva – necessariamente nostálgica – do muito que fizemos juntos.

Iniciei a minha actividade profissional enquanto sociólogo na EAPN em Setembro de 1994. Entre 1994 e 1998 integrei o recém-criado gabinete de investigação da organização, levando a cabo, em parceria com inúmeras pessoas e instituições, vários estudos determinantes para o futuro da organização, entre os quais se destaca o pioneiro estudo sobre as ONG's e o combate à pobreza em Portugal (1996). Entre 1998 e 2006 viria a assumir a função de co-coordenador nacional. No âmbito destas funções, entre tantas outras desafiantes actividades, coordenei a implementação e desenvolvimento da organização em 18 distritos do país, fui membro da equipa responsável pela cooperação com o Governo da República de Cabo Verde para concepção e implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza nesse país, fui correspondente nacional da Task Force Europeia "Racismo e Pobreza", fui co-fundador em Portugal da Rede Europeia Anti-Racista e da Rede Europeia SASTIPEN (Saúde e Comunidades Ciganas), apoiando, nesse âmbito, a constituição de várias associações ciganas e iniciativas de mediação inter-cultural. Participei ainda na concepção e implementação de mais de trinta projectos de âmbito nacional e transnacional em áreas como: poder local e luta contra a pobreza, combate à discriminação e racismo, micro-crédito, emprego, educação, combate ao

tráfico de seres humanos, igualdade de oportunidades e inclusão das comunidades ciganas. Com a preciosa colaboração de Jordi Estivill pus em marcha o Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, do qual fui o orgulhoso director entre 2006 e 2018. Para além disto, na dimensão europeia, representei a EAPN Portugal diversas vezes nos seus órgãos técnicos (task forces e grupos de trabalho) e executivos (representante no Comité Executivo entre 2000 e 2006 e entre 2012 e 2018, tendo nestes dois últimos mandatos assumido as funções de Presidente da EAPN Europa). A última aventura, antes da nossa separação em 2018, foi a tão ambicionada criação do Observatório Nacional de Combate à Pobreza.

Apesar de no combate à pobreza, e particularmente em organizações de segundo nível, não ser fácil vislumbrar resultados palpáveis e mensuráveis, é possível identificar, ainda que necessariamente de uma forma muito sumária, um conjunto de mudanças objectivas para as quais muito contribuíram os esforços desta organização, quer em termos nacionais, quer em termos europeus. Neste trigésimo aniversário, e para memória futura, merecem-me particular destaque as seguintes que, seguramente, podem ser consideradas, ainda que por vezes de forma indirecta, património desta organização - e para as quais muito me orgulho de ter contribuído:

Ter conseguido ligar, de forma permanente e estruturada, organizações que combatem a pobreza na União Europeia (ao nível local, regional e nacional) numa rede dinâmica e transnacional.

Ter posto em relevo o conhecimento e a experiência das pessoas em situação de pobreza e exclusão social e o impacto da sua directa participação e das organizações que os representam.

Ter conseguido uma ampla produção de conhecimentos sobre os assuntos relacionados com a pobreza e a exclusão social na UE e a sua disseminação e incorporação europeia e nacional em diferentes domínios.

Ter contribuído decisivamente para a existência de esquemas de Rendimento Mínimo na União Europeia.

Ter contribuído para a existência de novos artigos no Tratado de Amsterdão (13, 136 e 137), no Tratado da União Europeia (3 e 11) e no Tratado de Funcionamento da União Europeia (9 e 14).

Ter fortemente influenciado a adopção de uma Estratégia Europeia de Inclusão Social (Lisboa, 2000 – Método Aberto de Coordenação) e de um Programa para o suporte dessa Estratégia (Progress, hoje EaSI).

Ter desenhado linhas de acção para a Inclusão Activa e activação positiva para Emprego decente.

Ter fortemente contribuído para a adopção de uma recomendação da UE sobre a Inclusão Activa (rendimento adequado, acesso a serviços de qualidade e mercados de trabalho inclusivos).

Ter conseguido o reconhecimento da relevância da directa participação das pessoas em situação de Pobreza e Exclusão Social na avaliação das políticas – Encontros Europeus de pessoas em situação de Pobreza (2001-2021)

Ter contribuído para a adopção do princípio do partenariado nos Fundos Estruturais e o seguimento da implementação do mesmo.

Ter proposto a designação do ano 2010 como Ano Europeu de combate à Pobreza e Exclusão Social.

Ter conseguido que fosse adoptada uma meta concreta para a redução da Pobreza no âmbito da Estratégia Europa 2020 (pelo menos 20 milhões).

Ter posto em marcha um seguimento dos Planos Nacionais de Reforma ao nível nacional e avaliado o seu impacto no combate à Pobreza e Exclusão Social.

Ter conseguido que fosse adoptada uma resolução que obriga os Estados-Membros a dedicarem entre 2014 e 2021 pelo menos 20% do Fundo Social Europeu ao combate à Pobreza e Exclusão Social.

Ter forçado os decisores políticos a reconhecerem a perigosa falta de equilíbrio entre a dimensão económica e social da União Europeia colocando em risco o seu principal objectivo – a paz e a coesão social – e a declararem a necessidade de um Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Obviamente, no meio de tantos objectivos alcançados, assistimos também a muitas derrotas e retrocessos. Além disso, algumas potenciais vitórias nunca saíram do papel ou passaram de boas intenções, sem consequências práticas por serem incapazes de se impor contra as verdadeiras causas e causadores da pobreza. Muitas das reivindicações da EAPN continuam a não ser ouvidas ou a ser remetidas, cinicamente, para o âmbito da utopia.

Celebrar o combate à pobreza é algo que pode parecer estranho e quase contraditório. Mas, neste caso, não é. Se é verdade que muitos de nós gostaríamos de ver a pobreza erradicada, e organizações como esta tornarem-se obsoletas, por outro lado, é também evidente que a governação não se esgota – não se pode esgotar – na representação político-partidária. A sociedade civil e as organizações e movimentos que a representam são, e têm de ser cada vez mais, parte fundamental na definição dos nossos projectos de sociedade. A EAPN nasceu precisamente do reconhecimento dessa necessidade. É por isso que hoje, quando se discute o futuro da Europa, é ainda mais relevante celebrar a resistência desta organização, de resto uma das poucas que sobreviveu do longínquo passado em que se acreditava na Europa dos Cidadãos e em que parecia que sem contar com eles e a sua participação nada valeria a pena - e a curto prazo tudo poderia estar em causa. Estamos hoje perante cenários e realidades concretas que nos dizem o quanto estávamos certos, o que é, seguramente, uma razão adicional para celebrar resistindo.

E o que está por fazer? Por vezes, demasiadas vezes, temos a sensação de que continua tudo por fazer. Esta sensação incómoda, e momentaneamente desmotivadora, deve-se ao facto de a luta contra a pobreza ser uma espécie de mito de Sísifo: levamos com muito custo às costas a enorme pedra montanha acima; mas quando chegamos ao topo ela rola pela montanha abaixo obrigando-nos a começar de novo. No entanto, embora pareça, nunca começamos completamente de novo porque, seguramente, recomeçamos incorporando experiências, aprendizagens e congregando cada vez mais pessoas em tornos dos nossos objectivos. Por outras palavras, insistimos nas nossas convicções, mas com mais argumentos, com mais evidências das nossas razões e, porque não dizê-lo, com esperança sempre renovada numa mudança em que acreditamos profundamente. Porque se celebra um marco importante da história da organização – a entrada numa fase de maturidade – e tendo em conta a relação que tive com a mesma, atrevo-me a sublinhar algumas propostas que julgo deverão estar presentes nesta hora de avaliação do passado e de planificação do futuro.

Continua a ser fulcral insistir na criação de uma Estratégia e de um Programa Nacional de Combate à Pobreza. Para que seja possível progredir no sentido da erradicação da pobreza tal objectivo tem que ser absolutamente prioritário e presidir estrategicamente na orientação das nossas decisões governativas. Tal estratégia e programa não deve ser mais uma manta de retalhos, de propostas e acções para apenas um sector. Deve ser o resultado de uma forte e empenhada negociação colectiva de estratégias, metas e resultados. Mas também de recursos e de qual a participação e contributo de cada sector da nossa sociedade e de cada indivíduo para esse efeito. Um Programa desta natureza deverá ser fortemente respaldado do

ponto de vista legislativo, ou seja, deverá ser enquadrado por uma lei nacional de combate à pobreza que garanta as condições necessárias à implementação e suporte de tais decisões. Os recursos europeus que nos irão ser disponibilizados – Plano de Recuperação e Resiliência, e o novo período plurianual de programação financeira (2021-2027) – não podem ser mais uma oportunidade perdida. É crucial agir estrategicamente, porque lutar contra a pobreza é a melhor forma de salvaguardar e reforçar a democracia, e perder esta oportunidade seria desistir da democracia.

Para uma estratégia ter eficácia necessita de ser enquadrada por um novo paradigma cultural sobre a pobreza, suas causas e consequências. Para criar o "clima" necessário a esta mudança cultural, é fundamental que, de forma estruturada e permanente, sejam promovidas acções de sensibilização que facilitem uma participação informada e activa que combata a pobreza e que ao mesmo tempo crie as condições para a sua permanente prevenção. Para este efeito, é crucial que seja promovida uma permanente formação ao nível mais capilar da educação nacional. Ou seja, que esta nova forma de estar, de ser e de agir, capaz de efectivamente alterar comportamentos, seja promovida por uma educação que lhe dê suporte teórico e prático. Por outras palavras, o combate à pobreza e sua prevenção começa nos "bancos da escola" e uma parte substancial dos nossos esforços colectivos terá que ser para aí orientada.

O combate à pobreza e sua prevenção tem de ser uma tarefa colectiva. Mas, ao mesmo tempo, por tradição e por acção, são aqueles que mais próximos se encontram dos cidadãos que mais facilmente tem conseguido combatê-la e preveni-la. A Economia Social não é só solidariedade; é Economia. Responde a necessidades sociais favorecendo a Economia formal e o seu funcionamento e capacidade competitiva, mas pode também produzir produtos e serviços economicamente úteis e capazes de criar mais e melhores empregos, sobretudo empregos para franjas da população que se encontram mais afastadas do mercado de emprego tradicional e que, de alguma forma, poderá até estar em extinção. A Economia Social está em posição de liderar uma nova Economia. Uma Economia mais humana. Uma economia de proximidade e solidária. Uma economia que seja capaz de integrar – de forma participada – os cidadãos que se encontram em situação de maior desfavorecimento criando condições para uma verdadeira coesão social. No fundo, uma mais forte participação da Economia Social favorece novas e melhores formas de governação em que se produza um maior equilíbrio entre Estado, Mercado e Terceiro Sector, fomentando a forte cooperação entre os 3 sectores desde a concepção até à implementação e avaliação das políticas.

No entanto, se estas organizações desempenham um papel importante e insubstituível na satisfação de necessidades humanas e sociais, é igualmente verdade que existem fragilidades dentro destas organizações que diminuem a eficácia das suas respostas. É por isso que se torna absolutamente fundamental reforçar os mecanismos de suporte e financiamento de tais iniciativas para que seja possível reforçar e exponenciar a sua capacidade de intervenção. Tudo isto é ainda mais relevante num momento em que se começa a concretizar a transferência de competências do estado central para os municípios e a oportunidade de desenhar novas formas de cooperação e trabalho em rede não podem ser desperdiçadas.

Reconhecer que sem integração e articulação das diferentes políticas e sectores da nossa sociedade será muito difícil prevenir e erradicar um fenómeno que é multidimensional parece ser relativamente pacífico. Declarações como esta inundam os discursos políticos. No entanto, tal integração e articulação, ainda que com pontuais excepções, continuam por fazer. Assim, e para que tais esforços possam ocorrer e conseguir resultados efectivos é necessário continuar a insistir para que o Parlamento Nacional e, paulatinamente, os órgãos do poder local, adoptem formalmente uma orientação de promoção de políticas "à prova de pobreza". Para tal, seria necessário que o Parlamento propusesse e aprovasse um mecanismo legal que obrigaria que parte substancial da legislação proposta fosse submetida a uma análise prévia sobre qual o impacto que tais decisões sectoriais (de todas as áreas de governação) terão sobre a pobreza. Tal mecanismo deveria contar com uma ampla participação da sociedade civil aprofundando assim a Democracia e a imprescindível implicação cidadã para o sucesso de tais orientações.

Por último, mas não menos importante, julgo ser crucial que a organização consiga ser ainda mais capilar, horizontalizando a sua gestão territorial e permitindo uma mais fácil participação cidadã, desconcentrando poderes de decisão e facilitando a abertura necessária para acolher diferentes mundovisões, ouvindo mais pessoas, agregando diferenças que reforçam a sua legitimidade e, como consequência, fortalecem a sua capacidade de mobilização e de influência. É igualmente muito importante estar atento às dinâmicas associativas e de solidariedade social que emergem. Apesar de tudo, o mundo avança, e é fundamental que, apaixonadamente, o possamos acompanhar.

Como é fácil perceber, sobretudo para os que há mais tempo participam na vida da organização, não há nada de novo nestas propostas. E, ao mesmo tempo, é tudo novo porque nunca antes foi concretizado.

Finalmente, e porque os aniversários são excelentes momentos para reconhecimentos e agradecimentos, aproveito para uma vez mais, agradecer tudo o que aprendi com tantas e tão fantásticas pessoas, particularmente com as centenas de pessoas em situação de pobreza com quem me cruzei e que tão generosamente me ajudaram a melhor compreender a pobreza e as suas consequências, mas, mais importante ainda, me apontaram caminhos e soluções. Em todas as funções que tenho exercido depois de sair da EAPN tenho procurado continuar a trilhar o mesmo caminho e retribuir tudo o que me foi oferecido.

Como costumo dizer, podemos sair da EAPN, mas a EAPN nunca sai de nós. Acreditem que tudo o que me deram não foi em vão, e que todos os dias, sem excepção, esses ensinamentos continuam a orientar a minha acção.

Parabéns EAPN Portugal! E muitas festas de vida, sempre com o mesmo objectivo: o bem-comum e a erradicação da pobreza como objectivo primeiro.

VdA - Fundação Vasco Vieira de Almeida

A VdA (Vieira de Almeida) associou-se à EAPN Portugal há cerca de dez anos, no sentido de aliar a responsabilidade social à atividade desenvolvida pela Rede Europeia Anti Pobreza. Ao apoio jurídico, pro bono (que ainda hoje se mantém), surgem com a criação da Fundação Vasco Vieira de Almeida outros apoios, colaborações e parceiras, nomeadamente ao nível da consolidação e manutenção do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza e do Projeto Inclusivamente: Direitos Humanos no envelhecimento e na saúde mental, do qual a EAPN é parceira.
Sob o lema "Juntos chegamos mais longe" continuam(os) a acreditar, a apoiar e a promover projetos e atividades conjuntas.

30 anos da EAPN Portugal

Enquadramento

Falar da EAPN Portugal ("EAPN") é falar sobre uma equipa de pessoas dedicadas e empenhadas, que acreditam haver muito a fazer na erradicação da pobreza e que, nessa medida e na ausência de instrumentos de política pública nessa área, tentam fazer a diferença na vida de centenas de pessoas. O facto de a EAPN fazer parte de uma rede europeia de entidades dedicadas ao mesmo fim permite-lhe beneficiar de sinergias que, de outro modo, não existiriam e quebrar o isolamento que inevitavelmente existiria se fosse uma única entidade preocupada com este assunto. A responsabilidade que daí advém existe na exata igual medida. O trabalho a fazer é muito e os resultados quase parecem pequenos quando comparados com as necessidades.

Falar de pobreza em países da União Europeia significa assumir que sociedades desenvolvidas, com um nível elevado de educação e escolaridade, com recursos e acesso aos melhores instrumentos e tecnologias, nem sempre conduz a sociedades justas e dignas, onde todas as pessoas usufruem das condições que lhes permitem ter uma vida condigna. A pobreza existe, ainda que escondida e muitas vezes disfarçada. E a pobreza tem que ser vista nas suas várias dimensões, não por comparação com os níveis de riqueza ou de desenvolvimento associados aos países europeus, mas sim como um valor absoluto. A EAPN faz isso, olha a pobreza de frente e tenta retirar-lhe força, trabalhando contra os aspetos que a alimentam e a fazem crescer. Ao longo destes trinta anos de trabalho é difícil conhecer o que foi feito pela EAPN em Portugal. Não porque não existam resultados do trabalho desenvolvido, mas apenas porque medir a ausência é difícil.

Sem o trabalho da EAPN ao longo destes trinta anos, Portugal seria com certeza um país com mais bolsas de pobreza, com mais pessoas empobrecidas e com indicadores de sucesso menos conseguidos. Portugal precisa de instituições no terreno que mostrem o quanto ainda há a fazer e que nos ensinam como fazer no combate a esta realidade instalada chamada pobreza que é a vida de tantas pessoas. A EAPN é um exemplo a seguir nesse campo. E para nós, na Vieira de Almeida e na Fundação Vasco Vieira de Almeida, é um privilégio trabalharmos em parceria com a EAPN.

Apoio jurídico pro bono

Conhecemos a EAPN, nas pessoas da Sandra Araújo e do Padre Jardim, há cerca de dez anos atrás quando, por razões várias que agora não vêm ao caso, quisemos associar o nosso trabalho de responsabilidade social à atividade desenvolvida pela Rede Europeia Anti Pobreza.

Na altura ainda não existia a Fundação Vasco Vieira de Almeida, mas a Vieira de Almeida tinha já muito trabalho desenvolvido no terceiro setor, colaborando de perto com muitas instituições e participando em muitos projetos, sempre com uma ambição enorme de fazer mais e melhor nesta área.

A conversa de há dez anos atrás sobre a possibilidade de trabalharmos em conjunto em projetos vários que entrecruzavam quereres e saberes de ambas as entidades surtiu efeito de imediato. Para além disso, começarmos desde logo a apoiar, em regime pro bono, a EAPN em várias questões jurídicas, o que fazemos desde então.

As áreas de maior colaboração, no âmbito do apoio jurídico que prestamos, são as de direito laboral e as de direito público.

A EAPN desenvolve uma atividade de âmbito nacional, com 18 Núcleos Distritais e, por isso, interage com diversas outras entidades e conta com vários colaboradores na implementação dos projetos. As questões de âmbito laboral são inevitáveis e vão surgindo pontualmente. O nosso trabalho passa principalmente pela consultadoria, verbal ou escrita, sobre quaisquer assuntos de carácter jurídico-laboral de natureza corrente, nomeadamente nos campos de apoio às áreas de decisão, elaboração de contratos, processos disciplinares, memorandos e pareceres, bem como análise, diagnóstico e solução de problemas conjunturais de natureza laboral individual e/ou coletiva.

Por outro lado, embora seja uma entidade de direito privado, a EAPN está sujeita às regras da contratação pública, contidas no Código dos Contratos Públicos e demais legislação conexa. Nessa medida, vários dos seus procedimentos de contratação precisam de ser preparados em cumprimento rigoroso das regras de contratação pública, o que é feito em equipa entre advogados da Vieira de Almeida e colaboradores da EAPN. Para além disso, a EAPN candidata-se também a vários projetos de âmbito nacional e internacional, com financiamento público, o que implica que os contratos celebrados na sequência dessas candidaturas tenham também que cumprir normas de contratação pública ou, o que por

vezes também acontece, outras normas ad hoc especialmente previstas, o que é feito em colaboração estreita com a Vieira de Almeida.

Noutro âmbito, em virtude do seu objeto, a EAPN desenvolve com outras entidades (públicas e privadas) projetos e parcerias, que obrigam à celebração de protocolos e outros instrumentos contratuais, os quais, quando isso nos é solicitado, são previamente analisados e validados pela equipa de Público e, pontualmente, sempre que se justifica, por equipas de outras áreas da firma, como, por exemplo, as equipas de Proteção de Dados (da área de ICT), de Corporate & Governance ou de Bancário & Financeiro.

De forma mais pontual, mas ainda dentro desta lógica de full pratice assistance, a VdA tem assessorado a EAPN em temas de direito imobiliário, ajudando a resolver questões relacionadas com arrendamentos e compra e venda de imóveis.

Observatório de Luta Contra a Pobreza

A Fundação Vasco Vieira de Almeida, acreditando num modelo de atuação colaborativa colabora também, desde 2018 com a EAPN para a construção, consolidação e manutenção de um Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza ("Observatório"). O investimento da Fundação Vasco Vieira de Almeida neste projeto visa sobretudo contribuir para a criação de infografias distritais sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social.

O Observatório tem como missão estudar em permanência o fenómeno da pobreza e de exclusão social na sociedade portuguesa, atendendo às suas diversas manifestações e efeitos nas diferentes esferas da vida social, assim como aos processos de reprodução que lhe subjazem.

Projeto InclusivaMente

Em 2019, a Fundação Vasco Vieira de Almeida reforçou a parceria com a EAPN, através da criação do Projeto InclusivaMente: Direitos Humanos no envelhecimento e na saúde mental. Este projeto surge na sequência da aprovação do novo regime jurídico do maior acompanhado, o qual veio introduzir um conjunto de alterações legislativas abrangentes e complexas, originando a necessidade urgente de investir no apoio aos profissionais da saúde e do direito, aos cuidadores e aos cidadãos em geral na apreciação, interpretação e divulgação deste novo paradigma legal.

Neste contexto, e no âmbito da sua missão, a Fundação Vasco Vieira de Almeida quer contribuir ativamente para reforçar o conhecimento das instituições que atuam na área da prestação de cuidados a pessoas idosas e/ou com capacidade diminuída, a respeito da garantia efetiva dos Direitos Humanos dos beneficiários daquelas instituições.

Este projeto destina-se a promover maior conhecimento acerca do novo regime do maior acompanhado e contribuir ativamente para uma cidadania mais responsável e inclusiva, prevenindo e sensibilizando para o respeito pelos Direitos Humanos dos mais idosos, dependentes ou com capacidade diminuída. Fazemo-lo através de um programa de capacitação e coaching sobre o enquadramento jurídico da intervenção das entidades da economia social que atuam na área da prestação de cuidados àquele tipo de beneficiários.

Em traços gerais, os objetivos do projeto são quatro: (1) contribuir para a construção de práticas mais esclarecidas no âmbito da intervenção com pessoas idosas, com deficiência ou em situação de dependência; (2) consolidar a intervenção dos cuidadores formais e informais, através da sua capacitação em matéria da prestação de cuidados a "maiores acompanhados", (3) capacitar para o exercício inclusivo, pleno e responsável da cidadania e (4) sensibilizar para a garantia dos direitos das pessoas com capacidade diminuída.

Em junho de 2020, e em plena fase pandémica, não quisemos ficar parados e lançámos, numa sessão online, o Guia Prático InclusivaMente: Dicas para uma intervenção promotora de Direitos das Pessoas com Capacidade Diminuída, da autoria de Paula Guimarães e Rosário Zincke dos Reis, formadoras neste projeto. A sessão de lançamento contou com a participação da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho.

Este Guia pretende ser um instrumento de apoio aos profissionais do sector social, facilitando a interpretação da lei vigente e complementando os guiões técnicos e os manuais de processo-chave e de qualidade, que sustentam a atividade das organizações sociais no domínio da promoção dos direitos dos respetivos beneficiários e prestação de cuidados a idosos, dependentes e/ou com capacidade diminuída.

Desde 2019, e até ao momento, foram realizas 25 ações que abrangeram a totalidade do território nacional (Continente e Ilhas) num total de 569 participantes. Na sua maioria, os participantes são profissionais e técnicos que trabalham em organizações sociais com este público. Estes resultados não teriam sido alcançados sem a ajuda fundamental na gestão de toda a formação por parte da EAPN, na pessoa da Ana Lopes.

Em 2021 foram promovidos dois Workshops sobre Cidadania e Estatuto do Maior Acompanhado para públicos específicos – um Workshop para profissionais que já tinham participado na primeira sessão do projeto, com o objetivo de monitorizar o grau de implementação dos procedimentos relacionados com a nova legislação e orientar os profissionais no processo de implementação das medidas através da apresentação de situações concretas e um outro Workshop destinado exclusivamente a Dirigentes de entidades deste tipo.

Ainda em 2021, o Projeto InclusivaMente foi destacado no estudo promovido pelo Centro Português de Fundações (CPF): "Estudo do Impacto Social das Fundações Portuguesas 2021", como uma "História com Impacto".

Juntos chegamos mais longe. Obrigado EAPN por esta caminhada em conjunto!

ENCONTRO
NACIONAL
ASSOCIADOS
Terminal de Cruzeiros de Leixões
27 de Setembro de 2021
2021

Ficha Técnica

Título_ 30 anos, 30 nomes
Edição_ EAPN - Rede Europeia anti Pobreza - Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto
Design e Produção_ Augusto Pires - makeup design©
Exemplares_ 200
ISBN_ 978-989-8304-78-0
Depósito Legal_

Índice fotográfico

p_005 - Encontro Nacional de Associados, Porto (2021)

p_011 - Lançamento da Publicação dos 25 Anos da EAPN Portugal, Reitoria da Universidade do Porto (2016)

p_019 -Seminário Europeu "Pobreza e Europa: Que Futuro?" Porto, Seminário de Vilar (2002)

p_025 - Fórum "Qualificação e Sustentabilidade no 3º Setor, Matosinhos (2013)

p_031 - Seminário sobre os Fundos Estruturais, Auditório do Montepio, Lisboa (2013)

p_037 - Reunião Nacional - Equipa (2014)

P_040 - Jornada pela Cidadania, Porto (2013)

p_049 - Exposição fotográfica "Singular do Plural", Reitoria da Universidade do Porto (2016)

p_055 - VII Fórum Nacional - Combate à Pobreza e Exclusão Social (2015)

p_061 - EMIN BUS, Palácio de Cristal, Porto (2018)

p_067 - 17 de outubro, Porto (2010)

P_072 e 073 - Entrega do Prémio Direitos Humanos, Assembleia da República (2010)

p_079 -Projeto Escolas Contra a Pobreza (sem data)

P_085 - Encontro de Associados, Castelo Branco (2014)

p_091 - 24 Horas Contra a Pobreza e Exclusão Social, Porto

p_097 - Encontro Europeu de PEP - Bruxelas (2007)

p_106 – 17 de outubro, Viana do Castelo (2009)

p_113 – Seminário "O Mercado", Auditório da Atmosfera M, Porto (2014)

p_119 - Conferência "Economia Pobreza e Pobreza de Economia", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2016)

p_125 - Lançamento do livro "Cabo dos Trabalhos", Mercado Ferreira Borges, Porto (2014)

p_133 - Intervenientes no livro " Singular do Plural" (2016)

p_139 – Reunião de Equipa nacional (2015)

p_143 – Conferência "Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social – a importância de uma responsabilidade coletiva, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2018)

p_149 – Audiência com S.Exa. o Presidente da República Prof. Marcelo Rebelo de Sousa (2017)

p_155 - Audiência com S.Exa. o Presidente da República Prof. Marcelo Rebelo de Sousa (2018)

p_161 — Seminário: "Comunidades Ciganas: Desafios de sempre e estratégias urgentes" , Fundação Engº António de Almeida, Porto (2013)

p_165 – 17 de outubro (s. d.)

p_170 –Fórum Nacional de Cidadãos, Costa da Caparica (2013)

p_181 - Jornadas pela Cidadania, Porto (2013)

p_191 – Seminário Europeu: Estratégia para o Emprego: um instrumento ou uma ameaça para a coesão social" Hotel Tuela, Porto (2004)

p_199 - Encontro Nacional de Associados, Terminal de Cruzeiros, Matosinhos (2021)

p_202 - "O Futuro é Agora", Castelo Branco (2018)

"Aprender" é mudar o mundo!
Faz Acontecer!
O FUTURO COMEÇA AGORA
Essa vai para o Face e

EAPN PORTUGAL | 30 ANOS